

Este trabalho
dele corresponde
a redação final da
tese defendida por
Neto e aprovada pela
Comissão Julgadora.
Campinas, 18/8/1984
Ass. Neto

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

O SERIDÔ E "OS VOTOS DE PORTEIRA BATIDA"

Cícero José Alves Soares Neto

Campinas

1984

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Cícero José Alves Soares Neto

O SERIDÓ E "OS VOTOS DE PORTEIRA BATIDA"

(Um estudo monográfico sobre o coronelismo no Rio Grande do Norte)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Campinas

maio — 1984

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Dedico:

Aos nordestinos (Manuel Horácio de Medeiros e Antonio Marinho de Almeida) que "pagaram" com a vida pela ousadia de oposição aos "donos da terra, do poder e do Nordeste : os latifundiários".

Aos informantes que, no silêncio do gravador, me pediram: "não bote o meu nome, não"!

Aos meus pais, Severino e Isaura.

A Igor.

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas e instituições, cada uma a seu modo, contribuíram para a realização desta monografia. A todas, o meu muito obrigado:

Inicialmente, a Dêcio A. M. Saes, pela orientação séria, competente e amiga.

A CAPES, pela bolsa de estudo.

Em Campinas, a José Auri Cunha e Ana Cristina Fernandes, pelos trabalhos estatísticos e de desenho, respectivamente. A Maria Luiza Pinto de Moura Ribeiro, do Centro de Ciências, Letras e Artes.

Em Natal, a José Mussoline Fernandes, João Nicolau da Cruz Filho e Agenor Carlos do Nascimento, diretores dos arquivos dos jornais: Tribuna do Norte, A República e A Ordem, respectivamente. A Airton de Castro (Ed. Universitária), Valério Mesquita, Tarcísio Rosas e Ubaldo Bezerra (Fundação José Augusto), Maria do Socorro Cunha de Matos (Biblioteca Estadual do Rio Grande do Norte) e as funcionárias do Arquivo Público Estadual e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Em especial, a Olavo de Medeiros Filho, Oto Guerra e Maria Leneide Câmara de Oliveira.

Em Mossoró, a Vingt-Un Rosado, Lauro da Escóssia e as funcionárias do Museu Municipal de Mossoró.

Em Fortaleza, a Maria Ismenia Bezerra Cardoso (ETENE-BNB).

Em Acari: Hilário Felix Dantas, Severino Bernardino de Araújo, Maria de Fátima dos Anjos (cartório), Neomio Manoel dos Santos e Mariana Galvão de Vasconcellos (prefeitura).

Em Calcão: José Neto de Araújo e Leopoldina Violar de Oliveira (cartório). Em especial, a Raimunda Chagas e Valeriano Moraes.

Em Currais Novos: Joabel Rodrigues de Souza e José Nilson dos Santos (prefeitura), Martha Cortez de Souza, Christovam Praxedes, Zilda Santos Galvão e D. Libânia (cartório). Em especial, Brás Dantas Cortês e Luís Alberto.

Em Florânea: Maria Luciene de Medeiros (prefeitura), Maria do Socorro de Medeiros (paróquia) e Rosa Gomes de Abreu Leite (cartório).

Em Jardim do Seridó: ao escrivão Sr. Moacir.

Em Serra Negra do Norte: ao escrivão Sr. Leonidas e Maria de Fátima Medeiros (cartório). Em especial, J. B. Brito.

Agradeço, ainda, a Márcia Aparecida Melo de Carvalho Leitão e Maria de Lourdes Malta Serra (secretaria da Pós-Graduação do IFCH), pelas ajudas burocráticas. A Admir Cañas pela dactilografia deste trabalho.

De forma toda especial, agradeço a dois amigos: Juvenal Pereira de Castro e Sebastiana Pereira da Silva. E, também, a Ezilena, pela presença e apoio marcantes.

ÍNDICE

	página
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. A questão teórica	2
1.2. O caso brasileiro	3
1.3. As hipóteses de trabalho	6
2. METODOLOGIA	9
2.1. O objetivo e a estratégia da investigação ...	10
2.2. Por que o Seridô?	11
2.3. A unidade de análise	11
2.4. A pesquisa oral	14
2.4.1. A técnica e o ponto de partida	14
2.4.2. O início do trabalho de campo	17
2.4.3. " <u>Identificação</u> "	18
2.4.4. As limitações da pesquisa	19
2.4.5. No trabalho de campo, o objetivo:	
para a comunidade	
para o "identificado"	21
2.4.6. A técnica no pós-fato	24
2.4.7. Testemunho típico	24
2.4.8. A organização da documentação oral ...	25
2.4.9. O tratamento dos depoimentos orais ...	26
2.4.10. A estruturação da entrevista	26
2.4.11. O ápice do trabalho de campo	27
2.4.12. Entrevistas: metodologicamente previstas	
excepcionais	
nominal	28
2.4.13. O local das entrevistas	29
2.4.14. Traços das entrevistas	30
2.5. A pesquisa documental	30
2.5.1. Locais e fontes	30
2.5.2. A seleção	30
2.5.3. As dificuldades	31
2.5.4. Questão de método	32

	página
3. O SERIDÓ E A MEAÇÃO NO ALGODÃO MOCÓ	39
3.1. A localização, o território e as sesmarias ...	40
3.2. A estrutura fundiária: 1920	46
3.3. Os "donos da terra"	47
3.4. A xerófila: algodão mocó	52
3.5. O algodão mocó e a pecuária	52
3.6. A meação no algodão mocó	56
3.7. Os instrumentos de trabalho	58
3.8. O beneficiamento do algodão e a força motriz .	60
3.9. Outros produtos beneficiados	64
3.10. Os portos	68
3.11. Os transportes	69
3.12. O comércio de exportação e importação	69
3.13. O comércio interno	71
3.14. A feira e " <u>o pedido santo</u> "	72
4. O SERIDÓ E " <u>OS VOTOS DE PORTEIRA BATIDA</u> "	81
4.1. A população	82
4.2. O estado de saúde	82
4.3. " <u>Mobral Eleitoral</u> "	84
4.4. O alistamento eleitoral	86
4.5. A fraude e a violência	89
4.6. " <u>A igreja dos coronéis</u> "	91
4.7. O problema investigado	94
4.8. Cabo eleitoral?	102
4.9. José Augusto...Theodorico Bezerra	102
4.10. Luta de facções	103
4.11. A política de clientela	104
5. CONCLUSÃO	112
5.1. Conclusão teórica	113
5.2. Mecanismos de controle	115
5.3. Conclusão empírica	117
BIBLIOGRAFIA	123
ANEXOS	140
Documentação	141
Entrevistas	167
Documentação fotográfica	177

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa nº		páginas
	Mapa metodológico.....	16
1	Localização no Nordeste.....	41
2	Localização por município no Rio Grande do Norte	42
3	Integração pela pecuária século XVII ..	44

ÍNDICE DE QUADROS

Quadros nº		páginas
1	Arquivos públicos seridoenses pesquisa- dos	12
	Quadro metodológico	15
2	Pedidos do Coronel Caetano Dantas	45

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº		páginas
1	Quantidade de entrevistas	13
2	Distribuição por fatores (limitação da pesquisa)	22
3	Faixa etária dos entrevistados	24
4	Tempo (minutos) das entrevistas	24
5	Distribuição territorial por município...	40
6	Número de estabelecimentos	48
7	Área Média, em hectares, dos imóveis	49
8	Discriminados segundo seus ocupantes	51
9	Estabelecimentos produtores de algodão...	53
10	Caicô: o seu rebanho pecuário (da espécie) no Rio Grande do Norte	55
11	Estabelecimentos onde existem instrumentos agrários	59
12	Beneficiamento do algodão: a natureza da força motriz empregada.....	61
13	Beneficiamento do algodão: sistema da máquina.....	62
14	Beneficiamento do algodão: os fabricantes	63
15	Máquinas e instrumentos agrários existentes nos estabelecimentos rurais recenseados em 1920	65
16	Número de estabelecimentos que possuem <u>ma</u> chinismos (fabricação de açúcar)	66
17	Número de estabelecimentos que existem <u>ma</u> chinismos para beneficiamento de produtos agrícolas	67

Tabela nº

páginas

18	População do Seridô em relação a do Rio Grande do Norte	83
19	Alistamento Eleitoral de Acari, em 1910, segundo a profissão	95
20	Residentes na sede do município de Acari. Alistamento Eleitoral de 1910	96
21	Alistamento Eleitoral de Acari em 1910, segundo a residência	97

INTRODUÇÃO

"...eu também vos pergunto: ON-
DE e EM QUE tempo houve liberdade
de voto aqui no Estado".

Lauro Sertanejo

A Verdade, Flores, 6 de abril
de 1913, p. 1.

1.1. A questão teórica

Nas Ciências Sociais, a participação política do homem do campo na disputa eleitoral é interpretada divergentemente por alguns trabalhos antropológicos e políticos⁽¹⁾. Não se deve, porém, restringir os estudos sobre esta questão teórica apenas a estas duas abordagens, pois existem outros trabalhos que, apesar de não se filiarem a tais interpretações, também se posicionaram sobre a entrada do trabalhador rural na luta eleitoral⁽²⁾.

As análises abordam as relações entre atores de diferentes classes sociais. Tais interpretações visualizam a entrada do trabalhador rural no campo político em dois níveis: o micro e o macro. O primeiro se detém nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais na comunidade e o segundo na relação da comunidade com a nação. Aquele se prende ao tipo de relação social e este se refere aos traços da organização do Estado n'aquela dada realidade. Assim, na micro-análise, detecta-se as relações que ocorrem entre os atores de diferentes posições sociais e identifica-se os mecanismos usados para a dominação e controle interno - comunitário -. Na macro-análise, busca-se detectar a articulação d'aquela dada realidade com o sistema de dominação, conforme a organização do Estado.

As interpretações acerca da manifestação camponesa na esfera política, mais particularmente na eleitoral, valem-se de dois instrumentos de análise para a compreensão da entrada do eleitor rural na disputa eleitoral: a relação vertical e a horizontal. Aquela correndo basicamente entre pessoas de nível inferior e de nível superior, isto é, entre

atores de classes diferentes. Esta se sucedendo entre os pares, os semelhantes, ou seja, na própria classe.

Teoricamente, nas análises antropológicas, concebe-se uma troca de bens e serviços entre os atores desiguais. Ocorre, pois, uma interdependência entre os participantes dessa troca de benefícios. Sob uma visão da análise política, existe uma lealdade da classe inferior à superior como expressão da dominação d'aquela classe por esta e da dependência da primeira com relação a segunda. Nesta ótica, a relação vertical, por um lado, cria um enfraquecimento horizontal na própria classe inferior que se reflete no "apoio" (lealdade) à classe superior e, pelo outro, fortalece a classe superior, pela submissão da classe inferior.

1.2. O caso brasileiro

No Brasil, a interpretação do comportamento eleitoral da população rural votante também se filia a tal controvérsia. Contudo, esta polémica se refere a um fenómeno histórico concreto: o coronelismo. Portanto, concretamente, através deste fenómeno histórico concreto brasileiro, o coronelismo, pode-se chegar à questão: o que constitui o fundamental e determinante no comportamento eleitoral do homem do campo, numa certa época e numa determinada realidade?

O que se entende por coronelismo na bibliografia sociológica?

De um modo geral, o coronelismo é entendido como "o poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por

eles indicados"(3). Caracteriza-se, pois, "pelo rígrado controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os "currais eleitorais" e produzindo o chamado "voto de cabresto"(4). Sendo, portanto, "um conjunto de práticas político-eleitorais"(5), onde "o eleitor e o seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua"(6).

E quais são as explicações dadas sobre o comportamento eleitoral do homem rural brasileiro?

Maria Isaura Pereira de Queiroz, expoente de uma corrente interpretativa, afirma que "anteriormente à República, votavam apenas os cidadãos de certas posses, de acordo com a última lei eleitoral do Império, o eleitor precisava justificar uma renda anual mínima de 200\$000 - quantia elevada na época. O voto destes cidadãos constituía, pois, um bem cujo valor era conhecido, e que lhes permitia "barganhá-lo" contra favores e benefícios. Uma vez estendido o voto a maioria dos cidadãos na República, com exceção dos analfabetos, o modelo persistiu, tanto entre os chefes políticos maiores e os chefes políticos menores a eles subordinados, estes detentores às vezes de uma centena de votos; quando entre estes chefes políticos menores e os próprios eleitores. Era "normal", no período das eleições, saírem os chefes políticos e seus cabos eleitorais em "tournées" pelo interior, carregados de presentes para seus eleitores e família-carregados também de promessas, sendo que não raro, num envelope, juntamente com a cédula de voto, havia outras de mil réis..."(7). Conforme esta visão, existe uma reciprocidade de favores e benefícios, prestação e contra prestação entre o chefe político local, o coronel, e o homem votante, o eleitor rural. Ou seja, instala-se uma interdependência entre estes dois participantes da relação. Portanto, "o

voto neste caso, assume o aspecto de um bem de troca"⁽⁸⁾ e, aí, ocorre "uma verdadeira "compra" de voto, assim como o poder de barganha de quem possui o voto"⁽⁹⁾. E a eleição se configura como "o momento da barganha ou da reciprocidade de dons: o indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebê-lo"⁽¹⁰⁾.

Uma outra interpretação entende que na estrutura agrária brasileira está a chave da compreensão do fenômeno do coronelismo. Quando se leva em conta a estrutura agrária brasileira -, deve-se "atribuí-lo à hegemonia social do dono de terras"⁽¹¹⁾. Porém, concebe-se "essa hegemonia apenas em relação aos dependentes da sua propriedade, que constituem o seu maço de votos de cabresto"⁽¹²⁾. Não se chega, contudo, a estender "essa hegemonia em relação à todo o município"⁽¹³⁾. No estudo pioneiro de Victor Nunes Leal, lançavam-se as linhas mestras de uma análise que percebe - interpreta - essa relação entre "dono de terras" (proprietário) e o trabalhador rural (parceiro) como "a condição fundamental para a cristalização do coronelismo"⁽¹⁴⁾. Segundo este enfoque, o voto exprime, para o parceiro do proprietário da terra, a fidelidade ou lealdade para com o proprietário. Ou seja, a participação eleitoral do parceiro manifesta-se em apoio político a quem lhe cede a terra para trabalhar.

Percebe-se, por conseguinte, a divergência, na bibliografia sociológica, sobre a natureza do voto "dado" ao coronel. Tal controvérsia emerge na colocação de Raimundo Faoro: "não se compra o voto, ainda não transformado em objeto comercial, só possível a barganha entre partes livres, racionalmente equivalentes"⁽¹⁵⁾. Ou seja, a tese de que "o voto adquire importância como valor de troca"⁽¹⁶⁾ (interpretação desen

volvida por Maria Isaura Pereira de Queiroz) e reputada por R. Faoro.

O problema que se pretende investigar fica assim mais claro: o voto, no Seridô, Estado do Rio Grande do Norte, no período de 1889 a 1930, é um objeto de troca? Com outras palavras: o eleitor seridoense dá o seu voto ao chefe político local - o coronel - em troca de algo? É possível ao eleitor barganhar algum benefício em troca do voto? Ao contrário: o voto é expressão de algum benefício material obtido?

Objetiva-se, pois, investigar o que prende o eleitor seridoense ao chefe político local, isto é, visa-se identificar o que está subjacente ao "voto de porteira batida" (nome que tomava o voto de cabresto no Seridô). Com outras palavras: busca-se detectar o que está sendo determinante na participação política do eleitor rural seridoense no período de 1889 a 1930, ou seja, como se dá a entrada do seridoense na luta eleitoral.

Percebe-se, portanto, que o trabalho não aborda a relação dos governos locais com os governos estadual e central.

1.3. As hipóteses de trabalho

Duas hipóteses nortearam a coleta e a análise dos dados; e, também, foram o meio sistemático de tratar a questão teórica levantada (o problema).

Primeira hipótese de trabalho:

"A Economia Seridoense, no Rio Grande do Norte, na Primeira República, tendo a terra como o meio básico de produção e centrada na agricultura, estava fundada no sistema de parceria (meação). Isto é, a meação era a forma dominante das relações sociais de produção".

Segunda hipótese:

O Comportamento Eleitoral da massa votante seridoense expressava, a nível político, uma relação vertical (entre as classes), derivada da relação social dada, a parceria (meação).

NOTAS

1. Ver na bibliografia desta monografia os trabalhos de Eric Wolf, George Foster, Sydel Silverman, A. Weingrod, J.D. Powell, R. Sandbrook e outros.
2. Ver os trabalhos de Hamza Alavi e E.Hobsbawy também nesta bibliografia.
3. Maria de Lourdes Janotti. O coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 7.
4. José de Souza Martins. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 46.
5. Dêcio A.M. Saes. "Coronelismo e estado burguês: elementos para uma reinterpretação". Estudios rurales latinoamericanos. Bogotá, 1(3), set-dez 1978, p. 74.
6. José de Souza Martins, 1981, p. 46.
7. Maria Isaura Pereira de Queiroz. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p.173.
8. Idem, p. 168.
9. Idem, p. 173.
10. Idem, p. 168.
11. Víctor Nunes Leal. Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil. 4.ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 53.
12. Idem, p. 53.
13. Idem, p. 53.
14. Dêcio A.M. Saes, 1978, p. 76.
15. Raimundo Faoro. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5.ed., Porto Alegre, Globo, 1979, p. 634.
16. Maria Isaura Pereira de Queiroz, 1976, p. 175.

METODOLOGIA

"As cabeças dos moradores antigos, embranquiçadas pelo frio da velhice que se aproxima estão cheias de histórias relembradoras da era patriarcal".

M. Rodrigues de Melo, 2. ed.

Patriarcas e carreiros: a influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste. . . . p. 35.

2.1. O objetivo e a estratégia da investigação

Este estudo de caso monográfico visou detectar a forma da participação do seridoense, na disputa eleitoral, durante a República Velha. Através das fontes oral e documental, coletou-se os dados sobre a maneira como se deu a entrada do eleitor na luta político-eleitoral.

Pelo fato da existência de uma bibliografia enaltecadora dos "mitos políticos seridoenses" e de uma documentação escrita limitada⁽¹⁾, recorreu-se à pesquisa oral com o objetivo de resgatar informação histórica sobre determinado objeto: o voto. Tinha-se dois caminhos para recolher essa informação. Se esta fosse colhida através de um deles só - o documental - , ocorreriam provavelmente distorções na interpretação. Entretanto, não se pretende concluir que, ao se trabalhar com as duas vertentes, elimina-se automaticamente a distorção analítica. Ao se combinar as linhas de pesquisa oral e documental, procura-se tão somente levantar uma maior quantidade de recursos e meios para uma aproximação do real.

Estrategicamente, a investigação não só procurou confrontar os dados das duas fontes como também integrá-los. A informação recebia crédito após ser comparada ou complementada com uma outra, quer da fonte oral, quer da documental. Daí, o conteúdo ter se tornado confiável para a análise.

2.2. Por que o Seridô?

Antes de aprofundar o procedimento metodológico adotado, é necessário responder à questão: por que a investigação se prendeu ao Seridô, pois poderia ser uma outra zona do Rio Grande do Norte?

A zona seridoense foi escolhida a partir do critério das "lideranças políticas": "o coronel José Bezerra, como José Bernardo e Silvino Bezerra, pertenciam a essa privilegiada aristocracia rural, dos coronéis seridoenses, a cuja ação social e política o Rio Grande do Norte tanto deve, porque, na verdade, todos eles foram fatores de equilíbrio, disciplina e estabilidade na paisagem rude e livre da vida sertaneja"⁽²⁾. Posteriormente, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamar-tine de Faria substituíram aqueles. Portanto, a escolha levou em conta os atores políticos (as lideranças do Seridô) que ocuparam o espaço político estadual no passado e que, no momento atual, são sucedidos pelo senador Dinarte de Medeiros Mariz.

2.3. Unidade de análise

Indaga-se: por que a unidade de análise se compõe de seis municípios?

Temia-se, teoricamente, não se concretizar a meta metodológica de confrontar e integrar os elementos das duas fontes. Num momento poderia se manifestar a dificuldade de achar um informante, num outro o penoso acesso ao documento. Na prática da pesquisa, esta previsão teórica se confirmou: veja-se o quadro 1 e a tabela 1.

QUADRO 1

ARQUIVOS PÚBLICOS SERIDOENSES PESQUISADOS

<u>Município</u>	<u>Fontes</u>	<u>Fontes</u>	<u>Fontes</u>
Acari	Cartório	Prefeitura	Paróquia
Caicó	Cartório	-	-
Currais Novos	-	Prefeitura	Paróquia
Florânea	-	Prefeitura	Paróquia
Jardim do Seridó	-	Prefeitura	Paróquia
Serra Negra do Norte	-	-	-

Tabela nº 1

Quantidade de entrevistas

<u>Município</u>	<u>Quantidade de entrevistas por Município</u>	<u>% por Município</u>
Acari	2	12,0
Caicó	5	29,0
Currais Novos	4	23,5
Florânia	2	12,0
Jardim do Seridó	2	12,0
Serra Negra do Norte	2	12,0
Total	17	

Portanto, tais dificuldades motivaram a escolha de uma extensa unidade de análise.

2.4. A pesquisa oral

2.4.1. a técnica e o ponto de partida

A técnica adotada para a coleta dos dados na investigação oral foi a entrevista. Visou-se coletar informações de alguém que participou do processo eleitoral, como votante, no Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, na Primeira República.

E como se procedeu para o levantamento dos informantes?

O ponto de partida foi a folha de votação dos cartórios eleitorais dos municípios seridoenses. Aqui, uma explicação sobre os municípios pesquisados: Serra Negra do Norte, por exemplo, não abrange nos dias atuais a mesma constituição político-administrativa da República Velha. Houve o desmembramento das ex-povoações de São João do Sabugi e de Ipueira. Assim, a pesquisa cobria as três localidades, pois no período que compreende o estudo, os dois atuais municípios faziam parte do primeiro como povoações. Com outras palavras: investiga-se as ex-povoações de Serra Negra do Norte em virtude de que, no tempo sobre o qual recai o estudo, há vinculação de tais ex-povoações ao município de Serra Negra do Norte - o quadro e o mapa metodológico expressam a situação de cada município na República Velha;

QUADRO METODOLÓGICO

<u>Município</u>	<u>Ex-Povoação Pesquisada</u>	<u>Não-Pesquisada</u>
Caicó	Timbaúba dos Batistas	Jucurutu
	São Fernando	Jardim de Piranhas
Serra Negra do Norte	São João do Sabugi	
	Ipueira	
Currais Novos	Lagoa Nova	
	Cerro Corã	
Florânea	São Vicente	
Acari	Carnaúba dos Dantas	Cruzeta
Jardim do Seridó	Ouro Branco	Equador
	São José do Seridó	Pareilhas
		Santana

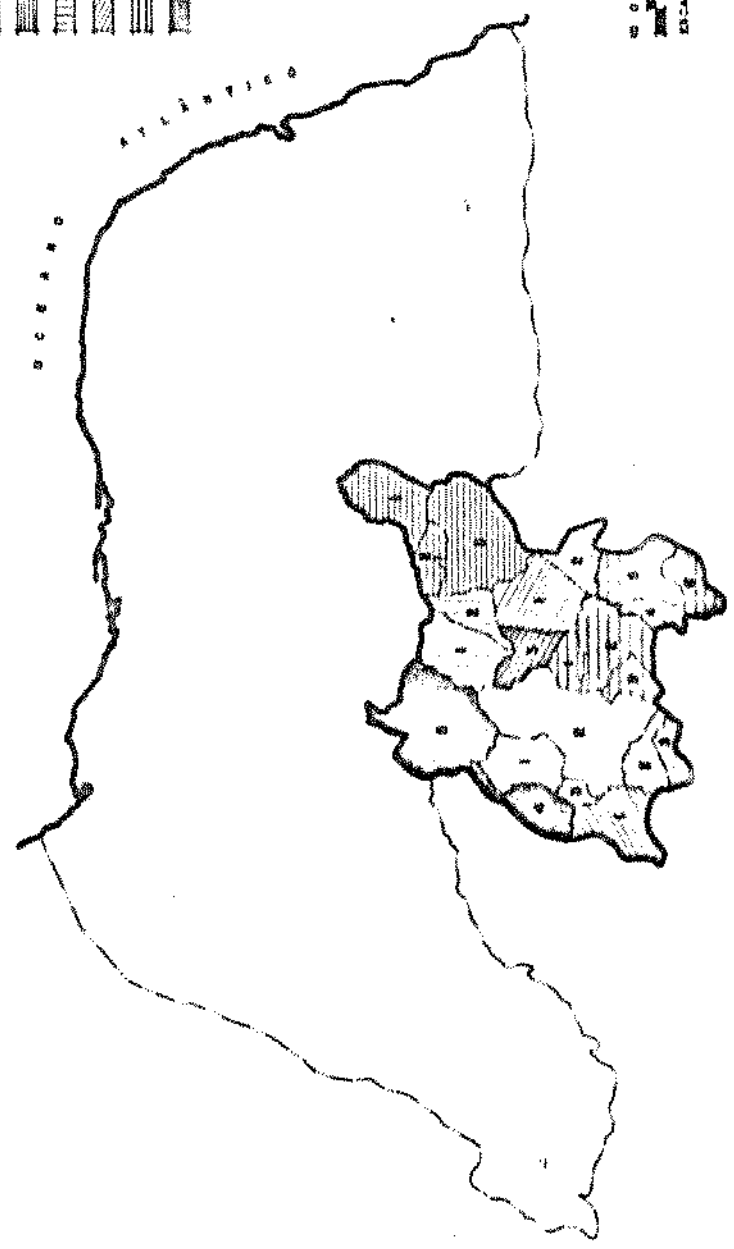
Fonte: Nomes da Terra

Luís da Câmara Cascudo

divisão político-administrativa atual

- SERENA NEGRA
 - 1. SERENA NEGRA DO NORTE
 - 2. S. JOSÉ DO SALEM
 - 3. PERNAMBUCO
- CAICÓ
 - 1. SÃO ROMÁRIO
 - 2. CAICÓ
 - 3. TERRA DOS BATISTAS
 - 4. JARDIM DE PERNAMBUCO
 - 5. ACIDENTE
- CURRALIS NOVOS
 - 1. CEMO DUA
 - 2. LARANJEIRA
 - 3. CURRALIS NOVOS
- FLORIANÓPOLIS
 - 1. FLORIANÓPOLIS
 - 2. S. VICENTE
- ACARI
 - 1. ACARI
 - 2. CAMPESINOS DOS DOCTORES
 - 3. CRISTÓ
- JARDIM DO SERIDÓ
 - 1. S. JOSE DO SERIDÓ
 - 2. JARDIM DO SERIDÓ
 - 3. CEMO BRANCO
 - 4. SANTANA
 - 5. PERNAMBUCO
 - 6. ESTREITO

- legenda
- SERENA NEGRA
 - CAICÓ
 - CURRALIS NOVOS
 - FLORIANÓPOLIS
 - ACARI
 - JARDIM DO SERIDÓ
 - BRANCO DO SERIDÓ



0 10 20 30 40 50 60 70 80 km
ESCALA GRÁFICA

SERIDÓ

- mapa metodológico

INSTITUTO A. C. PERMANÊNCIAS

2.4.2. O início do trabalho de campo

O trabalho de campo foi iniciado em Caicó, local onde o pesquisador instalou residência. Daí, viajou-se a Serra Negra do Norte e as ex-povoações de ambos os municípios. Em seguida, estabeleceu-se residência em Currais Novos e viajava-se todos os dias a Florânea, Acari e Jardim do Seridó - e também as suas respectivas ex-povoações -. Usou-se, para locomoção, o transporte público e privado, este através de "caronas". E justamente pela dificuldade de locomoção deixou-se de proceder a pesquisa nas seis ex-povoações (Jucurutu, Jardim de Piranhas, Cruzeta, Equador, Parelhas e Santana). Porém, o transporte em si não deve ser visto como o motivo de não se investigar as folhas de votação destas seis localidades. A causa básica foi a limitação econômica da pesquisa que não permitiu gastos de locomoção para estas povoações de difícil acesso. Contudo, a forma de conseguir locomoção, através de "caronas", permitiu uma maior facilidade de aproximação e penetração na comunidade com o fim de localizar os prováveis entrevistados; pois os motoristas geralmente tinham ligações ou conheciam os supostos informantes. Assim, minimizou-se a barreira da localização e chegou-se aos depoentes.

A pesquisa se prendia apenas ao manuseio das folhas de votação das listas masculinas, pois "mulher não votava n'aquela época"⁽³⁾. Em quase todos os municípios, a investigação manuseava a totalidade das folhas de votação dos eleitores - masculinos - inscritos; porém, em Caicó e Currais Novos, pela quantidade elevada do eleitorado (próximo a 10.000 eleitores masculinos, em cada um), a pesquisa nas folhas de votação parava quando não se encontrava, por três seções consecutivas, nenhum

eleitor nascido no século XIX. Conforme informação dos serventuários da justiça eleitoral, se existente o eleitor nascido no século passado, é encontrável nas primeiras e mais antigas listas de votação.

Adotou-se, após uma pesquisa exploratória em Caicó, um pressuposto concreto para operacionalizar a investigação oral: "ter nascido no século XIX e, também, ter sido eleitor pelo menos na década de 1920-30, no Seridó, Estado do Rio Grande do Norte".

2.4.3. "Identificação"

No cartório eleitoral, através das folhas de votação, procedia-se apenas a "Identificação" do eleitor ter nascido no século XIX. Em seguida, por informação do escrivão, oficial de justiça ou outro serventuário eleitoral, localizava-se - ou não - o endereço do "identificado". Aí, no contato pessoal - ou não - entre o entrevistador e o eleitor, a seleção se definia segundo as limitações externas e internas. Enquanto aquela dizia acerca das limitações econômicas da pesquisa e a ausência do "identificado" da área seridoense, esta se referia ao critério metodológico adotado para a pesquisa oral, a saúde e a negação - recusa - do "identificado" em participar da entrevista.

2.4.4. As limitações da pesquisa

A limitação econômica (financeira) da investigação tem um dado inicial: nenhum apoio financeiro de qualquer instituição. Porém, no trabalho de campo, a ajuda de inúmeras pessoas supriu a ausência institucional. Concretamente, a limitação econômica da pesquisa eliminou os contatos pessoais com aqueles "identificados" que se encontravam a uma certa distância, mais propriamente na zona rural. Porém, duas vezes, como casos isolados, o auxílio existiu: foram os prefeitos de Timbaúba dos Batistas e o de Florânea, com transportes para a zona rural. Entretanto, não se buscou contatos com as prefeituras seridoenses por dois motivos: um, publicamente conhecido, é a situação difícilíssima em que se encontravam as administrações municipais; e outro, mais importante e básico, é a ligação que existe entre o político local e os habitantes municipais. Evitar-se-iam, portanto, quaisquer interferências na espontaneidade do informante. Numericamente, foram excluídos 15 - quinze - "identificados" - de um contato pessoal com o entrevistador por causa da limitação econômica da pesquisa.

A ausência do "identificado" da área investigada eliminou 10 - dez - que nem foram localizados. Ou seja, sabia-se que residia com parentes, em outras cidades; Natal, João Pessoa e Campina Grande. Mas, sem nenhum endereço. Entretanto, através de diversas informações imprecisas, conseguiu-se encontrar apenas um "identificado" que foi entrevistado em uma das três cidades.

Por conseguinte, 25 - vinte e cinco - "identificados" foram excluídos da entrevista por uma limitação de ordem externa a pesquisa oral.

O critério metodológico (de ter votado pelo menos na década de 1920-30) assumido para o "identificado" ser informante excluiu 14 - quatorze - nascidos no século XIX, pois enquanto 9 - nove - não tinham votado antes de 1930, 5 - cinco - haviam votado, mas não no Seridô, Estado do Rio Grande do Norte. E como se tinha conhecimento de que havia votado na década de 1920? Com outras palavras: como se tinha certeza de que o "identificado" havia votado na década de 1920-30? Quando se perguntou sobre o ano em que começou a votar, a resposta foi imprecisa: "faz muitos anos, não me lembro da era, não. Sei que era menino, nessas era de 1900"⁽⁴⁾. Porém, quando se indagou ao "identificado" se ele havia votado no tempo em que o Cel. José Bezerra ou Cel. Silvino Bezerra era vivo (no início de 1920, estes dois coronéis faleceram), a resposta era precisa: "o primeiro voto foi no mando do coronel - José Bezerra"⁽⁵⁾ -. Portanto, a pergunta com base num fato concreto da realidade do local obtinha a resposta sem margens para a dúvida: "quando eu comecei a votar, quando eu requeri o título, ele (Cel. Silvino Bezerra) era o chefe"⁽⁶⁾.

O estado de saúde não permitiu que 24 - vinte e quatro - "identificados" chegassem a participar da pré-entrevista informal, pois fatores como arteriosclerose, surdez e velhice eliminaram qualquer possibilidade de um contato para um diálogo.

Houve, também, a recusa do "identificado" em ser entrevistado. Enquanto dois alegaram que "não quero dizer nada" e "a minha memória é fraca, eu não me lembro de nada"; um terceiro evitou receber o entrevistador para o interior da residência dele. Se, por um lado, não se procurou convencer o "identificado" a prestar informações - ser entrevistado -; pe

lo outro, também não se tencionou saber o motivo da atitude de defesa - fuga -, pois temia-se criar obstáculos ao desenvolvimento da investigação. Contudo, interpretou-se essa atitude do "identificado" em "fugir" da entrevista como um mecanismo de defesa diante do clima criado pelas lutas de famílias seridoenses e, também, o fato de ser o Seridô uma das áreas do "Sindicato do Crime". Assim, evitou-se um envolvimento com os conflitos locais.

Identificou-se, portanto, nas folhas de votação dos cartórios eleitorais seridoenses, um total de 83 inscritos nascidos no século XIX - tabela 2 :

2.4.5. No trabalho de campo, o objetivo: para a comunidade para o "identificado"

No trabalho de campo, deixou-se transparecer o objetivo da pesquisa? O que se disse estar pesquisando?

A nível das pessoas ligadas, de um modo geral, as instituições locais (cartórios, paróquias e prefeituras), dizia-se que se investigava a problemática algodoeira na época da Estação Experimental de Cruzeta (década de 1920-30). O tempo em que o algodão mocô era o "ouro branco". A partir daí, buscava-se investigar o que é o fenômeno da seca. Em cima dessa situação, o estudo caminharía pela política partidária entre as famílias locais. Havia, então, um entusiasmo generalizado para se falar dos familiares que tinham sido políticos. Ouvia-se, apenas. Em seguida, chamava-se atenção para o fato do entrevistador ter a prova documental do cartório de que a idade do informante era registrada em algum documento. Aí, o

Tabela nº 2

Distribuição por fatores (Limitações da pesquisa)

Limitação Interna	Quantidade de "Identificados"	%	Saúde	%	Critério Metodológico	%	Recusa	%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
-------------------	-------------------------------	---	-------	---	-----------------------	---	--------	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

cartório eleitoral era a fonte que oferecia os dados mais exatos e objetivos. A partir da explicação mais convincente, manifestava-se o interesse em ajudar, ora em termos de transportes, ora em termos de localização. Porém, chamava-se atenção para o fato da situação artificial criada (a entrevista) para aquele que iria ser entrevistado, pois, com uma idade avançada, uma gravação mecânica ocorrendo e a presença de terceiros, ele (o entrevistado) poderia se sentir inibido e bloqueado para dar as informações. Alguns apoiaram, assim, até certo ponto; retirando-se no momento da entrevista.

Com os "identificados", numa prê-entrevista informal, explicava-se o objetivo da pesquisa: saber "as coisa das era antiga"⁽⁷⁾, pois "nas era antiga" não havia jornal, nem rádio, nem televisão, nem livro; e as pessoas mais jovens de hoje não sabem nada sobre a vida dos tempos antigos. E ele, o Sr...que havia vivido e trabalhado n'aquelas "era", poderia contar para outras pessoas como tinha sido o tempo antigo. E, acima de tudo isto, ele era uma pessoa muito importante, pois ainda está vivo e em condições de contar tudo o que a memória lembrar. Em seguida, após concordar em dizer "o que a memória e lembrança guardou", colocava-se a necessidade de gravar a conversa entre os dois, pois, outras pessoas, que moram muito longe daqui - lá do Seridó -, também querem ouvir "as coisas das era antiga".

Portanto, por um lado, usou-se a motivação pessoal como recurso para obter a entrevista e, pelo outro, não se tornou público o objetivo da entrevista.

2.4.6. A técnica no pós-fato

A entrevista ocorria, então, na idade avançada de uma certa pessoa, a velhice. Porém, pretendia-se conhecer sobre uma fase anterior: a adulta. Nela, o ato eleitoral constituía-se no objetivo final. Portanto, a técnica foi aplicada no pós-fato. - tabela 3 :

Tabela nº 3

Faixa etária dos entrevistados

<u>Faixa Etária</u>	<u>Quantidade de Ent.</u>	<u>%</u>
1885-1890	3	18,0
1891-95	8	47,0
1896-99	6	35,0

Obteve-se, para cada entrevista, uma média a proximada de 36 - trinta e seis - minutos, assim distribuídos - tabela 4 :

Tabela nº 4

Tempo (minutos) das entrevistas

<u>Quant. de Ent.</u>	<u>Tempo (minutos)</u>	<u>%</u>	<u>Média p/fita</u>
3	120	19,0	40 minutos
8	320	52,0	40 minutos
6	180	29,0	30 minutos

2.4.7. Testemunho típico

Conseguiu-se um testemunho típico e privilegiado de alguém que "viveu e participou de determinado aconteci-

mento ou fato que nos interessa em particular"⁽⁸⁾. Concretamente, "ninguém está mais em condições do que ele para dar tais informações"⁽⁹⁾. Objetivou-se, por um lado, o depoimento de uma pessoa que não seria capaz de deixar o seu testemunho escrito e, pelo outro, resgatar "documentos que, em forma de memórias, se não forem extraídos rapidamente, se perderão definitivamente"⁽¹⁰⁾. E justamente pelo aspecto de se trabalhar com a memória de pessoas idosas, a entrevista optou pela coleta de fatos. Aqui, uma surpresa: "coisa que passou comigo...eu não esqueço, mas o que passou dos 40 pra cá, não me lembro mais, a idéia ficou fraca"⁽¹¹⁾.

2.4.8. A organização da documentação oral

Adotou-se, para a organização da documentação oral, um sistema no qual o critério inicial foi o do dia em que ocorreu a entrevista. No caso de duas no mesmo dia, a hora foi o critério para sistematizar os documentos orais. E, para apresentação das citações dos depoimentos, obedeceu-se a uma escala numérica em que a primeira entrevista realizada correspondeu ao número 1. Assim, procedeu-se até a 17 entrevista. Omitiu-se: o nome, a idade, a localização e algum detalhe passível de identificação. Preservou-se, portanto, o anonimato de cada testemunho: "eu sabia que o senhor não ia botar...(citação nominal) em precipício...dizer o nome"⁽¹²⁾.

2.4.9. O tratamento dos depoimentos orais

As informações colhidas oralmente foram organizadas e analisadas em conjunto. Como se procedeu para obter o conjunto dos fatos coletados? Após a pesquisa de campo, adotou-se dois cortes para o tratamento dos dados: o vertical e o horizontal. Inicialmente, trabalhou-se verticalmente com os depoimentos, isto é, agrupou-se os que tinham sido "donos de terra" e os que não foram "donos": os proprietários e os moradores. Com outras palavras: efetuou-se o corte vertical entre os testemunhos que se originaram das duas categorias de análise: os moradores e os proprietários. Evidenciadas as duas categorias de análise, procedeu-se ao corte horizontal com o objetivo de extrair a representação social de cada uma das duas categorias de análise. Assim, visou-se detectar a realidade de cada categoria em estudo. Porém, não com o intuito de isolamento e, sim, para proceder a identificação da relação social entre as duas categorias de análise: os proprietários e os moradores. Aí, com base nos dois testemunhos orais, obteve-se a relação que se estabeleceu no regime produtivo: a meação. Portanto, evitou-se a visão unilateral da realidade.

2.4.10. Estruturação da entrevista

A entrevista se estruturou em cinco tópicos: no primeiro, eram levantados os dados pessoais-familiares dos informantes; no segundo, a partir da idade em que se iniciou a trabalhar, a vida econômica afluía; no terceiro, a realidade

de escolar brotava e servia de ligação para o momento seguinte, o quarto, justamente o centro da pesquisa: a extração e coleta dos elementos (dados) para a compreensão da participação política do eleitorado seridoense, no Rio Grande do Norte, na Primeira República. Aí, em seguida, no quinto, atingia-se o clímax da técnica: "ah! eu quero falar. Meus filhos não sabem o que passei. Eu não cheguei a passar fome, mas necessidade passei muito..."(13). A interação entre o entrevistador e o entrevistado, a partir daí, com um clima descontraído e favorável, permitiu levantar e ouvir depoimentos sobre violências praticadas por alguns políticos seridoenses ("os mitos políticos do Seridô, segundo a bibliografia local). Mas, nem sempre se conseguia obter informações diretas e objetivas sobre o comportamento dos coronéis, se eles eram bons ou ruins: "eu não posso nem contar"(14).

2.4.11. O ápice do trabalho de campo

Atingiu-se o ápice da pesquisa oral ao entrevistar familiares de uma das vítimas de tais violências. Inicialmente, houve medo em narrar o fato ocorrido em 1929, porém, após muito persistir, quebrou-se a resistência: "a gente tem medo...porque quem é pobre tem medo de certas coisas...para não matarem a gente, eu não podia dizer nada da família maior de Serra Negra...esse povo matava muita gente"(15). Por parte desses familiares, houve a colocação de uma condição para se efetuar a entrevista: "não se realizar a entrevista na própria casa dos entrevistados e, sim, na residência do Sr...., aí, o entrevistador entraria pela porta da frente e os fami

liares da vítima entrariam pelas portas do fundo para não dar na vista do povo daqui; pois "nunca tratei a ninguém não... nunca descobri a ninguém. Quando me perguntavam de que ele morreu, eu dizia: - morreu de febre"(16).

Porém, não é um caso isolado de temor, pois, nos dias atuais, ainda persiste o medo: "casos são relatados (embora as pessoas tenham medo) das perseguições e destituições de caráter político"(17). Contudo, "era necessário falar"(18).

2.4.12. Entrevistas: metodologicamente previstas excepcionais nominal

Se, por um lado, a estruturação da entrevista ocorreu num período anterior à pesquisa de campo propriamente dita, obedecendo a um pré-plano (corpo da entrevista); pelo outro, no trabalho de campo, ocorreu a reestruturação do corpo da entrevista. Na realidade, não houve mudança do plano inicial esboçado e, sim, aprofundamento e detalhamento de tópicos em virtude da descoberta de situações desconhecidas previamente. Como caso concreto deste fato, pode-se mencionar os dois tipos de entrevistas: aquelas que estavam "metodologicamente previstas"; e aquelas que se tornaram entrevistas especiais: "os entrevistados excepcionais". Os primeiros eram previamente percebidos na investigação de campo e, no geral, tinham características comuns para o objetivo da pesquisa. Os últimos foram sendo entrevistados à proporção que iam sendo citados pelos "entrevistados previstos". Eles detinham infor

mações que sã podiam ser obtidas atravẽs dos seus prõprios testemunhos orais - "entrevistas excepcionais" -. Adotou-se, para estas últimas entrevistas, o mesmo sistema de organização das "entrevistas metodologicamente previstas". Mas, usou-se o alfabeto da letra "A" a "D" para a ordem de exposição e citação. Contudo, a "entrevista excepcional" com o "Major Theodorico Bezerra" terá um tratamento diferenciado e se procederã a citação nominal deste depoimento, pois ẽ de domĩnio e conhecimento pũblico o testemunho oral deste chefe polĩtico, quer atravẽs da sua participação polĩtica, quer atravẽs dos meios de comunicação, como o Globo Reporter: "Majõ Theodorico, o Imperador do Sertão"; e em livro, com igual tĩtulo, de Lauro Bezerra. Conseguiu-se 50 minutos de depoimento oral para as "entrevistas excepcionais" e 55 minutos para a entrevista nominal.

2.4.13. Local da entrevista

As entrevistas foram aplicadas nas prõprias casas dos entrevistados, no seu ambiente familiar, geralmente na sala e no quarto, logo apõs o contato inicial: pois quase nenhum deles trabalhava mais - apenas dois ainda faziam algum serviço fora de casa -. Estas entrevistas ocorreram no perĩodo da manhã e da tarde e sem a participação e interferẽncia dos familiares e de terceiros. Enfim, nenhuma entrevista ocorreu fora da residẽncia do informante, assim como tambẽm não existiu um segundo encontro entre o entrevistador e o entrevistado.

2.4.14. Traços da entrevista

Portanto, a técnica foi oral, pessoal, documentária, semi-estruturada, gravada mecanicamente com energia elétrica, com uma amostra não-probabilística sistemática e com um objetivo claramente definido.

2.5. Pesquisa documental

2.5.1. Locais e fontes

Efetuuou-se a investigação em quatro locais: Campinas, Natal, Mossorô e no Seridô. No primeiro, no Centro de Ciências, Letras e Artes. No segundo, nas seguintes fontes: Arquivo Público Estadual, Biblioteca Pública Estadual, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, nos jornais *A República*, *A Ordem* e *Tribuna do Norte* e no arquivo particular do Major Theodorico Bezerra. No terceiro, no Museu Municipal de Mossorô. No quarto, nos arquivos públicos das prefeituras, cartórios e paróquias do Seridô - ver o anexo sobre as fontes.

2.5.2. A seleção

Os documentos levantados foram de origem manuscrita e impressa. A coleta conseguiu dados públicos e privados, diretos e indiretos, informes legais e pessoais; enfim, os mais diversos testemunhos escritos para a seleção dos tex-

tos da análise. Af, a seleção se definiu por aqueles documentos que, após serem comparados e complementados com outros documentos, se tornavam representativos para a análise do caso.

2.5.3. As dificuldades

Durante a pesquisa, entre as dificuldades enfrentadas, duas se destacaram: a nível da fonte documental, mais propriamente na fonte jornalística, a ausência de estudos sobre as tendências do jornalismo partidário no Rio Grande do Norte, na Primeira República, foi a mais expressiva dificuldade sentida pelo fato de que não se tinha um quadro das forças atuantes no jornalismo estadual. Assim, a pesquisa ocorreu na fonte jornalística sem um previsto plano de coleta de dados. Contudo, este problema (a ausência de conhecimento sobre as tendências do jornalismo partidário) despertou o pesquisador para o tema das tendências do jornalismo numa determinada época. A nível da fonte oral, a linguagem da comunicação constituiu-se uma barreira em virtude da interação inter-pessoal entre os dois participantes da entrevista que tinham perspectivas, valores e universos totalmente diferentes. Af, o caminho para a superação do problema foi usar o código do entrevistado para extrair dele "as coisa das era antiga"⁽¹⁹⁾ sem usar a linguagem do entrevistador. Procurou-se, portanto, ter uma identidade verbal para a obtenção de um clima propício ao desenvolvimento da comunicação. Assim, o ambiente seria favorável ao resgate de uma informação d'aquela que participou de um certo ato que se deseja conhecer. Porém, isto não quer dizer que se tenha conseguido superar o problema. Conseguiu-se minimizar a

barreira verbal - da comunicação - com o fim de maximizar a coleta de informações orais sobre o objeto de estudo. Contudo, a barreira oral não se constituiu na única dificuldade sentida na fase de operacionalização da técnica. Foi, sim, pelo fato de ter sido o canal de comunicação entre o pólo investigador e o pólo investigado, a mais expressiva dificuldade. Se estas duas barreiras - o jornalismo partidário e a linguagem da comunicação - tornaram-se obstáculos, inicialmente; ao longo da investigação, trouxeram uma experiência que não se adquire nos livros de metodologia e técnicas de pesquisa.

2.5.4. Questão de método

No desenvolvimento da pesquisa, uma questão básica foi detectada: o estudo do coronelismo sem uma ida às fontes primárias. Percebeu-se o quanto se interpreta este fenômeno com base nas fontes secundárias. Detectou-se, pois, a existência de um círculo vicioso (de gabinete) em que "fulano cita beltrano que cita sicrano que cita fulano que cita..." Porém, os que estudam o coronelismo com base nas fontes primárias cometem um grave lapso metodológico: o tratamento estático da questão em prejuízo do movimento histórico. E o que constitui tal procedimento estático? Através de duas questões, pode-se evidenciar inicialmente o que se entende por tratamento estático: o que está subjacente a manifestação eleitoral de um votante em 1900 é a mesma coisa que em 1950? O que impele um eleitor dar o seu apoio político ao chefe local em 1910 é o que o determina em 1960? Geralmente, o procedimento estático dá um tratamento ao longo dos tempos com base nos resultados eleito-

rais eficientes, isto é, trata-se da questão através da sua expressão manifesta - resultado eleitoral eficiente -. Esta tendência analisa, pois, através da manifestação eleitoral eficiente, um fenômeno - a prática coronelística - que não é investigado no seu aspecto dinâmico - o movimento -. E o que constitui o movimento? Este é o método usado pelo coronel para obter o resultado eleitoral eficiente ao longo dos tempos. Porém, o método para a obtenção deste resultado não é o mesmo ao longo dos tempos. Os enfoques, portanto, ao negligenciar o movimento do fenômeno do coronelismo nos afastam do que constitui o fundamental e determinante do coronelismo. Ou seja, tais enfoques dificultam a construção de um conceito preciso de coronelismo. Pretende-se, por conseguinte, negar esta posição metodológica e a sua interpretação teórica sobre a prática coronelística⁽²⁰⁾. Objetiva-se, diretamente, refutar a visão interpretativa exposta por Maria Isaura Pereira de Queiroz, no texto "O coronelismo numa interpretação sociológica". Porém, não é o único com relação ao qual se visa contra-argumentar, pois existem outros que esboçaram análises sob orientação desse mesmo quadro teórico. Contudo, este trabalho é o básico dessa corrente interpretativa.

Alfrio Fernando Barbosa de Souza, em seu trabalho sobre o poder local, disse que "as buscas de documentos pessoais resultaram infrutíferas. Não encontramos arquivos, nem autobiografias, nem diários, nem cartas, nem biografias"⁽²¹⁾. Após a pesquisa, declarou a "inexistência de dados em arquivos...de elementos bibliográficos...a inexistência de pesquisas anteriores"⁽²²⁾. Será que se pode conceber a inexistência de documentação nos arquivos de prefeituras, paróquias e cartórios? Para o estudioso da ciência social,

é difícil imaginar um tema para o qual não haja uma documentação primária em tais arquivos? Não são conservados documentos privados em mãos dos seus respectivos interessados?

Em 1946, Luiz de Aguiar Costa Pinto afirmava que "a ausência quase completa de centros de documentação social e história organizados...fará a obra do estudioso brasileiro obra de verdadeiro heroísmo"⁽²³⁾. Em 1983, no Seridó, os arquivos públicos municipais de Currais Novos e Florânea constituíram-se em duas importantes fontes documentais organizadas para o desenvolvimento da pesquisa⁽²⁴⁾. Porém, não é comum o arquivo público municipal organizado. Contudo, dando-se busca nos arquivos públicos dos outros municípios seridoenses, conseguiu-se encontrar farta documentação sem um tratamento arquivista adequado. As paróquias, de um modo geral, possuem os seus arquivos convenientemente organizados, pelo menos as paróquias pesquisadas. Não se podendo, porém, dizer o mesmo sobre os cartórios, apesar do abundante material documental preservado. Conseguiu-se descobrir, através dos contatos pessoais mantidos ao longo dos seis meses de pesquisa, vários arquivos particulares pertencentes a seridoenses. Brotava, próximo ao final dos seis meses de investigação, uma confiança dos seus respectivos organizadores; porém, a limitação financeira da pesquisa não permitiu permanecer mais tempo na área de estudo. Concretamente, conseguiu-se descobrir 3 cadernos manuscritos de Espiridião de Medeiros, localizados em poder de uma família seridoense residente em Porto Alegre; 1 caderno manuscrito do Cel. Felinto Elísio em mãos de Max de Azevedo; documentos de José Augusto Bezerra de Medeiros e Silvino Bezerra e 10 horas de depoimentos orais (gravados) de ambos

ao sobrinho, Luiz G. M. Bezerra, que os conserva; o arquivo particular de Cristovam Dantas, em poder de Osório Dantas e os arquivos particulares de Adelino Dantas e José Gomes Bezerra, recentemente falecidos, os quais se encontram guardados (preservados) por familiares dos mesmos. Obteve-se, ainda, acesso a outros arquivos privados, como o de Vingt-Un Rosado e Raimundo Soares de Brito, ambos em Mossoró, mas a causa financeira foi determinante para a não-investigação nestes dois últimos arquivos.

Descobriu-se, também, alguns colecionadores de documentação fotográfica sobre o Seridó: João Padeiro, em Caicó; Joaquim Martiniano Neto, em Natal; a coleção particular de Manoel Dantas, com Osório Dantas e outros de menor expressão. Além, logicamente, dos arquivos fotográficos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em Natal; e do Museu de Mossoró. Entretanto, no final da pesquisa, conseguiu-se sensibilizar a direção da Fundação José Augusto e, através do Centro de Documentação, obteve-se o registro de alguns pontos significativos da realidade do Seridó para este trabalho: pés de algodão mocô, as cadeias de Acari e Jardim do Seridó, e a típica cerca de pedra.

Entretanto, por trás de tal posição representada por Alírio de Souza, deve-se enxergar o objetivo de não trazer à tona um passado ou uma realidade que não convém a essa concepção metodológica. A propósito, em 1899, Tavares de Lyra, deputado federal pelo Rio Grande do Norte, ao se opor a publicação de farta documentação acerca das eleições no Oeste do Estado, afirmou que "vão se encher centenas de columnas do Diario do Congresso com a publicação de documentos que dizem respeito exclusivamente a negócios do Estado do Rio Grande do Norte e com os

quaes nada tem que ver o Congresso Federal"(25).

Contudo, também se deve entender que ocorre, no Brasil, de um modo geral, uma transposição de metodologia de pesquisa sem uma adaptação crítica à realidade local. Copia-se, nas Ciências Sociais, de modo mecânico, numa submissão intelectual a padrões externos, um referencial alienado do potencial documental existente no real.

NOTAS

1. A documentação é considerada limitada no sentido de que os documentos escritos, neste caso específico do Seridó, expressam a visão dos que tiveram condições de registrar o fato, isto é, tal documento poderia exprimir uma visão unilateral da realidade seridoense.
2. M. Rodrigues de Melo. Patriarcas e canelinas: influência do Coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste. Rio de Janeiro, Pongetti, 1954, p. 55-56.
3. Entrevista 11. Conforme a legislação eleitoral do período da República Velha, eram excluídos de votar não só os analfabetos como também as mulheres. Em 1928, no Rio Grande do Norte, através de lei estadual (Constituição), o voto feminino é pioneiramente exercido no Brasil, inclusive a primeira representante feminina: Alzira Soriano. Porém, não se aborda a questão do voto feminino neste estudo, pois foge a preocupação da análise.
4. Entrevista 14.
5. Entrevista 15.
6. Entrevista 17.
7. Entrevista 1.
8. Carlos Humberto P. Correia, História oral: teoria e técnicas. Florianópolis, UFSC, 1978, p. 54.
9. Oracy Nogueira. Pesquisa social: introdução às suas técnicas. São Paulo, 4.ed., Nacional, 1977, p. 113.
10. Carlos Humberto P. Correia, 1978, p. 15.
11. Entrevista 4.
12. Entrevista "C".
13. Entrevista 17. Não se aborda nesta monografia a questão da seca, pois foge ao interesse do estudo de caso.
14. Entrevista 15.
15. Entrevista "B".
16. Entrevista "B".
17. Tribuna do Norte, Natal, 4 dez 1983, p. 3. "Um novo clã desbanca dinarte em Caicó".

18. Entrevista "C".
19. Na prē-entrevista informal com o informante 1, este, apōs ouvir o entrevistador expor o objetivo da conversa, disse: "quer saber das coisa das era antiga, nō ē?"
20. Dēcio A.M. Saes. "Trata-se, antes de mais nada, de pōr obstāculos ās caracterizações formais e elāsticas do coronelismo, capazes, por sua adaptabilidade, de sobre voar diferentes modalidades de dominação de classe: tal como as anālises que frisam a imutabilidade do "poder local" ao longo dos sēculos, sem atentar para o fato de que, ā sua volta, tudo muda: e que, portanto, apenas esse fato (ou seja, mesmo que a descrição feita se ja correta, o prōprio "poder local" jā nō ē o mesmo". "Coronelismo e estado burguēs; elementos para uma rein interpretação". Estudios rurales latinoamericanos. Bogotā, V. 1, nō 3, 1978, p. 70.
21. Alīrio Fernando Barbosa de Souza, O Coronelismo no mēdio Sāo Francisco. Univ. Fed. da Bahia, Salvador, 1973, p. 18.
22. Alīrio de Souza, 1973, p. 15.
23. Luiz de Aguiar Costa Pinto. Lutas de famílias no Brasil. Nacional, Sāo Paulo, INL, Brasília, 1980, p. XIII.
24. Considerando-se a realidade (recursos) e o nīvel do trabalho arquivista desenvolvido em Currais Novos e em Florānea, ē louvāvel o esforço de Joabel Rodrigues de Souza e equipe no primeiro e o de Luciene de Medeiros no segundo municīpio.
25. Anais da Câmara Federal, 1899, V. IV, p. 62. (ACLA). Apesar da oposição enfrentada, Francisco Gurgel conseguiu publicar nos anais da Câmara Federal diversas atas eleitorais e documentação sobre a disputa eleitoral no Rio Grande do Norte, no período.

O SERIDÃO E A MEAÇÃO NO ALGODÃO MOÇÃO

"As pessoas sō interessam na medida em que representam categorias económicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe".

Karl Marx, 5.ed. O Capital.
livro I, volume I - p. 6.

3.1. A localização, o território e as sesmarias

Seridô é o "nome de batismo de uma vasta zona que se estende desde o Rio Grande do Norte até a zona central do Estado da Paraíba"⁽¹⁾. Situa-se no sertão nordestino⁽²⁾ e os limites entre os dois Estados⁽³⁾, envolvendo a zona seridoense, foram estabelecidos na terceira década do século XIX e permanecem inalterados até os dias atuais⁽⁴⁾ - ver o Mapa 1.

No Rio Grande do Norte, no início do regime republicano, "a zona abrange uma vasta área em que ficam compreendidos os municípios de Curraes-Novos, Acary, Flores, Jardim do Seridô, Caicô e Serra-Negra"⁽⁵⁾. O Seridô cobria uma extensão de 9.352 Km² (18,3%) do território estadual: 53.015 km²⁽⁶⁾ tabela 5.

Tabela nº 5

Distribuição territorial por município

<u>Município</u>	<u>km²</u>	<u>% em relação ao RN</u>
Acari	1.037	2,0
Caicô	3.382	6,6
Currais Novos	1.331	2,6
Florânea	1.251	2,5
Jardim do Seridô	1.546	3,0
Serra Negra do Norte	805	1,6

Fonte: Recenseamento de 1920, Agricultura, V. III (1a. parte), p. 110-111 - ver o Mapa 2.

Assim como quase todo o interior nordestino, foi a pecuária que integrou a zona seridoense à colonização litorânea: "foi possível povoar de gado o Nordeste porque os enge

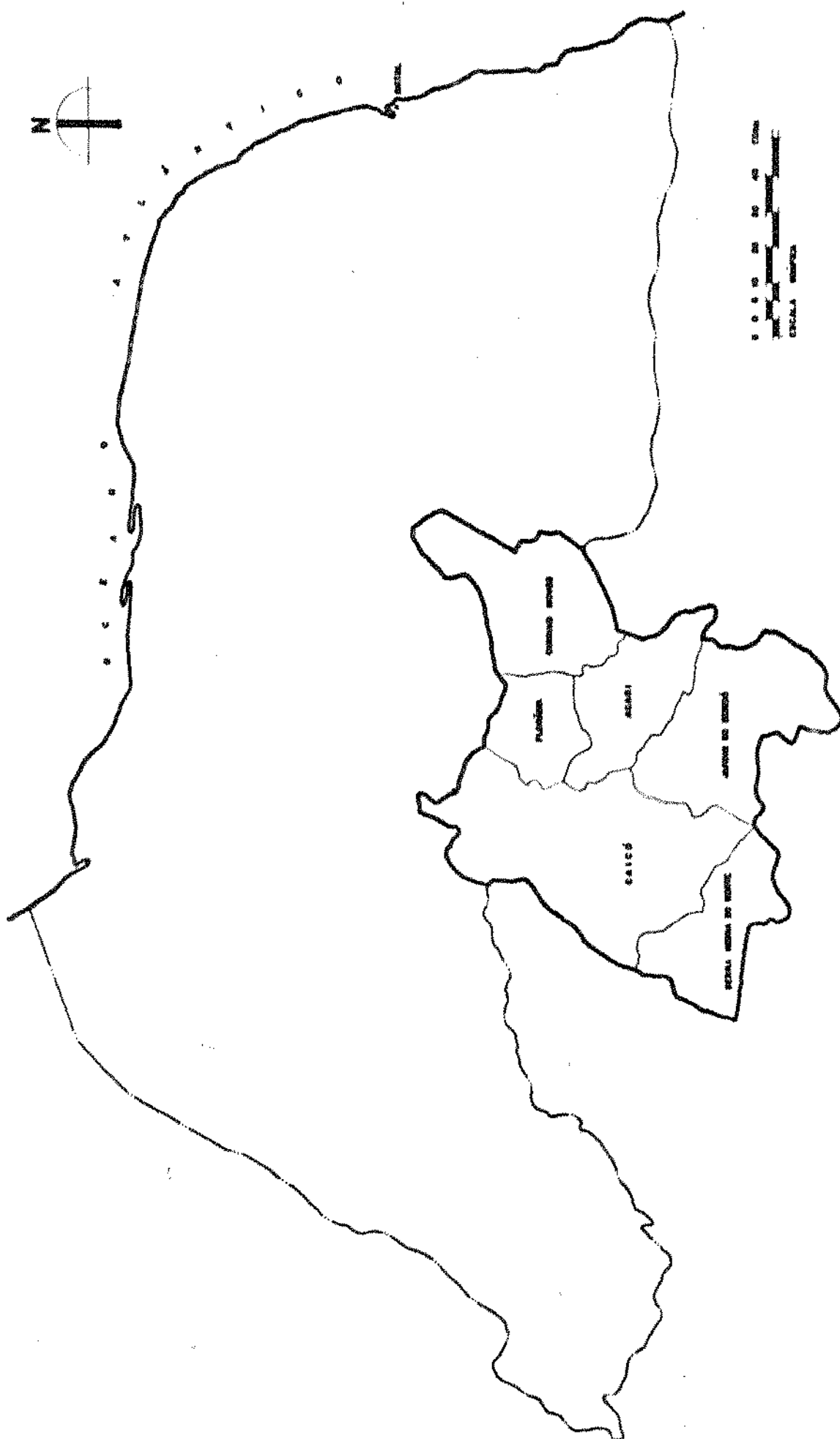


mapa 01

SERIDÓ

• localização no nordeste

DESENHO: A. G. FERNANDES



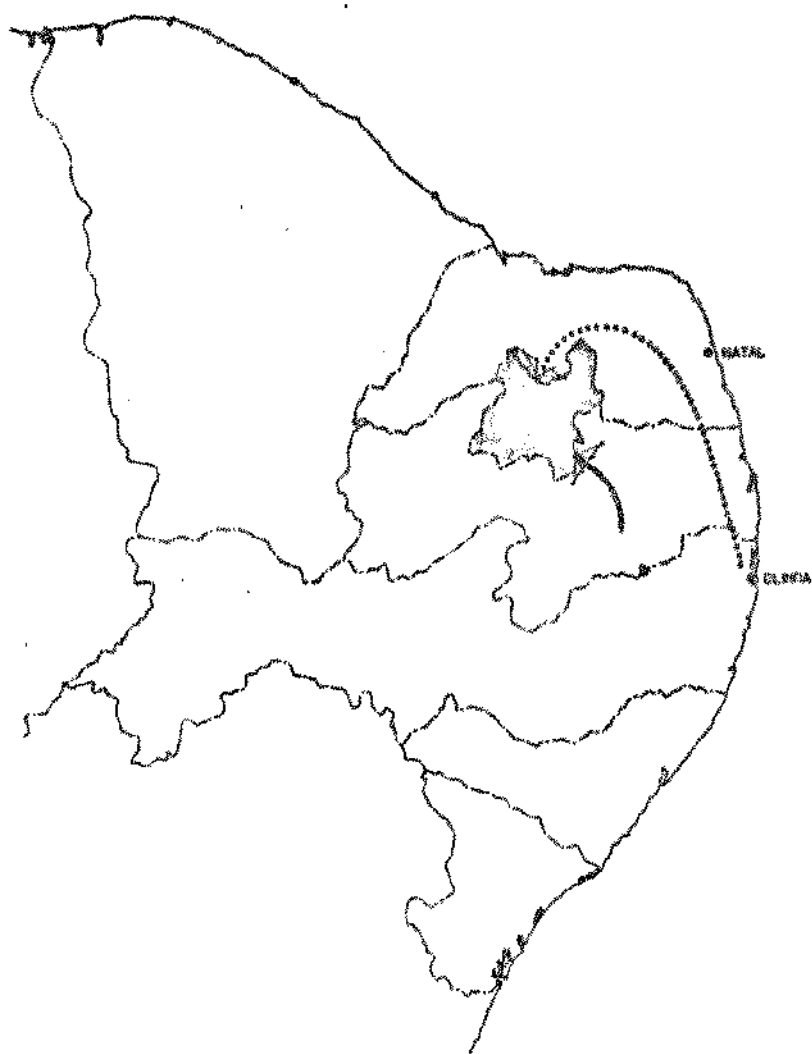
ma p g 02
SERIDÓ

- localização por município no
no grande do norte

nhos absorviam grande quantidade de animais, não sō para alimenta^{ção}, mas tambē, e sobretudo, para tra^{ção}", explica Celso Furtado⁽⁷⁾. Assim, "o gado foi... ao comē^{çar} o povoamento da terra seridoense, o elemento econōmico fundamental... o princ^{ípio} de todo o processo da histōria do Seridō"⁽⁸⁾.

"Em Riquesas do Sertão", Manoel Dantas declara que "os primeiros povoadores que alli fixaram-se nos comē^{ços} do sēculo XVII vieram de Pernambuco e Parahyba"⁽⁹⁾. Partindo desses dois Estados, "gradativamente, ocorreu o povoamento do Seridō, obedecendo as duas correntes ou fluxos: do leste para o oeste, atravēs do Boqueirão de Parelhas e do sul para o norte, partindo da Borborema"⁽¹⁰⁾ - ver o mapa 3.

Apesar desta pesquisa não se preocupar diretamente com os sēculos XVII e XVIII, pois não se pretende dar uma interpreta^{ção} ã fase de integra^{ção} da zona ã coloniza^{ção}, nem muito menos ã organiza^{ção} social da ēpoca; objetiva-se de tectar ao longo destes dois sēculos, atravēs de um dado - o da sesmaria, o in^{ício} da apropria^{ção} do territōrio seridoense. Por intermēdio de um t^{ípico} representante da ēpoca, o Coronel Caetano Dantas, consegue-se mapear uma parte das terras apropriadas por este sesmeiro. Conforme a documenta^{ção} organizada por Lyra Tavares, pode-se conhecer os pedidos do Coronel Caetano Dantas - quadro 2:



LEGENDA
— PENEIRAÇÃO PERMANENTE
--- PENEIRAÇÃO TEMPORÁRIA

mapa 03
SERIDÓ

• integração pela pecuária
século X.VII

DESENHO A. C. FERNANDES

QUADRO Nº 2

Pedidos do Coronel Caetano Dantas

<u>Pedidos nº</u>	<u>Data do Pedido</u>
306	13 de novembro de 1742
434	25 de setembro de 1754
720	06 de novembro de 1776
750	30 de agosto de 1778
821	31 de outubro de 1784
855	30 de novembro de 1786
897	12 de fevereiro de 1788

Fonte: Apontamentos para a História Territorial da Paraíba,
Lyra Tavares⁽¹¹⁾.

Num outro momento, no fim do século XVIII (1798), no processo de inventário deste mesmo sesmeiro, tem-se ciência de que "o Coronel Caetano possuía as seguintes propriedades rurais: os Picos de Cima, a Palma, a Rajada, a Carnaúba, o Ermo, o Riacho Fundo, os Prazeres e um sítio na serra do Coité; totalizando dez léguas quadradas, de terra"⁽¹²⁾. Porém, este caso do Coronel Caetano Dantas não é um fato único e isolado, pois extrapolando-se este exemplo e tendo como fonte os livros de registro das solicitações das sesmarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba, pode-se detectar as terras do Seridó apropriadas por poucas pessoas: Cipriano Lopes Galvão e sua esposa, D. Adriana de Olanda de Vasconcellos: "as propriedades deixadas pela falecida D. Adriana: Totorô de Cima e Serra de Santana (que totalizavam 6 léguas e 3/4 quadradas"⁽¹³⁾, no Município de Currais Novos; Manoel Pereira Monteiro: "o tronco da numerosa família que há mais de dois séculos ali representa o elemento dominante"⁽¹⁴⁾, no Município de Serra Negra do Norte; e o Coronel Caetano Dantas, no Município de Acari. Enfim: "são

dessa época os fundadores das ...famílias que ainda hoje ocupam a título quase exclusivo, ou pelo menos preponderante, o território banhado pelo rio Seridão e seus afluentes..."(15) . Percebe-se, pois, "que abusivas concessões de sesmarias subordinaram à posse de uma só família"(16).

Portanto, ao situar no tempo (XVII e XVIII) e no espaço (Seridão) a apropriação das terras, objetiva-se localizar historicamente a origem (o passado) dos dados fundiários do censo de 1920. Com outras palavras: apresenta-se, para uma compreensão concreta, o ponto inicial que vai dar forma à estrutura fundiária exposta por este recenseamento.

3.2. A estrutura fundiária: 1920

E o que diz o censo sobre o estabelecimento rural⁽¹⁷⁾ seridoense na segunda década do século XX?

Um dado censitário inicial mostra que inexistiam terras seridoenses pertencentes ao governo federal, estadual e municipal, isto é, todas as propriedades estavam sob controle privado⁽¹⁸⁾. Em 1897, segundo questionário respondido pela Intendência de Currais Novos, "não existem terras públicas e devolutas"⁽¹⁹⁾, ou seja, a terra achava-se apropriada em mãos de particulares. E todos os "donos de terra" eram pessoas nascidas no Brasil, com exceção apenas de 1 proprietário. Porém, este só detinha um imóvel rural com 39 hectares.⁽²⁰⁾

E qual era a extensão e a área das propriedades rurais?

As tabelas 6 e 7 mostram o número dos imóveis rurais e a área média, em hectares, das propriedades por cada município e em relação ao Seridó.

Nos dois níveis, o micro (o município) e o macro (o Seridó), percebe-se a presença do latifúndio no território. Se, por um lado, "em Curraes Novos...existem os latifúndios, as vastas propriedades pertencentes a um só dono"⁽²¹⁾; pelo outro, no Seridó, apenas 2 - duas - propriedades (0,1%) cobriam 75.268 hectares (10,0%) do território ocupado pelos estabelecimentos rurais seridoenses.

3.3. Os "donos da terra"

Procedendo-se a identificação do "dono da terra", através de um caso concreto e com base no inventário de José Bezerra de Araújo Galvão, chega-se a um novo fato: várias propriedades rurais pertencentes a uma só pessoa. Assim, além da existência de terras extensas constituindo uma só propriedade, também se detecta a realidade de um só proprietário possuir várias fazendas: "Macacos, Queimadas, Cardeiro, Passagem da Catingueira, Jatobá, Facheiro e duas partes de terra no lugar Serra Nova"⁽²²⁾. Porém, não eram as únicas propriedades que havia possuído, pois, de acordo com a constatação documental de Olavo de Medeiros Filho, nos "Velhos Inventários do Seridó" e a confirmação oral na pesquisa de campo deste estudo de caso, tem-se conhecimento do costume de adiantar os quinhões hereditários: "eu já dei a metade a inventário, só

TABELA Nº 6

NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS

Municípios	Total de estabelecimentos	Menos de 41 hectares	%	41 a 100	%	101 a 200	%	201 a 400	%	401 a 1000	%	1001 a 2000	%	2001 a 5000	%	5001 a 10000	%	10001 a 25000	%	25001 +	%
Acari	251	27	11,0	69	27,0	62	25,0	41	16,0	33	13,0	13	5,0	5	2,0	1	0,4	-	-	-	-
Caicó	513	40	8,0	88	17,0	113	22,0	131	26,0	94	18,0	27	5,0	13	3,0	3	0,6	3	0,6	1	0,2
Currais Novos	194	16	8,0	43	22,0	35	19,0	55	28,0	30	15,0	7	4,0	6	3,0	-	-	-	-	1	0,5
Florânia	109	25	23,0	11	10,0	27	25,0	20	18,0	14	13,0	7	6,0	5	5,0	-	-	-	-	-	-
Jardim do Seridó	701	214	31,0	202	29,0	140	20,0	91	13,0	44	6,0	4	0,6	6	0,8	-	-	-	-	-	-
Serra Negra do Norte	144	21	15,0	34	24,0	35	24,0	27	19,0	16	11,0	6	4,0	4	3,0	-	-	1	0,7	-	-
Total Seridó	1912	343	18,0	447	23,0	413	22,0	365	19,0	231	12,0	64	3,0	39	2,0	4	0,2	4	0,2	2	0,1

FONTE: Censo de 1920, Agricultura, V. III (1a. parte) p. 182.185.

tenho a metade"⁽²³⁾. Conforme as "Memórias de um Sertanejo", em Serra Negra do Norte, Juvenal Lamartine "ofereceu-me tôdas as suas propriedades aqui no Município... o seu valor, na época de hoje, ultrapassará a toda imaginação pelo acervo das terras e suas benfeitorias".⁽²⁴⁾

Ocorria, por conseguinte, através dos processos de sucessão, a transmissão das propriedades a uns poucos (os familiares). Contudo, além deste fato, também "nas grandes crises econômicas do Nordeste, os pequenos proprietários desamparados aos poderes públicos, sem crédito, vendem as suas terras... passam de proprietários a rendeiros, como conheço inúmeras casas"⁽²⁵⁾, ou seja, se dá a expropriação dos pequenos proprietários em favor dos que já detêm grandes propriedades.

Discriminando-se os que dirigem os imóveis rurais seridoenses, a tabela 8 evidencia sob quem se encontrava a direção do estabelecimento rural no Seridô. Através de um edital da Paróquia de N.S. da Guia, pode-se detectar "o arrendamento dos terrenos pertencentes ao Patrimônio da Irmandade de Sant'Anna"⁽²⁶⁾, no Município de Currais Novos.

Assim, com base quase que exclusivamente na fonte documental, obteve-se a configuração da classe dos proprietários seridoenses. A fonte oral forneceu os traços característicos d'aquela que "produz o que constitui a base da vida econômica de cada região"⁽²⁷⁾: o trabalhador. E, na época, "o homem de valor era aquele que trabalhava na agricultura"⁽²⁸⁾.

TABELA Nº 8

DISCRIMINADOS SEGUNDO OS SEUS OCUPANTES (DIRIGIDOS POR)

Município	Total de Estabel.	Proprietário	%	Administrador	%	Arrendatário	%
Acari	251	218	87,0	32	13,0	1	0,4
Caicó	457	457	89,0	44	9,0	12	2,0
Currais Novos	194	176	90,0	15	8,0	3	2,0
Florânea	109	95	87,0	12	11,0	2	2,0
Jardim do Seridó	701	615	88,0	46	6,0	40	6,0
Serra Negra do Norte	144	134	93,0	9	6,0	1	1,0
Total Seridó	1912	1695	89,0	158	8,0	59	3,0

FONTE: Censo de 1920, Agricultura V.III (1a. parte, p. 182-185).

Nota: Agricultura. (V.III) (1a. parte) p. XXV.

1. proprietários: estabelecimentos dirigidos pelos lavradores proprietários diretamente a testa de suas empresas
2. administradores: estabelecimentos a cargo de administradores, percebendo ordenado fixo, em dinheiro ou em productos ou tendo alguma vantagem na exploração.
3. arrendatários: estabelecimentos arrendados mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro, ou de quantidade determinada de productos.

3.4. A xerófila: algodão mocô

E justamente nesta atividade (agrícola) encontrava-se o produto básico da economia seridoense: o algodão conhecido como mocô. Esta xerófila⁽²⁹⁾, de tipo arbóreo, segundo Carvalho Filho, passou a ser cultivada regularmente em 1880, "mas só em 1887 é que se generalizou o plantio desta variedade em toda zona do Seridô"⁽³⁰⁾. Em 1911, conforme Eloy de Souza, o mocô era a espécie "preferida, sendo muito raros os agricultores que plantem outra"⁽³¹⁾. O algodão mocô pode alcançar até seis metros de altura e "vive e fructifica por mais de 15 anos"⁽³²⁾. Porém, nos dias atuais, é difícil encontrar tal realidade algodoeira no Seridô⁽³³⁾. Contudo, a documentação fotográfica pode testemunhar o que é um algodão mocô, de tipo arbóreo, predominante no início deste século - (ver a doc. fot. anexa), pois conseguiu registrar duas amostras atuais de um passado pouco recente.

3.5. O algodão mocô e a pecuária

Antes da exploração do algodão no Seridô, iniciada no fim do século XIX, a pecuária era a atividade que dominava economicamente a zona seridoense. Em 1920, apesar do declínio da atividade criatória no Seridô ser um fato evidente, ainda existiam duas localidades que resistiam ao avanço algodoeiro: Caicô e Serra Negra do Norte - tabela 9: estabele

TABELA Nº 9

ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE ALGODÃO

Município	Nº de Estabelecimento	Nº de estabelecimento produtores de algodão	%
Acarl	251	211	84,0
Caicó	513	72	14,0
Currais Novos	194	211	?
Florânea	109	91	83,0
Jardim do Seridó	701	667	95,0
Serra Negra do Norte	144	21	14,0

FONTE, Censo de 1920. Agricultura, V. III (3a. parte) p. 340-343.

Nota: Currais Novos é o único município no Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco aonde ocorre uma quantidade maior de estabelecimentos produtores de algodão do que de estabelecimentos rurais recenseados. Entende-se que tenha havido um erro gráfico, pois a unidade produtora esta baseada na categoria estabelecimento recenseado.

cimentos produtores de algodão no Seridô .

Porém, em 1926, Caicô é "muito mais agrícola do que criador, apesar da criação do gado ser ainda a sua maior riqueza, depois do algodão"⁽³⁴⁾. Segundo a fonte oral (um informante de Serra Negra do Norte), tem-se conhecimento de que "a meia pegou a existir de 1910 prã cá"⁽³⁵⁾ neste segundo Município. Assim, não ocorreu a mudança de atividade econômica no Seridô, Estado do Rio Grande do Norte, na República Velha e, sim, a consorciação da atividade agrícola com a pecuária: gado algodão, algodão-gado. Na zona seridoense, a pecuária vai ter em Caicô não só o seu reduto local como também estadual - tabela 10: Município onde é maior o rebanho da espécie.

É, portanto, nitida a exploração dos dois setores da economia seridoense: "A Intendência Municipal, em sua sessão ordinária do dia 19 do mez de maio, aprovou um projeto de lei estabelecendo o cercamento do planalto da Serra de Sant' Anna, pelo lado deste município, no intuito de impedir, para ali, o ingresso dos gados. É uma lei de alto alcance para a a quelles que vivem do trabalho da agricultura..."⁽³⁶⁾. Porém, a legislação não era prontamente cumprida: "As partes da serra por cercar são todas de propriedade dos homens, potentados de nosso município, notando-se assim uma espécie de má vontade da parte destes"⁽³⁷⁾. Entretanto, em 1903, "fazendeiro ha que possuem para mais de quinze mil braças de cerca"⁽³⁸⁾. Contudo, Manoel Dantas, em 1914, constatou que "a terra está tão valori zada que as necessidades agricolas tem forçado o cercamento de todas as terras cultiváveis. No Seridô, os próprios pastos são defendidos por cercas permanentes de pedras e ahi, como nas outras regiões mencionadas, o viajante anda legoas sem en

TABELA Nº 10

CAICÓ: O SEU REBANHO PECUÁRIO (DA ESPÉCIE) NO RIO GRANDE DO NORTE

Município	Espécie	Quantidade	% em relação ao Estado	lugar em relação ao Estado
Caicó	bovina	33.233	10,0	1º
Caicó	equina	5.048	11,0	1º
Caicó	ovina	22.585	14,0	1º
Caicó	suína	2.905	10,0	1º
Caicó	asinina e muar	7.697	9,0	2º

FONTE: Censo de 1920, Agricultura, V. III (1a. parte) p. LXXV a LXXX.

contrar lugar onde possa soltar os seus animaes para pastar"(39) ver a documentação fotográfica anexa sobre a típica cerca de pedra do Seridõ.

3.6. A meação no algodão mocõ

Assim, a base da economia seridoense na Republica Velha residia na atividade agrícola e, ai, "com a culturra do algodão surgiram os primeiros moradores - parceiro, agricultor - ...e trabalhando de meia"(40).

No Seridõ, "o fazendeiro, em sua ideologia, "da" a terra de graça para seus moradores"(41) e, em troca, "o proprietário da terra ...exigia do "morador" a "meia" do algodão"(42). Ou seja, "partia a meia, entregava metade ao dono da propriedade e comia nossa parte"(43), pois "a meia era para o morador se manter com a família"(44). Se o meieiro "precisava fazer um serviço mais ávechado, botava 2, 3 pessoas quando podia; mas no mais era eu. Toda vida trabalhava sozinho"(45). Ai, convidava "um primo, um amigo...será que da para você dar um dia de serviço para mim no meu roçado? Ele fia...eu pagava a ele. Era esse trabalhador de dia de serviço para aqui, acolã. Não tinha terra,não. Era morador"(46).

Ao morador competia, pois, "dividir com o proprietário, meio a meio, a produção do algodão, ficando para si exclusivamente além dos 50% do algodão colhido, os cereais, batatas, etc "(47), isto é, o meieiro tinha "o seu roçado ou a sua vazante para o supprimento de sua casa"(48) e, também,

precisava "produzir alguma coisa para o mercado"⁽⁴⁹⁾. Assim, "o algodão é cultivado, quasi que exclusivamente pelos rendeiros e moradores"⁽⁵⁰⁾. Portanto, o sistema de parceria de meação caracterizou o regime produtivo na exploração agrícola do algodão. São, pois, identificados os componentes dessa relação econômica: "se o patrão é lojista fornece ao mesmo tempo a fazenda, o sapato, o chapéu. Se o contrário é apenas fazendeiro ou agricultor leva-o à loja do comerciante e manda despachá-lo. Outros preferem adiantar seu dinheiro para a roupa. No fim do ano, colhida a safra faz a conta do morador: "o seu saldo é de tanto". Ou, então o que é raro, "voce deve tanto", transportando o saldo para o ano seguinte"⁽⁵¹⁾. Tam**ã** b**ẽ**m o patrão "fornecia o dinheiro para comprar o que precisas se pr**ã** casa: farinha, rapadura, carne, o caf**ẽ**, o fumo, o g**ã**s, o sab**ã**o e da**ĩ** por diante"⁽⁵²⁾; pois "com a meia do algod**ã**o se arremediavam"⁽⁵³⁾ os moradores.

Em 1927, o "Jornal do Serid**õ**", em seu editorial "O Regime da Meia", afirmou que "o regime a que se afferam os propriet**ã**rios das terras n**ã**o corresponde as necessid**ã**des dos lavradores pobres..."⁽⁵⁴⁾. Apesar dos trabalhadores reclamarem ao "propriet**ã**rio contra o regime da meia, mas estes se afferam a velha practica"⁽⁵⁵⁾. Posteriormente, o mes**ẽ**mo jornal publicou o "Bilhete de um Agricultor" que respondeu ao editorial: "o regime da meia, longe de ser "um contracto injusto", abre campo largo e vantajoso negocio a popula**ç**ão po**bre** e laboriosa de nosso meio, dadas as condi**ç**ões de equid**ã**des estabelecidas entre o patr**ã**o e me**ie**iro"⁽⁵⁶⁾. Ocorre "a revolta contra a "meia" daquelles desorganizados, que preferem viver com a sua liberdade de sambas, bebedeiras, e callo tagem ã vida honrada do trabalho bem remunerado"⁽⁵⁷⁾.

3.7. Os instrumentos de trabalho

Segundo o questionário aplicado ao Sr. Vivaldo Pereira, em Currais Novos, após 1930, pelo pesquisador Hêlio Galvão, sabe-se que o meieiro deveria "fazer por sua conta os trabalhos de lⁱm^pa e colheita da safra"⁽⁵⁸⁾. Para executar tal serviço, quais eram os instrumentos agrícolas usados para a tarefa?

Em 1916, Juvenal Lamartine afirmou que "a quasi totalidade dos nossos agricultores de algodão não conhecem ou tro instrumento de lavoura além da enxada"⁽⁵⁹⁾. Segundo a fonte oral, "nesse tempo não havia máquina de nada, era o braço"⁽⁶⁰⁾, pois "cultivador já é coisa muito nova"⁽⁶¹⁾. Desconhecia-se, no início deste século, no Seridô, "em absoluto, o uso do arado e de outros instrumentos agrícolas".⁽⁶²⁾

Em 1920, conforme o censo, existiam apenas 9 arados e 2 grades em cinco estabelecimentos rurais seridoenses. Em contrapartida, nenhum trator, cultivador, ceifador e semeador - tabela 11: Estabelecimentos onde existem instrumentos agrãrios.

De acordo com Manoel Dantas que andou em "Demonstrações Práticas" do novo maquinismo agrícola pelo interior do Rio Grande do Norte, no ano de 1914, "no dia 20, às 11,00 horas, o local onde ia ter lugar a demonstração encheu-se de tal modo que, no começo foi quasi impossível ao arador trabalhar. Houve agricultores que vieram de cinco e mais lêgoas de distancia. Todas as autoridades civis e eclesiasticas do município, todas as escolas publicas e particulares, grande número de senhoras, parte da população da cidade que comporta cerca de 5.000 habitantes, a banda de musica local, tudo enfim

TABELA Nº 11

ESTABELECIMENTOS ONDE EXISTEM INSTRUMENTOS AGRÁRIOS

Municípios	Nº total de estabelecimentos	A R A D O S G R A D E S				Semeadeiras	Cultivadoras	Ceifadores	Tratores
		Nº de estabelecimentos	Nº de instrumentos	Nº de estabelecimentos	Nº de instrumentos				
Acari	2	2	2	2	2	-	-	-	-
Caicó	1	1	6	-	-	-	-	-	-
Currais Novos	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Florânia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jardim do Seridó	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Serra Negra do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Censo de 1920, Agricultura, V. III (3a. parte) p. 78-79.

que no Caicô não estava preso a seus outros affazeres, compareceu ao local da demonstração, enchendo as ruas e calçadas em redor, dando aquella exhibição uns ares de festa solemne do trabalho. Eu não sei bem se a demonstração do Caicô foi uma demonstração ou uma exhibição triumphal do maquinismo agrícola"(63). Porém, "não ha agricultor que consinta em metter o arado nas terras occupadas pelo algodoeiro".(64).

3.8. O beneficiamento do algodão e a força motriz

Ainda de acordo com esse questionário, o meieiro deveria "vender ao proprietário a sua percentagem de algodão"(65), pois, se por um lado, "o agricultor, por falta de recursos para o custeio do beneficiamento ou da colheita de seu plantio, vê-se na contingência dolorosa de vender na folha o producto de tantos esforços"(66); pelo outro, "cada fazendeiro possui a sua machina onde descaroga o algodão de suas terras, o dos "meieiros", o comprado aos pequenos agricultores, e mesmo os dos vizinhos".(67)

O censo de 1920 atesta os seguintes fatos em relação ao beneficiamento do algodão, segundo a natureza da força motriz usada, o sistema do maquinismo e a identificação das máquinas (os fabricantes) - tabelas 12, 13 e 14.

TABELA Nº 12

BENEFICIAMENTO DO ALGODÃO: A NATUREZA DA FORÇA MOTRIZ EMPREGADA

Municípios	Nº de estabelecimentos	Total	% de nº de estabe.	Anima-da	%	Hidrau-líca	%	A vapor	%	Elétri-ca	%	Outras	%	Indeter-minada	%
Acari	251	8	3,0	-	-	-	-	8	100,0	-	-	-	-	-	-
Caicó	513	11	2,0	2	18,0	2	18,0	7	64,0	-	-	-	-	-	-
Currais Novos	194	18	9,0	3	22,0	-	-	9	50,0	1	6,0	1	6,0	3	17,0
Florânea	109	5	5,0	-	-	-	-	5	100,0	-	-	-	-	-	-
Jardim do Seridó	701	44	6,0	11	25,0	-	-	22	50,0	2	5,0	-	-	9	20,0
Serra Negra do Norte	144	1	1,0	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-
Total Seridó	1912	87	5,0	17	20,0	2	2,0	52	60,0	3	3,0	1	1,0	12	14,0

FONTE. Censo de 1920, Agricultura, V. III (3a. parte) p. 340-343.

TABELA Nº 13

BENEFICIAMENTO DO ALGODÃO: SISTEMA DA MACHINA

Municípios	Total	De serra	%	De cilin- dro	%	Bolan- deira	%	Inde- termi- nada	%
Acari	8	8	100,0	-	-	-	-	-	-
Caicó	11	5	45,0	1	9,0	2	18,0	3	27,0
Currais Novos	18	7	39,0	-	-	4	22,0	7	39,0
Florânea	5	1	20,0	1	20,0	-	-	3	60,0
Jardim do Seridô	44	22	50,0	4	9,0	8	18,0	10	23,0
Serra Negra do Norte	1	-	-	1	100,0	-	-	-	-
Total Seridô	87	43	49,0	7	8,0	14	16,0	23	26,0

FONTE: Censo de 1920, Agricultura, V. III (3a. parte) p. 340-343.

TABELA Nº 14

BENEFICIAMENTO DO ALGODÃO: OS FABRICANTES

Municípios	Total	Eagle Cotton Ginn e Conti- nental Cotton	%	Bridg Water	%	The Lummus Ginn Co.	%	Outros fa- bricantes	%	Bolan- deiras	%
Acari	8	5	63,0	3	38,0	-	-	-	-	-	-
Caicó	11	5	45,0	-	-	-	-	4	36,0	2	18,0
Currais Novos	18	5	28,0	-	-	-	-	9	50,0	4	22,0
Florânea	5	1	20,0	-	-	-	-	4	80,0	-	-
Jardim do Seridó	44	17	39,0	5	11,0	-	-	14	32,0	8	18,0
Serra Negra do Norte	1	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-
Total Seridó	87	33	38,0	8	9,0	-	-	32	37,0	14	16,0

FONTE: Censo de 1920, Agricultura, V. III (3a. parte) p. 340-343.

3.9. Outros produtos beneficiados

Porém, as máquinas de transformação dos produtos agrícolas não se limitavam apenas as que beneficiavam o algodão, pois existiam outros instrumentos agrários destinados a beneficiar arroz e café, fabricar açúcar, manteiga e moer cereais - tabela 15 .

Um produto agrícola de reduzida exploração no Seridó, a cana-de-açúcar, tinha no processo de fabricação da rapadura e da aguardente a força motriz animal predominando sobre as outras, principalmente a força motriz a vapor - tabela 16 :

Detecta-se, pois, o avanço tecnológico no processo de transformação do algodão, onde a força motriz a vapor chega a 60,0% do maquinismo de beneficiamento deste produto.

Num quadro mais amplo, onde se incluem todos os instrumentos de transformação dos produtos agrícolas seridoense, percebe-se, por um lado, o domínio da força motriz a vapor (37,0%). Tal predomínio constitui-se, na realidade, no prolongamento do avanço tecnológico no setor algodoeiro, porêm, reduzido em virtude da presença da força animal em outros instrumentos de transformação de produtos agrícolas como a cana-de-açúcar e os cereais - tabela 17:

TABELA Nº 15

MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS REENSEADOS EM 1920

MÁQUINISMOS DESTINADOS A:

Município	nº de estabelecimentos	total de estabelecimentos	%	B E N E F I C I A R				F A B R I C A R		MOER	DESCAPOÇAR
				Arroz	Cafê	Mate	Açúcar	Manteiga	Cereais		
Acari	251	31	12,0	-	-	-	5	1	23		8
Caicó	513	22	4,0	-	-	-	8	1	7		11
Currais Novos	194	23	12,0	-	-	-	1	-	6		18
Florânea	109	8	7,0	-	-	-	4	-	-		5
Jardim do Seridó	701	72	10,0	-	2	-	8	1	29		44
Serra Negra do Norte	144	9	6,0	1	-	-	8	-	-		1
Total Seridó	1912	165	9,0								

FONTE: Censo de 1920, Agricultura, V. III (3a. parte), p. 78-79.

TABELA Nº 16
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE POSSUEM MACHINISMOS (FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR)

MOVIDOS A

Municípios	Total	Vapor	%	Água	%	Animais	%	Indeter- minadas	%
Acari	5	1	20,0	-	-	4	80,0	-	-
Caicó	8	2	25,0	-	-	5	63,0	1	12,0
Currais Novos	1	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Florânea	4	-	-	-	-	4	100,0	-	-
Jardim do Seridó	12	11	92,0	-	-	1	8,0	-	-
Serra Negra do Norte	8	-	-	-	-	5	63,0	3	37,0
Total Seridó	38	14	37,0	-	-	19	50,0	5	13,0

FONTE: Censo de 1920, Agricultura, V. III (3a. parte), p. 78-79.

TABELA Nº 17

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE EXISTEM MACHINISMOS PARA BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Municípios	Nº de estabelecimentos	total	%	NATUREZA DA FORÇA MOTRIZ										Total			
				Ani- mais	%	Hidrau- lica	%	A Vapor	%	Elétri- ca	%	Outras	%		Indeter- minadas	%	
Agri	251	31	12,0	9	-	-	24,0	-	16	43,0	-	-	5	14,0	7	19,0	37
Caiçó	513	22	4,0	10	4,0	1	37,0	-	9	33,0	-	-	4	15,0	3	11,0	27
Currais Novos	194	23	12,0	4	-	-	16,0	-	9	36,0	1	4,0	8	32,0	3	12,0	25
Florânia	109	8	7,0	4	-	-	44,0	-	5	56,0	-	-	-	-	-	-	9
Jardim do Seridó	701	72	10,0	20	-	-	24,0	-	30	36,0	2	2,0	19	23,0	13	15,0	84
Serra Negra do Norte	144	9	6,0	5	-	-	50,0	-	2	20,0	-	-	3	30,0	-	-	10
Total Seridó	1912	165	9,0	52	-	-	27,0	-	71	37,0	3	2,0	39	20,0	26	14,0	191

FONTE: Censo de 1920, Agricultura, V. III (3a. parte), p. 134-135.

3.10. Os portos

O algodão mocô, produto de exportação dos municípios seridoenses, na República Velha, escoava no Rio Grande do Norte através dos portos de Natal e Mossorô. No primeiro, Pedrosa Tinoco e Cia era a firma compradora de algodão e, no segundo, Miguel Faustino e Cia e Tertuliano Fernandes e Cia eram as firmas exportadoras⁽⁶⁸⁾. Por um lado, "a única mercadoria com que a praça de Natal tem monopolizado o commercio sertanejo em geral, é a de tecidos de algodão"⁽⁶⁹⁾; e, pelo outro, a zona seridoense achava-se "em completa separação comercial da capital, a ponto de não ser quasi conhecido nesse sertão o assucar do Rio Grande do Norte"⁽⁷⁰⁾. Em 1898, "no Rio Grande do Norte ha uma fabrica de tecidos e outra de sabão"⁽⁷¹⁾. Em 1920, segundo o delegado do censo no Estado, "foi reduzido o número de estabelecimentos considerados fãbricas, para os fins do recenseamento"⁽⁷²⁾. Portanto, o intercâmbio comercial entre o Seridô e Natal estava baseado unicamente no produto agrícola de exportação: o algodão. Entretanto, na época, "Mossorô é a praça de maior exportação de algodão do Rio Grande do Norte"⁽⁷³⁾. Porém, não se constituía em saída exclusiva da produção da zona seridoense, pois era "o porto demandado pelas estradas que veem dos altos sertões da Parahyba, dos altos sertões do Ceará, do Cariry".⁽⁷⁴⁾ Assim, "o commercio do Seridô é feito de preferência com a praça do Recife e com a Para-hyba",⁽⁷⁵⁾

3.11. Os transportes

O algodão era "transportado do interior do Estado no dorso de animais"⁽⁷⁶⁾: "viajava nós, eu, meu irmão, 4 portador, às vezes viajava uns, outra vez iam outros, agora tinha portador que às vezes viajava o ano todinho... tangendo burro daqui (Caicó) para Mossoró, Campina Grande... toda vida levava algodão amarrado".⁽⁷⁷⁾ Portanto, "o animal de carga é o único elemento de transportes"⁽⁷⁸⁾ de que se dispunha na época para a locomoção do algodão da área de produção (o Seridó) para as vias de saída: os portos de Natal e o de Mossoró, no Rio Grande do Norte; Campina Grande e Recife. Mas, "nos annos de maior safra, o algodão não pode ser transportado aos portos na sua totalidade, por insufficiencia de animaes"⁽⁷⁹⁾. A partir dos locais de compra e armazenamento, havia outros meios de transportes: ferroviário e marítimo. Contudo, na própria área de produção, na década de 1920, "veio o caminhão e acabou com tudo: o caminhão carregava um horror de carga e fazia com menos despesa e não pude aguentar... teve um matuto que mucreeva⁽⁸⁰⁾ que vendeu os burros e comprou um caminhão e ficou mucrevando com o caminhão"⁽⁸¹⁾.

3.12. Comércio: exportação e importação

Se havia apenas a saída de um produto agrícola (o algodão) da área produtiva seridoense para o mercado externo; entrava, porém, "uma pequena quantidade de manufacturas eu

ropêas"(82), de acordo com o relato de um viajante que percorreu o Nordeste no século XIX.

Aquele comércio, o de exportação, recebia apoio e incentivo na esfera federal: "Presidente República mandou suspender restrição exportação algodão que poderá sair livremente estrangeiro isso determinará alta producto pois ha grandes procuras paizes Europa"(83). Para este, o de importação, existiam barreiras comerciais na própria área municipal: "ninguém poderá ser estabelecido com lojas de fasendas, miudezas, molhados, ferragem ou qualquer ramo de industria, sem licença da Intendencia"(84). Portanto, se, por um lado, saíam do Seridó "60.000 saccos de algodão da safra"(85) de 1900; pelo outro, "quem exposer no mercado publico desta villa café, sabão, bolacha, ferragens, louça, bacalhao, etc, considerados mascates ambulantes pagarão de cada mercadoria acima indicada que exposer a venda, 200 reis por feira"(86). Assim, Florânea, como amostra representativa da zona seridoense, pode evidenciar a situação comercial da época: "1 estabellecimento de venda, em grosso, com negocios de fasendas, calçados, bebidas, gãs; 20 pequenos estabellecimentos com negocios de fasendas, calçados, bebidas, cigarros e miudesas; 4 mercadores ambulantes com negocios de bebidas, etc"(87). Era, por conseguinte, "resumida a atividade comercial do município, sendo predominante o comércio do algodão, através dos agentes compradores, que percorrem as fazendas adquirindo-o para as casas situadas noutros municípios e na capital"(88).

3.13. O Comércio interno

Porém, não se restringia o comércio seridoense aos fluxos de exportação e importação, pois havia também o comércio local (interno): "eu, meus filho, os morador... de 8 em 8 dia vinha para a feira, trazia jerimu, batata para vender, o que sobrava do uso"⁽⁸⁹⁾. "Não se carregava para fora não"⁽⁹⁰⁾, "a gente vendia aqui para a cidade de Caicô"⁽⁹¹⁾. A venda de produtos de subsistência ocorria, então, através do próprio produtor que recebia do Código de Posturas Municipais (Currais Novos) a proibição de "venda por atacado de generos de primeira necessidade no mercado publico desta villa"⁽⁹²⁾. A legislação municipal entendia "por atacado a venda a qualquer pessoa de 2 decalitros ou 4 kilogramas de generos"⁽⁹³⁾. Contudo, o comércio interno não se circunscrevia apenas aos limites municipais, pois conforme um testemunho escrito da época, fica-se sabendo que "como mercado consumidor, os brejeiros ainda são os melhores freguezes do commercio miudo e a retalho do sertão. Não são compradores de algodão, pelles, de maniçoba, mas ha um grande consumo nos Brejos, de certos productos sertanejos... carnes, peixes, queijos",⁽⁹⁴⁾. Porém, a zona brejeira não era apenas consumidora dos produtos seridoenses, pois "a gente trazia do Brejo farinha, rapadura, café..."⁽⁹⁵⁾. Portanto, "no Seridô, sobretudo no Caicô e Jardim, ha uma grande corrente commercial encaminhada para os municipios de Brejo do Cruz, Catolê do Rocha, Pombal, Patos e Santa Luzia, que alli fazem parte de suas compras e vendas"⁽⁹⁶⁾. Contudo, o comércio interno não se limitava a transações apenas com o Brejo, pois, também, existiam outras praças em intercâmbio comercial com o Seridô: "em Mossorô, nós comprava o

sal"(97). Enfim: "porque nōs nāo faziamos aqui, precisava comprar fora para trazer"(98) "a mercadoria para vender aqui aos agricultor"(99).

3.14. A feira e o "pedido santo"

A feira servia como ponto de comercialização dos produtos da zona, porém, "a feira era muito pouca, quase tudo era produção"(100). Contudo, os próprios moradores "tinham necessidade de trazer sua cozinha de feijão e tantos litros de milho prā vender na feira para comprar outra coisa que nāo tivesse em casa"(101), pois "o que faltava, comprava na feira, nas bodegas, comprava ao velho Benjamin, comprada a Manuel Aleixo, comprava fazenda a Antonio Rafael, a Aproniano Pereira"(102). Portanto, a morador levava "o que sobrava da despesa"(103) para a feira: "era eu quem vendia, era quem trabalhava"(104).

Entretanto, a feira nāo sō servia como meio de relações de troca entre os seridoenses, pois também era motivo de reivindicação, através de abaixo-assinado de "representantes do commercio, das industrias, da agricultura, da lavoura e da pecuaria, e das demais classes productoras e conservadoras"(105) do Município de Acari. Solicitava-se basicamente a transferência da feira da segunda, pois ocorre "a perda da segunda feira - primeiro dia ũtil da semana - occupado pela feira em detrimento dos trabalhos da agricultura"(106). Pedia-se inicialmente "a esclarecida atençaō e estudo dos illustres legisladores municipaes"(107) para o fato e, em seguida, justificava-se o pedido: "se os homens vivem e se movimentam formando

esse conjunto a que denominamos - SOCIEDADE - é porque necessitam do auxílio recíproco, baseado no princípio imutável da sociabilidade, que o maior philosopho - homem e Deus - doutrinou aos seus discipulos: AUXILIAE-VOS UNS AOS OUTROS"(108).

NOTAS

1. Francisco de Oliveira, Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 2. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p. 47.
 José Guimarães Duque, apesar de afirmar que o Seridô a brange "a maior parte do Rio Grande do Norte e pequena fração da Paraíba" (Solo e água no Polígono das Secas, p. 37); também diz que o Seridô estende-se pelo Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará (O Nordeste e as lavouras xerófilas, p. 67 e segs.).
2. "O Sertão e o Litoral Setentrional é área mais extensa, ocupando, aproximadamente, 49% da região nordestina". Manuel Correia de Andrade, A terra e o homem no Nordeste, Ciências Humanas, São Paulo, 1980, p. 28.
3. Adelino Dantas (1961) declarou que "nas primeiras décadas de 1800, ferveu uma questão de limites entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba, interessando sobretudo o Seridô" (p. 153). José Augusto (1954) afirmou que "a solução dada aos limites do Seridô com a Paraíba pela Lei de 1831, ratificada em 1835, pelo Poder Legislativo Nacional, permanece inalterada até a presente data" (p. 112). Não sendo este problema do interesse do presente estudo, pretende-se apenas levantar a questão, pois, conforme o próprio José Augusto (1954), a "determinação dos limites da zona do Seridô com as regiões vizinhas da Paraíba não foi sempre um ponto pacífico" (p. 89).
4. Constituição Estadual do Rio Grande do Norte, de 21 de Julho de 1891, no Capítulo I, do Estado, seu Território e Organização, art. 19, Único: "Os limites territoriais do Estado são os mesmos da antiga província".
5. O Seridoense, Caicô, 10 fev 1922, p. 1. "A Zona do Mocô" (AIHRN).
 Quando houver citação nominal dos municípios seridoenses no documento, conserva-se a grafia deste: quando não, usa-se o nome atual.
6. José Augusto (1954) diz que o Seridô tem 9.332 km^2 (p. 10); Oswaldo Lamartine (1980) dá duas extensões: 9.386 km^2 (p. 52) e 9.544 km^2 (p. 125) e a Enciclopédia dos Municípios (1960) fala em 9.576 km^2 . Ficam todos, então, numa medida bastante aproximada: 18,3% a 18,6%.
7. Celso Furtado, Operação Nordeste, ISEB, Rio de Janeiro, 1959, p. 23.
8. José Augusto Bezerra de Medeiros, Seridô, Borsoi, Rio de Janeiro, 1954, p. 25-26.
9. A República, Natal, 9 jul 1914, p. 1. "As riquezas do Sertão", Manoel Dantas (APE).

10. Olavo de Medeiros Filho, *Velhos Inventários do Seridó*, Gráfica do Senado Federal, Brasília, 1983, p. 9.
11. João de Lyra Tavares, *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*, Fundação Guimaraes Duque, Mossoró 1982, p. 173, 239, 365, 376, 405, 417 e 433, respectivamente.
12. Olavo de Medeiros Filho, 1983, p. 192.
13. Idem, p. 166.
14. José Augusto Bezerra de Medeiros, 1954, p. 186.
15. Idem, p. 25.
Através do apoio do pesquisador Olavo de Medeiros Filho, especialista no Seridó antigo, pode-se proceder a uma identificação territorial da zona e os seus primeiros apropriadores.
16. Euclides da Cunha, *Os sertões: campanha de Canudos*, Francisco Alves, 23.ed. Rio de Janeiro, 1954, p. 91.
A área das sesmarias concedidas é proporcional ao Estado em que se achavam. O caso de Domingos Pacífico é um fato: "Minha família chegou a possuir quarenta léguas de terras de sesmarias, espalhadas pelos Estados do Piauí e do Maranhão". Lena Castelo Branco Ferreira Costa, 1978, p. 128.
17. "Para os fins censitários, entende-se por estabelecimento rural toda a extensão de terra sujeita a administração exclusiva de um proprietário, arrendatário, interessado, ou administrador, que faça diretamente a exploração da lavoura ou da criação, por si só ou com o auxílio de pessoal remunerado. De ordinário, o estabelecimento rural é constituído por um só lote de terras - fazendas, sítio, situação, estância, engenho, lote colonial, etc. Entretanto, pode ser às vezes representado por vários lotes, separados uns dos outros e situados num mesmo districto ou em districtos diferentes, contanto que estejam sujeitos a uma só direção. Não devem, porém, ser considerados estabelecimentos rurais os quintaes, as chacaras e os viveiros, pertencentes às casas das cidades e villas, e bem assim os pequenos sítios da zona rural, desde que a produção delles se destine ao consumo domestico, ou seja de pequeno valor, não constituindo verdadeiros e especial ramo de negocio.
Foram excluídas também do censo da agricultura as propriedades rurais cuja produção annual não atingia a 500\$000".
Censo de 1920, Agricultura, V. III (1ª parte) p. VIII.
18. Censo de 1920, Agricultura, V. III (1ª parte), p. 270-73.
19. Secretaria da Administração, Livro de Expediente Municipal, Exercício 1896-99, nº 1, 7ª questão, p. 58 (APCN).
20. Censo de 1920, Agricultura, V. III (1ª parte), p. 270-73.

21. O Seridoense, Caicó, 15 out 1920, p. 1. "O Seridô", Pedro Militão (AIHGRN).
22. M. Rodrigues de Melo, Patriarcas e carreiros: a influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste, 2.ed. Pongetti, Rio de Janeiro, 1954, p.132.
M.V.Vilaça e Albuquerque (1978) citam um proprietário pernambucano que possuía as seguintes propriedades: "Escuro, Baixa Verde, Varjadas (a mais famosa e a melhor), São Roque, Santa Tereza, Carié (no Município de Buíque e a maior, com 52.000 hectares), Jerimum, Três Lagoas, Taquari, Salinas (herdada do pai), Queira Deus, Viração, Areias e os engenhos Santa Cruz e Riachão" (p. 117).
23. Entrevista 14.
24. Artêmio Bezerra da Cunha, Memórias de um sertanejo, Pongetti, Rio de Janeiro, 1971, p. 134.
25. Tribuna do Norte, Natal, 22 jan 1953, p. 3. "Política Ruralista: Tatífúndios", Juvenal Lamartine (AJTN).
26. Livro de Tombo, nº 1, p. 8 (APG).
27. O Nordeste, Mossoró, 15 out 1918, p. 5. "A Gente do Sertão" (AMM).
Apesar desta afirmação sobre a fonte documental e a oral, não se deve concluir a partir daí que a fonte documental serve para o estudo da classe dominante e a fonte oral para o da classe dominada.
28. Entrevista 8.
29. De acordo com José Guimarães Duque (1980), "as plantas xerófilas são aquelas que toleram a escassez d'água, que fogem aos efeitos da deficiência hídrica ou que resistem à seca" (p. 31). Segundo este autor, o xerofilismo passa a ser, então, "a propriedade de as plantas guardarem a água e as suas reservas, já que o solo e o ambiente físico não permitem ou não têm essa faculdade" (1980:45). Ainda conforme Duque (1980), "o algodoeiro mocô é cultivado no Nordeste semi-árido especialmente no Seridô e em alguns pontos do Sertão e das Caatingas baixas" (p. 184). Porém, "o seu ótimo ecológico é o Seridô" (p. 184).
30. Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, O Rio Grande do Norte em visão prospectiva, Mossoró, FGD, Natal, FJA, 1976, p. 99.
Apesar da constatação documental sobre o início da exploração algodoeira na zona seridoense ("Foi pelo fazendeiro Sr. Francisco Raimundo que tive conhecimento de um fato para mim surpreendente: somente em 1885 começou a cultura do mocô no Seridô". A Ordem, Natal, 14 jun 1952, p. 4.); não se conclui que o algodão mocô é originário do Seridô, pois até hoje não existe ainda um conhecimento consensual acerca da origem do algodão mocô no Seridô. Entre os especialistas, existem três posições sobre a questão: originário do Seridô (nativo) veio do Sea-Island e descende do algodão egípcio.

31. Anais da Câmara Federal, v. 4, p. 704, 30 ago 1911.(ACLA).
32. Anais da Câmara Federal, v. 4, p. 704, 30 ago 1911.(ACLA).
33. Segundo um agricultor (latifundiário) do Seridô (numa entrevista informal e exploratória), na década de 1920, o governo, através do crédito agrícola do Banco do Brasil, conseguiu "incentivar" ("hibridação") a destruição do algodão mocô, de tipo arbóreo, pois para obter financiamento bancário o fazendeiro nordestino precisa va plantar o algodão herbáceo, de tipo anual, próprio de climas como o do sul do país.
Não se cogita de nenhuma penetração na questão, pois, por um lado, é "técnica" ("hibridação"); e, pelo outro, é de política agrária e também foge ao interesse do presente estudo.
34. A República, Natal, 25 ago 1926, p. 3. "O município de Caico" (APE).
35. Entrevista 6.
36. A República, Natal, 11 jul 1906, p. 2. "Os municípios:Flores" (APE).
37. A Voz Potiguar, Currais Novos, 8 mar 1908, p. 1. "A Serra de Sant'Anna" (AIHGRN).
38. A República, Natal, 3 jul 1903, p. 1. "O Seridô: suas produções e sua riqueza", Juvenal Lamartine (APE).
39. A República, Natal, 3 jul 1914, p. 1. "As Riquesas do Sertão", Manoel Dantas (APE).
40. Oswaldo Lamartine, Sertões do Seridô, Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1980, p. 74.
41. Francisco de Oliveira, 1977, p. 48.
42. A Ordem, Natal, 24 mar 1952, p. 4.
43. Entrevista 7.
44. Entrevista 6.
45. Entrevista 5.
46. Entrevista 7.
47. Hélio Galvão, O mutirão no Nordeste, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1959, p. 47-48.
Usa-se esse documento pelo fato de que constitui um resumo completo de todos os documentos que se coletou ao longo da pesquisa. A circunstância de ser posterior a 1930 não invalida a sua utilidade, pois constitui uma manifestação concreta da realidade antes de 1930. Segundo um informante (entrevista 17), antes de 1930, no Seridô, trabalhava-se "de meia, dava a meia do algodão, a metade do que tinha, e os outros... tudo a mais era dele, os cereais".

48. Commercio de Mossorõ, Mossorõ, 27 out 1917, p. 1. "Conver
sa Amiga" (AMM).
49. Commercio de Mossorõ, Mossorõ, 30 out 1910, p. 1. "Agri-
cultura Sertaneja" (AMM).
50. A República, Natal, 24 jul 1916, p. 1. "O Algodão no Rio
Grande do Norte", Juvenal Lamartine.
51. Tribuna do Norte, Natal, 13 dez 1951, p. 3. "O Seridoense"
M. Rodrigues de Melo (AJTN).
52. Entrevista 15.
53. Entrevista 9.
54. Jornal do Seridõ, Caicõ, 5 nov 1927, p. 1. "O Regime da
Meia" (AIHGRN).
55. Jornal do Seridõ, Caicõ, 5 nov 1927, p. 1. "O Regime da
Meia" (AIHGRN).
56. Jornal do Seridõ, Caicõ, 15 dez 1927, p. 1. "Bilhete de
um Agricultor", Serra Negra, N.F. (AIHGRN).
57. Jornal do Seridõ, Caicõ, 15 dez 1927, p. 1. "Bilhete de
um Agricultor", Serra Negra, N.F. (AIHGRN).
58. Hêlio Galvão, 1959, p. 47-48.
59. A República, Natal, 29 jul 1916, p. 1. "O Algodão no Rio
Grande do Norte, Juvenal Lamartine (APE).
60. Entrevista 2.
61. Entrevista 17.
62. A República, Natal, 3 jul 1903, p. 1. "O Seridõ: suas pro
duções e sua riqueza". Juvenal Lamartine (APE).
63. A República, Natal, 17 dez 1914, p. 1. "Demonstrações prā
ticas", Manoel Dantas (APE).
64. A República, Natal, 17 dez 1914, p. 1. "Demonstrações prā
ticas", Manoel Dantas (APE).
65. Hêlio Galvão, 1959, p. 47-48.
66. Correio do Povo, Mossorõ, 23 mar 1931, p. 1. "Auxiliemos
a nossa lavoura" (AMM).
67. A República, Natal, 20 abr 1929, p. 1. "O algodão nordes
tino: o beneficiamento do algodão de fibra longa e as
machinas de serra" (APE).
68. Domingos Barros, Aspectos norte-riograndenses. Rio
de Janeiro, Jornal do Comércio, 1908, anexos.

69. Phellipe Guerra e Theophilo Guerra, Seccas contra a secca 3.ed. Mossorô, FGD, Brasília, CNPq, 1980, p. 176.
70. Idem, p. 235.
71. Tavares de Lyra, Anais da Câmara dos Deputados, v. II e Apendice, p. 151, sessão 13 ago 1898 (ACLA).
72. Censo de 1920, Agricultura, V. III (1ª parte), p. 507.
73. Juvenal Lamartine, Anais da Câmara dos Deputados, v. III, p. 261, 1916 (ACLA).
74. Juvenal Lamartine, Anais da Câmara dos Deputados, v. V, p. 7, sessão 1 jun 1915 (ACLA).
75. A República, Natal, 3 jul 1903, p. 1. "O Seridô: suas produções e sua riqueza", Juvenal Lamartine (APE).
76. Juvenal Lamartine, Anais da Câmara dos Deputados, v. V, p. 5.(ACLA).
77. Entrevista 3.
78. Phellipe Guerra e Theophilo Guerra, 1980, p. 272.
79. Juvenal Lamartine, Anais da Câmara dos Deputados, v. III, p. 261 (ACLA).
80. Conforme um informante "comprar o burro prã tanger o burro chama-se mucrevar" (entrevista 2).
81. Entrevista 2.
82. Henry Koster, Viagens ao Nordeste do Brasil, São Paulo, Nacional, 1942, p. 214.
83. O Município, Jardim do Seridô, 19 out 1918, p. 2. "Telegrama" (AIHGRN).
84. Código de Posturas Municipais, Registro de Decretos, Exercício 1891-97, nº 4, art. 24 (APCN).
85. Correio do Seridô, Caicô, 21 jan 1911, p. 2 e 3, "O Comércio do Seridô", Manoel Dantas (AIHGRN).
86. Código de Posturas Municipais, art. 30 (APCN).
87. Serviço de Recenseamento do Município de Florânea, livro 1, 1892-915 (APF).
88. Câmara, A. Cenários Municipais, Natal, Oficina do DEIP, 1948, p. 147.
89. Entrevista 8.
90. Entrevista 2.
91. Entrevista 5.

92. Código de Posturas Municipais, Currais Novos, Registro de Decretos, Exercício 1891-97 (APCN):
93. Idem, Exercício 1891-97.
94. Phellipe Guerra e Theophilo Guerra, 1980, p. 139.
95. Entrevista 4.
96. Correio do Seridó, Caicó, 21 jan 1911, p. 2 e 3. "O Comércio do Seridó", Maneol Dantas (AIHGRN).
97. Entrevista 6.
98. Entrevista 2.
99. Entrevista 6.
100. Entrevista 8.
101. Entrevista 7.
102. Entrevista 15.
103. Entrevista 15.
104. Entrevista 16.
105. Documentos diversos, abaixo-assinado, f. 1. (APA).
106. Idem, f.1. (APA).
107. Idem, f.1. (APA).
108. Idem, verso f.1. (APA).

O SERIDÔ E "OS VOTOS DE PORTEIRA BATIDA"

"... sou apenas um soldado leal ao meu partido.

... disponho aqui na Cachoeira de meia dúzia de eleitores para meu chefe, e esse typo que anda fallando delle, pergunto eu: de quantos votos dispoe para dar ao seu partido?"

Cachoeira, 25 de junho de 1900
Martiniano Chato
Diário do Natal, Natal, 19 de julho de 1900, p. 2. (Secção Livre).

Eu morava na terra dele, era meu patrão. Sendo morador dele, tinha que votar com ele... ele era proprietário e era chefe. Todo morador só votava com ele.

Entrevista 1

4.1. A população

Ao longo dos tempos, segundo os dados extraídos dos recenseamentos, a população seridoense apresentou-se da seguinte forma em relação a do Estado - tabela 18: população do Seridô em relação a do RN.

Deve-se, porém, levar em conta que, "sô em 1904 saíram do Estado, para o norte e sul do paiz, cerca de 25.000 pessoas número tanto mais apreciável, quando se trata de um Estado de reduzida população"⁽¹⁾. Assim, o delegado censitário do Rio Grande do Norte, Dr. Heráclito Vilar Ribeiro Dantas, "considera o resultado obtido em 19 de setembro de 1920 longe de representar, com relativa precisão, o número de habitantes do referido Estado"⁽²⁾. Aqui, não se aprofundará a questão demográfica, pois, por um lado, foge aos interesses deste estudo e, pelo outro, os números nunca são reais.

4.2. O estado de saúde

Na época (1920), não existia nenhum hospital ou posto de saúde⁽³⁾ para o atendimento de toda a população seridoense, mas, havia dois médicos: "Dr. Medeiros em Jardim do Seridô e Dr. Pires em Caicô, esses dois médicos tinham uma butica de preparar os medicamento, não havia remédio de farmácia"⁽⁴⁾. Contudo, "se a gente sentisse alguma coisa, tomava remédio do mato, se curava com remédio do mato"⁽⁵⁾. Assim, "aqui, sô tinha os mato e as curandeira"⁽⁶⁾.

TABELA Nº 18

POPULAÇÃO DO SERIDÓ EM RELAÇÃO A DO RIO GRANDE DO NORTE

ANO	Rio Grande do Norte	Seridó	%
1872	233.973	31.281	13,37
1890	208.273	40.514	15,10
1900	274.317	41.800	15,24
1920	537.135	85.400	15,98

FONTE: Recenseamento de 1872, 1890, 1900 e 1920.

Procedendo-se a uma investigação no Registro de Óbitos do Município de Jardim do Seridó, do período de 1883 a 1929, pode-se detectar, no ano de 1914, o seguinte quadro: 92 pessoas falecidas, sendo 50 delas entre 0 e 2 anos de vida⁽⁷⁾: "o povo pequeno morria ã mingua, morreu muita gente ã mingua"⁽⁸⁾. Identificando-se as doenças causadoras da morte, segundo a mesma fonte, encontrou-se os seguintes males: dentição, inflamação, espasmo, parto, febre, sarampo, convulsão, ty sica, maligno, etc. Existia, ainda, entre os falecidos: 21 pessoas solteiras, 16 casadas e 5 viúvas⁽⁹⁾. Este quadro não é o testemunho concreto do que realmente ocorreu e, sim, uma amostra da realidade da saúde da população do Seridó através de um ano escolhido aleatoriamente. Contudo, não é uma situação isolada, pois, em Florânea, em 1906, "desde o começo do inverno que a população do município não tem gosado de boa salubridade. Durante os meses de fevereiro, março, abril e maio, foi ella assolada por maligno sarampo e fortes camaras de sangue, que fizeram um elevado numero de victimas, e agora está sendo flaggelada por pestifera febre cathara!"⁽¹⁰⁾.

4.3. "Mobral eleitoral"

Os dados censitários registram nenhuma escola pública e apenas cinco particulares: duas em Caicó, uma em cada um destes municípios: Acari, Currais Novos e Jardim do Seridó⁽¹¹⁾. Se, por um lado, "não existem eschollas as expensas da municipalidade"⁽¹²⁾, pelo outro, "hã a obra de iniciativa particular, notadamente a da Diocese, de apostolar dedicação,

pela causa da instrução"(13). Portanto, havia o reconhecimento do problema do analfabetismo reinante da zona seridoense, porém ficava apenas na evidência do fato: "dezenas de crianças meigas e inteligentes residentes nesta cidade (Acari) , privadas de boa instrução, por falta de uma professora...(14) Procurava-se uma solução para o problema e, segundo Celso Dantas, esta deveria acontecer "si cada fazendeiro nosso desse em sua fazenda o grito patriótico de guerra ao analfabetismo e convencesse aos seus moradores e rendeiros de que ha nas lettras do alphabeto a luz..."(15). Assim, era necessária "a criação de escolas rudimentares nas pequenas povoações e mesmo em propriedades particulares"(16); segundo o deputado Dioclécio Duarte. A propósito dessa política educacional, Juvenal Lamartine testemunhou o seguinte fato: "o ensino primário era em geral, ministrado por mestres-escolas , contratados pelos fazendeiros, uma vez que, além de as escolas oficiais serem em número insuficiente e sediadas nas vilas e cidades, a grande distância das residências dos fazendeiros, tornava-se impossível alfabetizar as crianças em idade escolar"(17). Descrevendo um fato concreto, este memorialista afirmou: "quando o governo do Estado mandou para Parelhas as primeiras professoras diplomadas pela escola normal, Antão transportou-as a sua custa, de Lajes até aquela cidade, deu-lhes casa para residir sem pagar aluguel, e manteve-as até o fim do ano, sem que elas soubessem o preço dos gêneros alimentícios; que consumiam..."(18).

Segundo a fonte oral, havia um objetivo bastante claro na escola: "aprendi prá escrever meu nome e ser eleitor"(19), "porque a escola findou-se e eu nunca mais frequentei para ler, depois da eleição a pessoa precisava só

assinar o nome e podia requerer o título...nunca mais apareceu escola lá e aí ninguém vinha para a escola também porque era difícil e não teve mais em São Fernando..."⁽²⁰⁾. Portanto, é incoerente relacionar-se as duas categorias: saber ler e ser eleitor, como procede M.I. Pereira de Queiroz: "a mão de-obra empregada nas fazendas, as camadas inferiores urbanas, eram analfabetas, portanto, não votavam"⁽²¹⁾; pois cria distorções analíticas que se evidenciam empiricamente neste estudo de caso: "a pessoa que sô sabe assinar o nome não díga que sabe ler".

4.4. O alistamento eleitoral

E como se procedia para obter o título eleitoral?

O passo inicial era requerer o título à comissão de alistamento eleitoral do local de residência do solicitante - o município. Essa comissão, composta por votação entre os maiores contribuintes do imposto rural e presidida pelo Juiz de Direito da Comarca⁽²³⁾, inscrevia os eleitores para a próxima eleição: "são eleitores do Estado os mesmos cidadãos alistados para as eleições federaes"⁽²⁴⁾. Neste procedimento de inscrição (ou de revisão) eleitoral, instalava-se o primeiro mecanismo para o controle do processo eleitoral e a obtenção dos resultados eficientes, pois sô eram aceitos os pedidos de eleitores que pertencessem ao grupo que detinha a situação local. Aí, o poder judiciário auxiliava os coronéis na manipulação do voto: "no dia 29 à noite, chegaram a esta cidade o prestimoso chefe coronel Silvino Bezer

ra, e o dr. Juvenal Lamartine, juiz de direito da circumscripção"(25). Porém, não existia apenas uma participação passiva do magistrado no desenrolar dos fatos e, sim, uma presença ativa: "Dr. Augusto Monteiro procura tornar harmonioso o poder judiciario com a politica, buscando congregiar todos os elementos quer governistas, quer opposicionistas existentes de então"(26). José Augusto reconhece que, "aos costumes daquela época, os juizes imiscuíam-se também na vida partidária"(27).

Portanto, no início do regime republicano, o alistamento eleitoral era o primeiro recurso para se obter o resultado eleitoral e manipular a eleição. Aí, chegou-se até a publicar "a lista completa e nominal de todos os cidadãos votantes, dos differentes municipios do Estado...porque cada cidadão gostará de ter a lista, para marcar a margem - cara dura, sebastianista, republicano, etc."(28)

Trazendo-se um caso característico do fato, sabe-se que, em 1906, "eu, e um filho meu, recebemos o título de eleitor deste municipio do Acary, donde sou natural e residente..."(29). Em 1911, numa outra carta pública que o "Diário do Natal" publicou, este mesmo seridoense escreveu: "fui eleitor neste municipio do Acary e como não sirvo de capacho e nem me sujeito a imposições, fui ilegalmente excluido do alistamento em uma das revisões passadas; agora procurei alistar-me com 2 filhos, e, apesar de exhibirmos as provas legaes de nossa capacidade para sermos eleitores, a maioria da comissão não nos incluiu no selectivo alistamento, sob pretexto de não morarmos dentro do municipio, quando a nossa residência é effectivamente neste municipio, no sitio Boijo.

Eu e meus filhos sō somos privados do nosso direito por um capricho dos senhores da situação. Nada tenho

com politica sou um homem pobre, vivo do meu trabalho, mas não me sujeito a ninguém, sou senhor das minhas acções, e apesar das perseguições hei de manter o meu character"(30). Não tardou, porém, a resposta (pública) ao eleitor excluído do alistamento: "Em 1905, por ocasião do primeiro alistamento feito de accordo com a lei eleitoral vigente, o Sr. José Miguel, para fugir ao pagamento de impostos na Parahyba, onde reside ha muitos annos conseguiu iludir a boa fé e correcção da comissão de alistamento inscrevendo-se eleitor, não ser vindo de obstaculo para isso a declaração feita pelo "Diário do Natal de que faria opposição à politica nefasta do Dr. Pedro Velho."

Na primeira revisão eleitoral provada a sua residencia em Estado differente e a fraude de que lançou mão, foi excluído legalmente"(31).

Ocorria, pois, no alistamento (ou revisão) eleitoral o primeiro momento para excluir aqueles cidadãos não identificados com a política local dominante: "os biribas não compareceram ao pleito...porque, como muito bem disse o Diário, não tem eleitores"(32). Entretanto, como aconteceu em Florânea, creditava-se tal situação "a reconhecida capacidade do distincto juiz de direito desta 8 circumscripção, Dr. Juvenal Lamartyne, o pequeno grupo de opposicionistas, no municipio existente, acha-se quase desaparecido"(33). Porém, nem sempre se encerrava a questão com a simples exclusão do eleitor opositor, pois ainda ocorria a possibilidade de apelações para uma instância superior que, por sua vez, sentenciava: "mandar excluir do dito alistamento os recorridos de nome Almino Baptista de Araujo, Hisbello Baptista de Araujo e Claudio Teixeira de Mello, visto como está provado pelas

justificações com que procuraram provar a idade legal, que os ditos recorridos nasceram no anno de 1890, o que demonstra claramente não terem ainda vinte e um annos de idade"(34).

Enfim, prevalecia a posição dominante, como no caso de Florânea, onde o chefe local "não consentia no alistamento de nem um opposicionista"(35), pois "os eleitor da opposição era um, os do partido do governo era outro"(36). Assim, tinha-se condições de afirmar, referindo-se ao Tenente-Coronel Laurindo de Souza, de Currais Novos: "um homem que não dispões neste Município de 6 votos..."(37).

Amaro Cavalcanti, em 1900, reconheceu que "as juntas ou comissões municipais sã admitem o alistamento eleitoral dos indivíduos da sua feição"(38). Através dos mesários da eleição senatorial, em 1899, no Município de Serra Negra do Norte, detecta-se o domínio da junta ligada a política dominante local: Clementino Monteiro de Faria, Leandro Clementino de Faria, Benjamin Monteiro de Faria, Manuel Rodriguez Mariz (39) e outros.

4.5. A fraude e a violência

Porém, "onde o eleitorado da opposição não foi riscado do registro eleitoral e ella conta com elementos para vencer, o governo manda empregar a fraude para sahir victorioso, como succedeu agora em Caicõ"(40). E que fraude era essa? Simplesmente, o bico de pena! Aí, "onde a fraude não bastou, a violência fez o resto"(41), ou seja, buscava-se afastar "das urnas pelo medo, os eleitores que os não acompanhavam..."(42). Em 1913, o jornal A Verdade, do Município de Flo

Florânea, publicou: "...o que procura o governo com este avulta-
do numero de soldados é assegurar o seu reinado por mais um
longo periodo administrativo"(43). Em 1899, A República tam-
bém reconhecia o fato: "já por varias vezes a opposição à po-
litica dominante tem accusado os poderes publicos pelo aug-
mento constante da força policial..."(44). Em 1915, segundo
o Nordeste, o Rio Grande do Norte contava com 320 homens(45)
no quadro policial. Ainda de acordo com o órgão republicano,
"ha neste Estado 15 cadeias, nas seguintes localidades:
Seridô, Jardim, Acary...a excepção das cadeias da Capital....
Acary, Jardim...nenhuma outra offerece segurança - (Ver a do-
cumentação fotografica sobre estas duas últimas cadeias) - .
Alem dessas ha outras casas de propriedade particular, que
servem de prisão e quartel..."(46). Em 1922, em Currais No-
vos, "a cadeia publica, que está sendo construida, embora
sem esthetica, não deixa de ser um grande melhoramento para
a cidade. Resente-se, porem, de muitas outras coisas"(47).

Mas, todo esse aparelho repressor e judiciário
ficava à disposição geralmente da situação, dos chefes lo-
cais: "era uma coisa admirável e comovedora ver Joca Toscano,
já velho, vir de Florânea a Natal, tres e mais vezes ao ano,
num cavalinho magro, pleitear...a nomeação de um simples sub-
delegado de policia para seu município"(48). Assim, dispunha-
se da polícia para "executar" as "pessoas indesejáveis". En-
tre os inúmeros fatos ocorridos, a pesquisa de campo conse-
guiu registrar dois (inclusive entrevistando os familiares de
uma das vítimas): Manuel Horácio de Medeiros e Antonio Mari-
nho de Almeida(49). A mando do gov. Juvenal Lamartine no fi-
nal da década de 1920, o Tenente Moura e o del. Francisco Ho-
norato de Medeiros Mariz mataram (respectivamente) aqueles

dois seridoenses que tentaram criar uma oposição aos chefes políticos de Serra Negra do Norte.

Portanto, "recorria-se as armas...para exercer se o extermínio de famílias inteiras, com que, vez por outra, eram ameaçados os amigos da situação dominante"⁽⁵⁰⁾.

4.6. "A igreja dos coronéis"

Entretanto, os coronéis não se valiam apenas do aparelho repressor e judiciário do Estado, pois também se socorriam de uma outra instituição: a igreja (católica, apostólica, romana). Apesar desta instituição se dizer de um outro mundo, o eterno, tinha os seus pés solidamente plantados no chão do Seridô: "promovendo a fundação do patrimônio da Diocese neste Estado, confiando este Departamento ao encargo de uma Comissão sob a presidência do distinto cavaleiro Colonel João Toscano de Medeiros, nome ligado à toda idéia do progresso n'esta terra, mesmo ao que se prende aos interesses sagrados da religião, com feliz orientação exercendo-se um resultado superior a toda expectativa"⁽⁵¹⁾. Um outro fato concreto é o edital de arrendamento de terras diocesanas no Município de Currais Novos - ver o documento anexo. Assim, "os proprietários rurais, movidos pelo zelo religioso, intentavam levantar capelas em seus sítios, doando meia lêgua de terra, para constituição do patrimônio das mesmas, condição indispen^sável para o atendimento das suas pretensões"⁽⁵²⁾. E que pretenções eram essas? Juvenal Lamartine, em "Apelo ao Clero" , mencionou: "Tomo a liberdade, portanto, de solicitar por intermédio de V.Excia a participação do Clero deste Estado no

problema do acrescimento de nossa produtividade agrícola. No pulpito, em todos os lugares onde se exerça o poder da irradiação do catolicismo em nossa terra, pela palavra, pelo estímulo, pode o sacerdote transformar-se hoje em dia, para felicidade nossa, em um fator de notável força econômica no Estado.

...V.Excia e o Clero do Estado não regatearão a sua solidariedade e a essa campanha sobretudo oportuna e imprescindível, prevaleço-me da oportunidade para, por intermédio levar as forças religiosas do nosso Estado, a minha palavra de agradecimento e de alta consideração"(53).

À solicitação, não se furtou o clero: "De antemão, posso afirmar a V.Excia, que o clero deste Bispado ha de trazer ao governo econômico e operoso de V.Excia, o concurso solicitado; é uma obrigação moral que ele deve assumir. Para isso, levo ao conhecimento de V.Excia, que enviarei circunstancis circulares ao clero deste Bispado, acompanhada de um exemplar de carta de V.Excia e de todos nos do Clero e das forças religiosas uniremos vontade trabalho e esforço para atendermos ao honroso apelo de V.Excia a quem agradeço..."(54).

Enfim: "os chefes políticos eram apoiados e tinham sua autoridade e prestígio reforçados pelos padres, quase sempre seus parentes e amigos e que saíam em desobriga todos os naos, visitando todas as fazendas"(55)

Portanto, no Seridô, Estado do Rio Grande do Norte, na República Velha, a igreja também se constituía num aliado para a política dominante do coronelismo⁽⁵⁶⁾. Não só contribuía para a exploração do trabalhador, como ainda se

socorria do seu apelo ideológico para o "sentimento de religião que tão bons fructos tem dado a esta terra e mantido a paz e harmonia entre seus fies"⁽⁵⁷⁾. Espera-se, pois, que "cada um catholico desta terra saiba bem desempenhar-se do seu dever religioso...afastando assim a idéa de frieza e indefferentismos neste humilde rebanho"⁽⁵⁸⁾.

Em 1930, essa mesma igreja comemorou a passagem do 29 B.E. do exército brasileiro, "em plena revolta, rumo a Capital do Estado para depor o Presidente Dr. Juvenal Lamartine de Faria, divorciado do povo que o elegeu, cuja confiança já não merecia, empregando meios violentos para se conservar no governo"⁽⁵⁹⁾. Porém, clamou "aos céos para que os nossos detentores do poder se não deixem levar aos odios partidários, exercendo vinganças pequeninas, cegos pela paixão do mando ou influenciados pelas deleterias doutrinas do communismo destruidor, esquecidos do Deus..."⁽⁶⁰⁾.

Entretanto, em 20 de outubro de 1930, por ato do prefeito provisório revolucionário (o primeiro decreto), o Cel. Cypriano Bezerra Galvão Santa Rosa (irmão do Cel. Silvino Bezerra), deu-se a doação de uma propriedade ao patrimônio de Nossa Senhora da Guia, no Município de Acari⁽⁶¹⁾.

Era, portanto, a instituição católica um sustentáculo da situação dominante e, aí, os mandatários políticos locais valiam-se dela, pois "tem mais capelas, igrejas e santuários do que diretórios...", declarou o Major Theodorico Bezerra⁽⁶²⁾.

4.7. O problema investigado

Descreveu-se, até agora, uma certa e determinada realidade: o Seridô, Estado do Rio Grande do Norte, na República Velha. Aí, insere-se a questão central deste estudo de caso: a participação política (entrada) do homem do campo na disputa eleitoral.

Segundo M.I. Pereira de Queiroz, "os trabalha-dores rurais...não constituíam a massa do eleitorado"⁽⁶³⁾. Este, conforme esta autora, era "formado por sitiantes mais abastados nas zonas rurais; pelos pequenos funcionários, arte sãos, vendeiros, nos pequenos núcleos e vilarejos"⁽⁶⁴⁾. M. de Lourdes Janotti, por sua vez, diz que "os sitiantes, tradicio-nalmente homens livres, pequenos proprietários, compunham a maior parte do eleitorado rural"⁽⁶⁵⁾.

Usando-se o alistamento eleitoral do Município de Acari, do ano de 1910, composto de 443 inscritos, detecta-se a seguinte situação na categoria profissão - tabelas 19 e 20 :

Tabulando-se a categoria residencial, encontra-se o seguinte fato - tabela 21 :

Tem-se conhecimento, através da fonte oral, que, "nesse tempo, a rua era muito desabitada, tinha pouca gente, quase todos vinham do sítio"⁽⁶⁶⁾. Em 1923, "São José do Seridô é um povoado florescente no meio de um centro algodoeiro... Há seis annos, era uma fazenda. Hoje, tem mais de cem ca-sas..."⁽⁶⁷⁾. Em 1922, Serra Negra do Norte era "constituída por pequeno numero de casas, formando quatro ruas..."⁽⁶⁸⁾. As-sim, "vinha aquele eleitorado de São Fernando, a eleição era feita aqui em Caicô, só havia secção em Caicô"⁽⁶⁹⁾.

TABELA Nº 19

ALISTAMENTO ELEITORAL DE ACARI, EM 1910, SEGUNDO A
PROFISSÃO

Atividade	Quantidade	% em relação ao alistamento
No comércio	13	3,0
Artista	26	6,0
Emp. público	15	3,0
Outros *	4	1,0
Total	58	13,0
Na Agricultura e criação	385	87,0

FONTE: Livro do Alistamento Eleitoral, 1910 (ACEA).
Arquivo do Cartório Eleitoral de Acari.

* Outros: 2 magistrados, 1 professor, 1 jornaleiro.

TABELA Nº 20

RESIDENTES NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ACARI: ALISTAMENTO
ELEITORAL DE 1910

Atividade	Acari	Sede do Município	%
No Comércio	13	11	85,0
Artista	26	10	38,0
Empr. Público	15	10	67,0
Outros	4	3	75,0

FONTE: Livro do Alistamento Eleitoral, 1910 (ACEA).

Nota: Esta tabela é desdobrada a partir da tabela nº 19 ,
mas exclui as atividades ligadas à agricultura e à
criação.

TABELA Nº 21

ALISTAMENTO ELEITORAL DE ACARI, EM 1910, SEGUNDO A RESIDÊNCIA

Propriedades *	41	17	6	7	8	4	2	1	2	1	4	3	1	1	sede do mu- nic.
Quantidade de eleitores em cada propriedade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	12	14	16	49	53
Total de eleitores por grupo de propriedade	41	34	18	28	40	24	14	8	18	10	48	42	16	49	53
% em relação a cada gru- po de propriedades	41,0	17,0	6,0	7,0	8,0	4,0	2,0	1,0	2,0	1,0	4,0	3,0	1,0	1,0	1,0
% em relação ao alista- mento (total de eleito- res)	9,0	8,0	4,0	6,0	9,0	5,0	3,0	2,0	4,0	2,0	11,0	9,0	4,0	11,0	12,0

FONTE: Livro do Alistamento Eleitoral - 1910 (ACEA).

Propriedades *

As propriedades com apenas 1 eleitor:

Passagem, Pitombeira, Montanha, Estrêla do Norte, Gregório, Christovão, Regalia, Pão Leite, Nova Forte, Boa Sorte, Riacho do Fundo, Cachoeira, Joaseiro, Areias, Tanque, Divisa, Barra da Carnaúba, Gargalheiras, Caiçarina, Boa Vista, Picos de Cima, Umburanas, Parelhas, Moreira, Remédio, Papagaio, Mineiro, Laranjeira, Serrote dos Bois, Boqueirão, Tijuca, Machado Grande, Bulhão, Felipe, Ping'Água, Riachão, Cyhiana, Volta do Rio, Cacimba de Cabras, Trincheira e Saquinho.

Com 2 eleitores em cada propriedade:

Carnaubinha, São José, Pedra e Cal, Cruzêta, Bico d'Arara, Santa Theresa, Barra, Boa Agua, Agua Doce, Alegrete, Barrenta, Eprinal, Pinturas, Picos, Flores, (...) e (...) sem condições de leitura.

Com 3 eleitores em cada propriedade:

Mulungu, Barra do Joaseiro, Navio, Retiro, Salgadinho e (...) - sem condições de leitura.

Com 4 eleitores em cada propriedade:

Sacco, Soledade, Tapera, Olho d'Água, Recanto, Pão Alagoa e Riacho do Jardim.

Com 5 eleitores em cada propriedade:

Todos os Santos, Belém, Pedra Branca, Ramada, Palma, Bindanga, Umary e Pão d'Arco.

Com 6 eleitores em cada propriedade:

Salgado, Rajada, Jacurutu e Angicos.

Com 7 eleitores em cada propriedade:

Bicco e Vaca Brava.

Com 8 eleitores em cada propriedade:

Cacimba do Meio

Com 9 eleitores em cada propriedade:

Ermo e Emu

Com 10 eleitores em cada propriedade:

Timbauba

Com 12 eleitores em cada propriedade:

Riacho do Meio, Acauã, Varzea e Marrecas.

Com 14 eleitores em cada propriedade:

Ipoeira do Mato, Jardim e Xiquexique.

Com 16 eleitores em cada propriedade:

Canassu

Com 49 eleitores em cada propriedade:

Carnauba

Com 53 eleitores na sede do município:

Acarí

Portanto, carecem de fundamentações empíricas as afirmações teóricas das duas autoras. Enfim: "os nossos homens do interior... constituem a grande massa eleitoral"⁽⁷⁰⁾.

Havia, por conseguinte, na constituição do eleitorado, a presença do "proprietário da fazenda 'Boa Vista'... na qualidade de humilde eleitor, nunca deixarei de acompanhar os sympathicos coronéis José Bezerra e Lula Gomes"⁽⁷¹⁾. Aí, "comparecia sempre as eleições com minha dúzia de eleitores"⁽⁷²⁾. E, também, a presença do trabalhador rural: "nós éramos morador e não podia acompanhar outro, nós era para acompanhar ele no partido dele, nos votava com o candidato dele"⁽⁷³⁾.

Tornava-se, pois, o voto do morador uma expressão política que tinha fundamento na relação econômica entre o trabalhador rural e o proprietário das terras: "se o anno for bom de inverno, espero alistar muitos eleitores"⁽⁷⁴⁾.

Portanto, a concepção teórica de que "o voto adquire importância como valor de troca"⁽⁷⁵⁾, não se fundamenta no real, pois, no Seridô, Estado do Rio Grande do Norte, na República Velha "o sertanejo não se entusiasma facilmente pela lucta politica, entrando nella para cumprimento de um dever...aos homens que sabem exercer sua acção dirigente..."⁽⁷⁶⁾. Assim, o voto expressava um ato de lealdade do morador para com o proprietário: "o morador mesmo dizia que queria votar com quem eu votava"⁽⁷⁷⁾, pois, "sendo morador, tinha é que votar era com ele. Ele era o proprietário e eu morava na terra dele, era meu patrão"⁽⁷⁸⁾. Dessa forma, o controle do votante era total: "...em várias eleições enflui com o meu conselho, determinando que elementos que me são pessoalmente dedicados comparecessem às urnas e exerces-

5632/BC

sem o seu direito de voto"⁽⁷⁹⁾. Porém, não apenas no ato de ir à disputa eleitoral: "cheguei ainda a tempo de conseguir arredar das urnas muitos eleitores nossos que estavam vacillantes, sem saber se deviam votar, e outros que, tendo comparecido as secções, foi-me preciso percorrel-as para mandal-os para casa"⁽⁸⁰⁾.

E, pois, inaplicável ao Seridô (RN), na República Velha, a teoria que interpreta o voto como um negócio pelo qual o eleitor obtenha algum benefício material: "naquele tempo, não se conversava nisto...homem andar se vendendo é papel de homem-rapariga...de uns certos anos prã cá que começou a haver candidatos assim...aqui no interior, então, o cabra sô quer se vender...vende-se a um, vende-se a outro"⁽⁸¹⁾. "Hoje, é uma tristeza, o sujeito se vende"⁽⁸²⁾. Eles compram o eleitor prã ganhar".

Portanto, nem existia a compra do voto, nem os votantes chegavam a gozar de um poder de barganha.

Percebe-se, através da fonte oral, o clima desfavorável para o mercado eleitoral na época da Primeira República, no Seridô, Estado do Rio Grande do Norte. Na fonte documental, também se detecta a barreira reprovadora do fato (mercado eleitoral): "quem falta aos compromissos políticos, tomados com o seu partido, falta, também, aos compromissos de ordem pessoal... quem se alista num partido politico assume, para com ele deveres e obrigações tão sagrados e imperosos como os que tem quando dá a sua palavra de honra, ou assina um documento, comprometendo a pagar uma dívida ou a cumprir uma obrigação, principalmente se recebe desse partido"⁽⁸³⁾.

4.8. Cabo eleitoral?

Torna-se, portanto, incompreensível a existência de cabo eleitoral "antes de 1930"⁽⁸⁴⁾ como "elemento decisivo das eleições"⁽⁸⁵⁾. Segundo a fonte oral, "nesse tempo não havia propaganda, não havia coisa nenhuma, não havia discurso, se votava"⁽⁸⁶⁾. Enfim: "não tinha cabo eleitoral, não é como hoje. Ele mandava avisar porque qualquer uma pessoa que tal dia tem eleição, venha votar. Por carta não, porque não era coisa de luxo"⁽⁸⁷⁾.

4.9. José Augusto... Theodorico Bezerra

Rompeu-se o voto de lealdade ao ser criado um intermediário (o cabo eleitoral) entre o votante e o chefe político: "concita-se o eleitor para valorizar o seu voto que não deve ser de "cabresto"⁽⁸⁸⁾, pois "o PDS, dessa feita, orientado pelo Deputado Theodorico Bezerra, vem adotando o sistema de contato pessoal com o eleitor, isso porque, o Deputado Theodorico Bezerra não julga o eleitor de São Tome como seu empregado que tenha obrigação de atendê-lo somente por um recado"⁽⁸⁹⁾

A mudança da causa determinante do voto do trabalhador rural levou à derrota eleitoral do "mito José Augusto", na década de 1950: "o voto é mercadoria e esta não posso representar"⁽⁹⁰⁾. Em carta a Nilo Pereira, em novembro de 1954, disse: "a democracia, mesmo no Brasil (o fenômeno é universal), deixou de ser liberal para ser econômica ou comercial.

Voto hoje não é expressão de civismo, mas uma mercadoria, sujeita as oscilações do mercado"⁽⁹¹⁾. Escrevendo a J. Lins do Rego, reconheceu: "o que existiu como uma vergonha foi a presença do dinheiro a se impor como expressão das urnas"⁽⁹²⁾. O jornal Tribuna do Norte, em seu editorial O mercado eleitoral, de 1954, publicou: "A princípio tinha-se notícia de uma ou outra paga em troca de determinado sufrágio. Depois, o que era exceção passou a ser regra geral. Hoje, poucos são os eleitores que votam sem remuneração alguma"⁽⁹³⁾.

Diante da nova realidade das disputas eleitorais, Juvenal Lamartine, outro "mito político seridoense" da vida partidária antes de 1930, sentenciou: "passou a época dos eleitores de cabresto, tangidos como rebanhos inconscientes do seu dever"⁽⁹⁴⁾. Porém, isto não quer dizer que, nos dias atuais ainda, tenha deixado de existir o voto de lealdade, pois "A Caderneta do Morador", da Fazenda Irapuru (com 14.000 hectares), do Major Theodorico Bezerra, prova a continuidade da relação política do morador com o proprietário da terra - ver o documentação fotográfica sobre esta caderneta. Na realidade, deixou o voto de lealdade de ser dominante no corpo do eleitorado: "o voto de cabresto, predominante na Primeira República e mesmo depois da Revolução de 30, cede lugar ao voto-mercadoria"⁽⁹⁵⁾.

4.10. Luta de facções

Havia, pois, no Seridô, Estado do Rio Grande do Norte, na República Velha, a formação de um eleitorado que era integrado à disputa eleitoral de forma vertical: "fazen-

deiro e latifundiário ao mesmo tempo...(José Bezerra) mantém ao alcance da mão uma alcatêia numerosa, pronta para o trabalho da fazenda e para os lances arriscados das lutas municipais"(96), segundo um "intelectual do seu clã, do seu meio social e político... conhecedor de todos os seus defeitos e qualidades"(97). Assim, "desde que foi creado o município de Currais Novos, por desmembramento do município de Acari, o Cel. José Bezerra, cujas propriedades ficaram nele encravadas, assumiu a sua direção política, por consenso unanime do povo, que lhe tinha grande confiança e lhe dedicava profunda estima"(98). Existia, portanto, a integração vertical dos eleitores de um nível inferior ao superior: a facção. Daí, as lutas de facções: "n'aquella importante localidade o nosso partido está definitivamente arregimentado sob a chefia dos distintos cidadãos tenentes coronéis Martiniano Pereira e Manoel Valle, constituindo uma força que é a quasi unanimidade do eleitorado numerosissimo d'aquellle prospero município"(99). Aí, "os eleitores de ambas as parcialidades concorreram a essa eleição, alegres e bem dispostos, como quem fã a uma festa, que festa era da harmonia e da paz que vão reinar neste município, graças à boa vontade dos chefes locais"(100).

4.11. Política de Clientela

Porém, a política local não se limitava à luta de facções, pois também existia a política de clientela. Nesta forma de participação eleitoral, era comum a posição expressa por carta pública: "de acordo com todos os meus ir

mãos e com meu presado pae José Calasancio Dantas, declaro pa ra conhecimento de todos que nos achamos filiados a política chefiada no estado pelos Drs. Alberto Maranhão e Augusto Tavares de Lyra e neste município obedecemos a orientação partidã ria do Dr. Augusto Carlos de Vasconcellos Monteiro"(101).

Contudo, é difícil precisar estatisticamente a proporção do eleitorado que participou da luta de facção e da política de clientela, pois, por um lado, na fazenda de dois eleitores, detecta-se a presença de Antonio Pires de Albuquer que Galvão e Antonio Pires de Albuquerque Galvão Filho: na fazenda Carnaubinha(102). Na fazenda Pedra Branca, como um caso isolado de uma propriedade com eleitores de uma sõ famí lia, existem registrados 5 eleitores: "José Baptista d'Anunciação, Manoel Baptista Dantas, João Baptista Dantas, José Baptista Dantas e Amaro Baptista Dantas"(103). Todavia, pode-se concluir, a grosso modo, que a política de clientela residia basicamente entre os pequenos proprietários (os sítiantes) e o chefe local: "porque o Cel. Gorgonio ajudou meu pai, e ele comprou um sítio, porque o cel. foi quem ajudou a ele"(104). Aí, "era ele quem me arranjava alguma coisa"(105). Portanto, "continuei com ele durante o tempo que ele foi chefe aqui, de pois continuei com a família dele e ainda continuo votando com a família dele, nunca mudei"(106). Enfim: "nunca votei con tra o governo"(107), "pois tolo é quem se atravessa em frente de governo"(108).

Detecta-se, através dos discursos dos dois tipos de eleitores, a luta de facção e a política de clientela: aquele eleitor votou com um seu superior (o proprietário e patrão) e integrou a facção de forma vertical; enquanto que este acompanhou quem lhe prestou alguma ajuda: o chefe políti co local que encarna a figura do governo.

NOTAS

1. Recenseamento de 1920, Introdução, v. 1, p. 507.
2. Idem, p. 507.
3. Recenseamento de 1920, Estatística Domiciliária e Predial, p. 511-13.
4. Entrevista 11.
5. Entrevista 5.
6. Entrevista 10.
7. Registro de Óbitos, Livro 1, 1883-1929, p. 72-73 (APJS).
8. Entrevista 15.
9. Registro de Óbitos, livro 1, p. 72-73 (APJS).
Na pesquisa documental, um fato quase constante chamou a atenção: o suicídio. Na pesquisa de campo, confirmou-se o fato: numa família, há pouco tempo atrás, em menos de 2 anos, 4 pessoas suicidaram-se.
10. A República, Natal, 11 jul 1906, p. 2. "Os Municípios: Flores".
11. Recenseamento de 1920, Estatística Domiciliária e Predial, p. 511-13.
12. Secretaria de Administração, Livro de Expediente Municipal, nº 1, Exercício 1896-97, p. 57-58. (questionário de 1897), artigo 6º, p. 58 (APCN).
13. José Augusto Bezerra de Medeiros, 1954, p. 15.
14. A República, Natal, 12 set 1912, p. 1. "Acary".
15. O Seridoense, Caicó, 15 fev 1924, p. 1. "Pela Desanalphabetização da nossa gente", Renato Celso Dantas (AIHGRN).
16. A Imprensa, Natal, 18 nov 1919, p. 1.
17. Tribuna do Norte, Natal, 11 nov 1950, p. 3. "O Ensino Primário no sertão do meu tempo". Juvenal Lamartine (AJTN).
18. Tribuna do Norte, Natal, 15 ago 1950, p. 3. "O Seridó e seus patriarcas: Antão Eliziário Pereira", Juvenal Lamartine (AJTN).
19. Entrevista 1.
20. Entrevista 5.
21. Maria Isaura Pereira de Queiroz, 1976, p. 176.
22. Entrevista 3.

23. Actas do Alistamento Eleitoral do ano de 1910, fls. 13 e verso (APA).
24. Constituição do Rio Grande do Norte, 7 de abril de 1892, Capítulo IV, da Eleição, art. 126.
25. A República, Natal, 18 set 1898, p. 1. "Os Municípios: Acary". (AJR).
26. Conheio do Seridó, Caicó, 11 nov 1911, p. 1.
27. José Augusto Bezerra de Medeiros, O Rio Grande do Norte no Senado da República, Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1980, p. 92.
28. A República, Natal, 21 jul 1890, p. 2. "Alistamento Eleitoral" (AJR).
29. Diário do Natal, Natal, 20 fev 1906, p. 2. "Secção Livre Acary: José Miguel de M. Dantas". (AIHGRN).
30. Diário do Natal, Natal, 7 mar 1911, p. 1. "Acary: José Miguel de Medeiros Dantas" (AIHGRN).
31. A República, Natal, 15 abr 1911, p. 1. "Política do Acary: Juvenal Lamartine" (APE).
32. A República, Natal, 12 jul 1899, p. 2. "Os Municípios: Currais Novos" (AJR).
33. A República, Natal, 17 fev 1900, p. 1. "Os Municípios: Flores" (AJR).
34. A República, Natal, 29 mar 1911, p. 2. "Junta de Recursos Eleitorais" (APE).
35. Diário do Natal, Natal, 24 fev 1912, p. 1. "Revisão Eleitoral" (AIHGRN).
36. Entrevista 10.
37. A República, Natal, 5 out 1899, p. 1. "Os Municípios: Currais Novos" (AJR).
38. Amaro Cavalcanti, Regime Federativo e República Federativa, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, p. 374 (citado por Janice Theodoro da Silva, IN: Raízes da Ideologia do Planejamento do Nordeste: 1889-1930, S. Paulo, Ciências Humanas, 1978, p. 31).
39. A República, Natal, 23 jul 1899, p. 2. "Eleição Senatorial" (AJR).
40. Diário do Natal, Natal, 27 set 1900, p. 1. "A Eleição em Caicó" (AIHGRN).
41. Anais da Câmara dos Deputados, 1891, v. II, p. 138. sessão 8 ago 1891, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (ACLA).

42. O Nordeste, Mossoró, 13 mar 1931, p. 1. "Eleitores: Pro-
tasio Gurgel" (AMM).
43. A Verdade, Flores, 13 abr 1913, p. 2. "Povo, Despertai!"
N. Gurgel (AIHGRN).
44. A República, Natal, 27 ago 1899, p. 1. "Rio Grande do
Norte" (AJR).
45. O Nordeste, Mossoró, 26 mai 1917, p. 2 (AMM).
46. A República, Natal, 21 mai 1890, p. 3. "Cadeias" (AJR).
47. A República, Natal, 18 mai 1922, p. 1. "Os Municípios:
Currais Novos" (APE).
48. Tribuna do Norte, Natal, 24 nov 1950, p. 3. "O Seridó e
seus Patriarcas: João Toscano de Medeiros", Juvenal
Lamartine (AJTN).
49. Não se aprofundará os fatos sobre os crimes políticos de
Juvenal Lamartine de Faria. Esta atitude visa preser-
var o anonimato dos familiares entrevistados (de uma
das vítimas) na pesquisa de campo, pois conforme o re-
lato, pode-se identificar quais foram as pessoas en-
trevistadas.
Na fonte bibliográfica, porém, pode-se encontrar uma
documentação secundária sobre um terceiro ato de vio-
lência do Gov. Juvenal Lamartine. O livro "Vingança,
não: depoimento sobre Chico Pereira e cangaceiros do
Nordeste", de Francisco Pereira da Nobrega, é uma fon-
te documental acerca do fato. Também na pesquisa oral,
houve depoimentos sobre a morte de Chico Pereira.
50. Jornal da Manhã, Natal, 9 mai 1912, p. 2. "Vencidos" -
(AIHGRN).
51. Livro de Tombo, nº 1, p. 8 e verso, Flores (APSS).
52. Olavo de Medeiros Filho, 1983, p. 95.
53. Tribuna do Norte, Natal, 5 fev 1953, p. 1. "Apelo ao Cle-
ro", Juvenal Lamartine (AJTN).
54. Idem, 1.
55. Tribuna do Norte, Natal, 22 jan 1952, p. 3. "A influên-
cia do Padre na vida política e social do Seridó", Ju-
venal Lamartine (AJTN).
56. José Augusto: "Para bem avaliar quanto o ambiente seri-
doense é dominado pelo espírito religioso e católico,
basta assinalar que no Brasil atual ha quatro princi-
pes da Igreja, quatro bispos, nascidos na região ou
descendentes de famílias seridoenses, qual deles mais
ilustre e mais dinâmico no serviço do bem do povo e
da salvação das almas: Dom José de Medeiros Delgado,
Arcebispo de São Luís do Maranhão, Dom José de Medei-
ros Leite, Bispo de Oliveira, em Minas Gerais, Dom
Eugênio de Araújo Sales, Bispo auxiliar de Natal, e

Dom José Adelino Dantas, Bispo de Garanhuns, em Pernambuco" (Prefácio do Livro: Homens e fatos do Sertão Antigo, de Dom José Adelino Dantas).

57. Livro de Tombo, nº 1, p. 72 e verso (Jardim do Seridão) - (APC).
58. Idem, p.
59. Livro de Tombo, nº 1, p. 86 (Acari) (APG).
60. Livro de Tombo, nº 1, p. 86 (Acari) (APG).
61. Idem, p. 87. (APG).
62. Lauro Gonçalves Bezerra, Majô Theodonico Bezerra: o Imperador do Sertão, Natal, RN/Economico, 1982, p. 172.
63. Maria Isaura Pereira de Queiroz, 1976, p. 176.
64. Idem, p. 176.
65. Maria de Lourdes Janotti, 1981, p. 58.
66. Entrevista 8.
67. A República, Natal, 21 ago 1923, p. 1. "Excursão ao Sertão", José Augusto (APE).
68. A República, Natal, 2 nov 1922, p. 2. "O Centenário : em Serra Negra" (APE).
69. Entrevista 3.
70. A República, Natal, 15 out 1920, p. 1. "O Voto Secreto, Ferreira Chaves" (entrevista) (APE).
71. A República, Natal, 5 ago 1899, p. 2. "Curraes Novos: Camillo de Salles Pereira" (AJR).
72. A República, Natal, 7 set 1897, p. 3. "Os Municípios: Acary, Velho Sertanejo" (AJR).
73. Entrevista 5.
74. O Município, Jardim do Seridão, 31 out 1919, p. 6. "Cartas de um velho: Caetano Zacarias" (AIHGRN).
75. Maria Isaura, 1976, p. 175.
76. A República, Natal, 13 ago 1913, p. 1. "Problemas Sertanejos: o problema político, Manoel Dantas" (APE).
77. Entrevista 4.
78. Entrevista 1.
79. O Batel, Curraes Novos, 3 jan 1915, p. 1. "Affonso Barata" (AIHGRN).

80. Documentos de José Augusto: Corresp. recebida por J. Bernardo/Affonso Barata, v. 8 (1894-1902), fls. 310, (ABE).
81. Entrevista 3.
82. Entrevista 17.
83. Tribuna do Norte, Natal, 19 ago 1955, p. 3. "A Ética na vida política e nas relações particulares" Juvenal Lamartine (AJTN).
84. Leôncio Basbaum, História sincera da República, 4.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 191.
85. Idem, p. 191.
86. Entrevista 10.
87. Entrevista "D".
88. Lauro Gonçalves Bezerra, 1982, p. 86.
89. Idem, p. 87.
90. Carta de José Augusto Bezerra de Medeiros a Maria Lauracy Costa (Arquivo da Biblioteca Pública Municipal, Documentos de José Augusto) (ABE).
91. Carta a Nilo Pereira... (ABE).
92. Carta a J. Lins do Rego.... (ABE).
93. Tribuna do Norte, Natal, 17 jul 1954, p. 1. "O Mercado Eleitoral" (AJTN).
94. Tribuna do Norte, Natal, 29 abr 1951, p. 3. "O Pleito de Outubro" Juvenal Lamartine (AJTN).
95. Moacir Palmeira, "Nordeste: mudanças políticas no século XX". Cadernos Brasileiros. Rio de Janeiro, 37, set-out, 1966, p. 74.
96. M. Rodrigues de Melo, 1954, p. 31.
97. Idem, p. 46-47.
98. Tribuna do Norte, Natal, 24 dez 1950, p. 3. "O Seridó e seus patriarcas: Ulisses Telemaco de Araújo Galvão", Juvenal Lamartine (AJTN).
99. A República, Natal, 3 out 1897, p. 1. "Política de Caicó" (AJR).
100. A República, Natal, 12 mai 1897, p. 3. "Curraes Novos" - (AJR).
101. Jornal do Seridó, Caicó, 9 jul 1910, p. 3. "Solicitadas ao Público": Ludgero Felinto Dantas (AIHGRN).

- 102. Alistamento Eleitoral de Acari, 1910 (ACEA).
- 103. Alistamento Eleitoral de Acari, 1910 (ACEA).
- 104. Entrevista 2.
- 105. Entrevista 9.
- 106. Entrevista 11.
- 107. Entrevista 6.
- 108. Conheço do Senidô, Caicô, 11 jun 1910, p. 2. "Ao Relento"
(AIHGRN).

CONCLUSÃO

"Porque nós éramos morador e não podia acompanhar outro, nós era para acompanhar ele no partido dele, nos votava com o candidato dele".

Entrevista 5

Coronel José Bezerra:
"800 eleitores que tenho em Currais Novos são seus de porte batida".

M. Rodrigues de Melo, 2.ed.
Patriarcas e Carreiras: a influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste, p. 94.

5.1. Conclusão teórica

Este estudo de caso monográfico desagua em conclusões de duas ordens: teórica e empírica.

Conclue-se que a participação política do morador é instrumentalizada pelo proprietário da fazenda da qual retira sua subsistência. Existe uma relação de dominação e dependência pessoal que condiciona a entrada política do trabalhador rural a uma lealdade para com aquele que lhe "dá" a terra para cultivar. Portanto, o comportamento do eleitor expressa, a nível político, uma relação vertical entre dois atores desiguais, aonde um deles, o superior, exige o voto do inferior: "eu não vou pedir dinheiro emprestado a ele que ele não tem, ele não tem um cavalo para me emprestar, ele não tem automóvel, ele não tem remédio para me dar, ele não tem coisa nenhuma, a única que pode me dar é o voto. Se não me dá o voto, vã simbora. Todos lá são obrigados a ser eleitor porque eu preciso dos votos deles"⁽¹⁾. Este é o pensamento do proprietário da "Fazenda Inapuru" (14.000 hectares) que conclue: "tem que educar um pessoal numa fazenda dentro desse princípio"⁽²⁾. Conforme Otto Guerra, "um chefe político de São Tomê (município de transição entre a zona seridoense e o agreste) ao passar em revista seu eleitorado para a recente campanha, verificou haver perdido nada menos de 400 deles, a maioria chefes de família, que haviam deixado o Rio Grande do Norte"⁽³⁾.

Portanto, o sistema coronelista caracteriza-se fundamentalmente pela integração vertical dos trabalhadores rurais (os moradores) aos seus patrões. Com outras palavras: o alinhamento vertical entre esses dois setores delinea uma re

lação (de senhor e subordinado) na qual este segundo componente sacrifica o alinhamento horizontal de sua própria classe. Define-se, pois, essencialmente o coronelismo pela relação social na qual o morador participa da campanha eleitoral através da lealdade (integração vertical) ao proprietário da terra com o qual mantém uma relação econômica de parceria (mediação) que determina a manifestação política (eleitoral) do morador.

Porém, a relação entre o proprietário e o morador não se constitui na única relação social de uma sociedade camponesa⁽⁴⁾ - como a do Seridô -, pois ainda existe um terceiro elemento: os pequenos proprietários (os sitiantes), os comerciantes e outros. Todavia, este setor caracteriza basicamente a política de clientela. Contudo, o fenômeno entre os chefes políticos e os sitiantes (uma forma de clientelismo) foi interpretado erradamente por Maria Isaura Pereira de Queiroz como "coronelismo". Carece, então, de fundamentação empírica a tese desenvolvida por esta autora ao longo do texto "O Coronelismo numa interpretação sociológica": "um eleitor que vendera o voto em Afogados de Ingazeira, - na Monarquia, - ficará amaldiçoado! O fato scandalizou e por toda parte era comentado com revolta"⁽⁵⁾.

Este trabalho objetiva delinear o que é fundamental no coronelismo, isto é, visa-se detectar o que é essencial para a participação eleitoral do votante rural no fenômeno do coronelismo. Assim, propõe-se um conceito que, hoje, negue "la existencia de um 'neo-coronelismo' de tipo urbano en el Brasil"⁽⁶⁾; e, amanhã, crie obstáculos e denominação

de "coronel de sindicato". Portanto, em última instância, pretende-se delimitar um conceito com o fim de que este não explique "tudo".

5.2. Mecanismos de controle

No campo, a classe proprietária monta um esquema paternalista aonde, por um lado, não se vale de um aparelho repressivo para o controle da situação local, pois a debilidade econômica do morador é suficiente para mantê-lo dependente, submisso e leal: "nunca fui em porta de delegacia, nem ouvi a palavra de esteje preso"⁽⁷⁾. Pelo outro, através do sistema religioso, cria uma explicação (ideológica) para a realidade: "E a vontade de Deus..." Na instituição religiosa, os missionários (os padres e as freiras, também) desenvolvem uma "missão" que é reconhecida pela situação dominante: "não somente nós, mas toda a Pátria se beneficia do trabalho de evangelização deste zeloso missionário que incentiva os bons costumes e promove o homem, conscientizando-o de que, para ser bom cristão é preciso ser autêntico como cidadão, acatando as Leis do País e respeitando as autoridades legitimamente constituídas"⁽⁸⁾.

Mas, ao surgir o questionamento, a classe proprietária vale-se do sistema repressor (policial) para assegurar o controle político.

O alistamento (ou revisão) eleitoral era o primeiro recurso por meio do qual se afastava o eleitorado oposicionista da disputa municipal; ou seja, através da não-inscrição eleitoral dos opositores eliminava-se o grupo adversário. A este procedimento, segundo os anais do Senado e da Câmara

Federal, dava-se o nome de vício eleitoral. Conseguindo a oposição inscrever os seus seguidores e existindo a possibilidade de disputa entre as duas facções, apelava-se para a fraude "bico-de-pena". Como ambas as facções confeccionavam as atas e não sendo este recurso um meio de obter a vitória segura na eleição, recorria-se a outro método: a violência, pois o anterior estava superado. Enfim: "nas lutas políticas quando os partidos se degladiam no acêso da eleições, o "coronel" sertanejo lança mão de todos os meios para evitar a subida do partido contrário"⁽⁹⁾, pois, "na política, só é feio perder. Perder é feio"⁽¹⁰⁾. Assim, os coronéis valiam-se das armas para expulsar das urnas os eleitores da facção contrária. No confronto, as mortes. Dependendo de quem, sobrevinha a vingança pessoal ou a familiar. Posteriormente, as lutas de famílias: "tenho dois filhos que, apesar de não serem criminosos e nem assassinos mesmo assim, já juraram na cruz de Deus, que se eu for assassinado em qualquer parte do Rio Grande do Norte, eles não deixarão pedras sobre pedras dos Pereiras..."⁽¹¹⁾ Para o "Sindicato do Crime" (nos dias atuais), bastava o passar do tempo e a disputa pelo poder⁽¹²⁾.

A prática do coronelismo implica o emprego de um método direto e de um método indireto. O primeiro reside na própria relação entre o chefe político local e o eleitor. Com outras palavras: o método direto liga-se à participação política do trabalhador rural, o meieiro do algodão mocô, na disputa eleitoral da zona seridoense. A questão central deste estudo de caso refere-se a caracterização desta relação: o que prende este votante específico (o meieiro) ao chefe político local. O segundo método consiste no vício, na fraude e na violência a nível da luta eleitoral. Este método é margi-

nal diante da relação direta entre o coronel e o eleitor da sua facção, pois se aplica ao confronto com a facção adversária. Enquanto o primeiro é um movimento essencialmente vertical e concretiza-se quando o votante põe o voto na urna, o segundo tem o seu campo de aplicação na relação horizontal entre proprietários e na apuração das urnas (subsiste ao processo de votação propriamente dito).

5.3. Conclusão empírica

Durante quase toda a República Velha, Acari, Currais Novos, Florânea e Jardim do Seridó, municípios agrícolas, foram controlados pelos coronéis: Silvino Bezerra, José Bezerra (irmãos), João Toscano de Medeiros e Felinto Elísio, respectivamente; aonde localizavam-se suas propriedades: "como todos os velhos chefes do sertão, sua riqueza era a terra"⁽¹³⁾. Segundo a fonte oral, "naquele tempo, dinheiro era muito pouco. Esses homens tinham terra, mas dinheiro eles não tinham. O rico que se conhecia aqui era José Bezerra de Araújo Galvão que tinha muita terra, mas o dinheiro era pouco"⁽¹⁴⁾.

Em Acari e Currais Novos, o domínio político da família Bezerra, através dos dois coronéis, deu-se por mais de cinquenta anos, sem quase oposição: "se eu baixava na mesa pra votar, o mesário perguntava: - com quem vai votar? - Com fulano! José Bezerra de Araújo Galvão, que era o meu chefe, tava de lado, dizia: - Não, você vai votar com sicrano"⁽¹⁵⁾. Assim, "ele nunca perdeu uma eleição, o cabra tinha que votar no candidato dele"⁽¹⁶⁾. Nestes dois municípios residiam as mais "integradas" facções da zona seridoense: "a gente... não

votava com outra pessoa, não. Votava com o patrão. Era quase urna cerrada, sem ter outro político com voto"⁽¹⁷⁾. Em virtude dessa situação, o Cel. José Bezerra tinha condições de predizer: "800 eleitores que tenho em Currais Novos são seus de porteira batida"⁽¹⁸⁾.

Em Jardim do Seridó, uma sólida política de clientela - aliada a facção dominante - manteve o mando local nas mãos de Felinto Elísio por 73 anos⁽¹⁹⁾; "acreditem sempre na lealdade do velho companheiro, cuja vida continuará ao serviço dos interesses públicos único legado que desejo deixar aos meus descendentes"⁽²⁰⁾.

Em Florânea, a oposição ao chefe local foi reprimida através do vício eleitoral (o não-alistamento): "...20 cidadãos em condições de serem eleitores compareceram perante a comissão para se alistar, mas não o conseguiram ... por não ter o consentido o delegado de polícia em exercício"⁽²¹⁾.

Caicó e Serra Negra do Norte, municípios com uma certa feição pecuarista (na realidade, ocorria uma combinação gado-algodão, algodão-gado), também tiveram os seus coronéis, mas a política local apresentou aspectos particulares. Caicó foi o município onde as lutas de facções e a política de clientela acirraram-se profundamente: "a vida política do Caicó... movimentou-se e agitou-se num antagonismo intransponível entre as famílias Medeiros e Batista. Não obstante os laços de parentesco existentes entre os representantes de ambas...elas não conseguiram entender-se no que se referia à vida partidária...quando os Medeiros eram governistas, os Batistas eram oposicionistas, e vice-versa"⁽²²⁾. Havia, por um lado, a luta das facções (famílias) e, pelo outro, a política de clientela. Ambas as facções levavam, por conseguinte, os

seus respectivos "votos de pontelina batida" (de cabresto), integrados verticalmente. As facções, juntavam-se os que não eram dependentes: os pequenos proprietários (sitiantes), comerciantes e outros. A estes participantes da política de clientela, as concessões, como a ajuda a compra do sítio, o descarregoamento e a comercialização do algodão: "ele tem uma usina de algodão, eu negocio algodão, tudo... Ele é muito bom para mim, eu voto com ele na oposição" (23). Com outras palavras: os Medeiros e os Batistas enfrentavam-se na campanha eleitoral com os seus grupos formados verticalmente, as facções. A ambas, juntavam-se os que não eram dependentes: os pequenos proprietários (sitiantes), comerciantes e outros.

Em Serra Negra do Norte, não existia a disputa eleitoral entre duas facções, pois só havia uma formada em torno da família Faria. Porém, no final da década de 1920, surgiram algumas manifestações de oposição ao controle dessa família. Juvenal Lamartine do Faria, um dos políticos da família, através do Tenente Moura e do delegado Francisco Honorato de Medeiros Mariz, reagiu com violência aos "inferiores indisciplinados" ("os desleais": Manuel Horácio de Medeiros e Antonio Marinho de Almeida) que tentaram criar "o partido da oposição" do povoado de São João do Sabugí. Portanto, a repressão, neste caso específico de Serra Negra do Norte, visou punir o "inferior desleal" que precisava ser castigado, educado. Nesse contexto repressivo, entende-se o medo e o pavor dos familiares entrevistados de uma das vítimas de Juvenal Lamartine (como mandante), pois ainda hoje vivem aterrorizadas com o fato ocorrido na década de 1920.

Porém, isto não quer dizer que a violência tenha se limitado apenas a Serra Negra do Norte, pois em Currais

Novos e Florânea, através dos coronéis José Bezerra e Joca Toscano, respectivamente, também existiram fatos semelhantes e até piores, como o crime de José Leão, que foi queimado vivo, neste terceiro município. Contudo, aquele primeiro município mostra o real de uma documental concreta, segura e abundante. Em Florânea, o serventuário (escrivão) competente "resistiu" a investigação do processo de José Leão. Em Currais Novos, o informante evitou contar qualquer fato: "eu sei algumas coisas dele, mas não vou dizer, não. Eu não vou ofender ele, não"(24). Entretanto, as violências de carácter político-eleitoral limitaram-se a Serra Negra do Norte, pois, nos outros municípios, vinculavam-se a problemas de terra, casamentos e outras questões.

Contudo, a violência não se restringiu apenas ao ato repressivo de um superior a um inferior, pois também ocorreu a violência entre os proprietários de terra: "diante das perseguições movidas pela polícia desenfreada à fazenda Pedreira de nossa extremecida mãe, e também em face das tentativas de morte feitas a nosso irmão Manoel Januncio fazemos scientes ao respeitavel publico que de hora em diante nos declaramos em franca e decidida opposição ao partido dominante dessa politica"(25). Esta situação limitou-se a Caicó que guarda marcas de um passado que desagua, nos dias atuais, no "Sindicato do Crime".

NOTAS

1. Entrevista com Theodorico Bezerra.
2. Idem
3. A Ordem. Natal, 18 dez 1950, p. 3. "Revelações do Censo", Otto Guerra (AJO).
Num contato pessoal com o autor, teve-se conhecimento de que o chefe político mencionado era o Sr. Raimel Pereira.
4. Evitou-se, propositadamente, na monografia, assumir qualquer conceituação sobre o camponês, pois o estudo não visa abordar esta questão teórica (conceitual).
5. Ulisses Lins de Albuquerque. Um sertanejo e o sertão, 2.ed., Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976. p. 198.
6. Fábio Reis Wanderley. "Participación, mobilización e influencia política: "neo-coronelismo" en Brasil". Revista Latinoamericana de Ciencia Política, Santiago, II(1), abr 1971, p. 75.
7. Entrevista 1.
8. Lauro Gonçalves Bezerra, 1982, p. 275.
9. M. Rodrigues de Melo, 1954, p. 31.
10. Entrevista com Theodorico Bezerra.
11. Lauro Gonçalves Bezerra, 1982, p. 99.
12. Não se abordou, também, a questão do cangaço nesta monografia.
13. Luís da Câmara Cascudo. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Val, 1965, p. 252.
14. Entrevista "D".
15. Entrevista "D".
16. Entrevista "D".
17. Entrevista 16.

18. M. Rodrigues de Melo, 1954, p. 94.
19. Max de Azevedo. "Felinto Elísio; patriarca do Seridô", Jardim do Seridô, Revista Jardim do Seridô. Jardim do Seridô, s/ed., dez. 1978, p. 12.
20. Max de Azevedo, 1978, p. 12.
21. Diário do Natal, Natal, 24 fev 1912, p. 1. "Revisão eleitoral" (AIHGRN).
22. José Augusto Bezerra de Medeiros, 1954, p. 140.
23. Entrevista 4.
24. Entrevista "D",
25. Diário do Natal, Natal, 16 mar 1913, p. 1. "Ao Público" (AIHGRN).

BIBLIOGRAFIA

1. Teórico-metodológico
2. Nordeste
3. Rio Grande do Norte
4. Sertão
5. Monografias e estudos de caso

TEÓRICO-METODOLÓGICO

- ALAVI, Hamza. "Revolução no campo". In: MILIBAND, R. e SAVILLE, J. Problemas e perspectivas do socialismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p. 299-351.
- _____. "Las clases campesinas y las lealdades primordiales". In: ALAVI, H. Las clases campesinas y las lealdades primordiales. Barcelona, Anagrama, 1976. p. 47-125. (Serie: Sociología y Anthropología)
- ARCHETTI, E. e AASS, S. "Una visión general de los estudios sobre el campesinado". Revista Paraguaya de Sociología. Assunção, (38):53-79, jan/abr 1977.
- ASTI VERA, Armando. Metodología da pesquisa científica. Porto Alegre, Globo, 1978. 223p.
- ATTWOOD, D.W. "Patrons and mobilizers: political entrepreneurs in an agrarian state". Journal of Anthropological Research. New Mexico, 30(4):225-41, 1974.
- BASBAUM, Leôncio. História sincera da República: 1889-1930. 4.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. 316p. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, série 19, história, V.9).
- BLANK, Stephanie. "Patrons, clients, and kin in seventeenth century Caracas: a methodological essay in colonial Spanish American social history". The Hispanic American Historical Review. Duke University, 54(2):260-283, 1974.
- CAMMACK, Paul. "'Coronelismo" e o "compromisso coronelista": uma crítica". Cadernos DCP. Belo Horizonte, (5):1-20, mar 1979.
- CANCIAN, Frank. "The Southern Italian peasant: world view and political behavior". Anthropological Quarterly. Washington, 34(1):1-18, jan 1961.
- CARONE, Edgard. A Primeira República: 1889-1930. 3.ed. São Paulo, Difel, 1970. 399p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- _____. A República Velha: instituições e classes sociais. 3. ed. São Paulo, Difel, 1975. 431p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- _____. A República Velha: evolução política: 1889-1930. 3. ed. São Paulo, Difel, 1977. 508p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- CINTRA, Antonio Octavio. "A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia". In: BALÁN, Jorge. Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo, Difel, 1976. p. 31-77. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

- CORREIA, Carlos Humberto P. História oral: teoria e técnica. Florianópolis, UFSC, 1978. 91p. (Ensaio Catarinenses).
- DANTAS, José Ibarê C. As transformações do coronelismo no Brasil. Aracaju, inédito, 1982. 31p. mimeog.
- FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5.ed. Porto Alegre, Globo, 1979. 750p.
- FOSTER, George M. "The dyadic contract: a model for the social structure of a mexican peasant village". American Anthropologist. Washington, 63:1173-92, 1961.
- "The dyadic contract in Tzintzuntzan, II: patron-client relationship". American Anthropologist. Washington, 65:1280-94, 1963.
- "Peasant society and the image of limited good". American Anthropologist. Washington, 67:293-315, 1965.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. 2.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980. 123p. (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, série 19, história, V. 3).
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Esravocrata. 2.ed. São Paulo, Ática, 1976. 235p. (Ensaio, 3).
- FRIEDRICH, Paul. "A mexican cacicazgo". Etnology. Pittsburgh, IV(2):190-209, abr 1965.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 16.ed. São Paulo, Nacional, 1979. 248p. (Biblioteca Universitária, série 29, Ciências Sociais, V. 23).
- GORDEN, Raymond L. Interviewing: strategy, techniques and tactics. Illinois, The Dorsey Press, 1969. 388p.
- HOBSBAWN, Eric. "Los campesinos y la politica". In: HOBSBAWN, Eric. Los campesinos y la politica. Barcelona, Anagrama, 1976. p. 5-45. (Serie: Sociologia y Anthropologia).
- HYMAN, H. Interviewing in social research. 3.ed. Chicago, The University of Chicago Press, 1962. 407p.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. O coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1981. 89p. (Tudo e História, 13).
- KAHN, R. e CANNELL, C. The dynamics of interviewing. Nova York, John Wiley, 1957. 367p.
- KATZ, Daniel. "Estudos de campo". In: — e FESTINGER, L. A pesquisa na Psicologia Social. Rio de Janeiro, FGV, 1974. p. 55-94.

- KAUFMAN, R. "The patron-client concept and macro-politics: prospects and problems". Comparative Studies in Society and History. Cambridge, 16(3):284-308, jun 1974.
- KAY, Cristóbal. "Transformaciones de las relaciones de dominación y dependencia entre terratenientes y campesinos en Chile". Revista Mexicana de Sociología. Poder y Dominación en América Latina. México, XLII(2):751-797, abr/jun 1980.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo, no Brasil. 4.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. 276p. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, série 1, Política, V. 2).
- LEMARCHAND, Rene. "Political clientelism and ethnicity in tropical Africa: competing solidarities in nation-building". American Political Science Review. Washington, LXVI(1): 68-90, mar 1972.
- ____ e LEGG, K. "Political clientelism and development: a preliminary analysis". Comparative Politics. New Brunswick, 4(2):149-178, jan 1972.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petropolis, Vozes, 1981. 185p.
- MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 136p. (Pensamento Crítico V. 3).
- ____ O Capital: Crítica da Economia Política. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 3V. (Perspectivas do Homem, V. 38, série Economia).
- NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa social: introdução às suas técnicas. 4. ed. São Paulo, Nacional, 1977. 209p. (Biblioteca Universitária, série 29, Ciências Sociais, V. 26).
- OBREGON, Anibal Quijano. "Los movimientos campesinos con temporaneos em América Latina". In: LIPSER, S.M. e SOLARI, A. Elytes y desarrollo e en América Latina. 2.ed. Buenos Aires, Paidós, 1971. p. 254-307. (Biblioteca de Psicología Social y Sociología, V. 30).
- PARE, Louise. "Diseño teórico para el estudio del caciquismo actual en México". Revista Mexicana de Sociología. México, XXXIV(2):335-54, abr/jun 1972.
- PILLA, Raul. "Corrupção eleitoral". Tribunal do Norte. Natal, 9 jul 1955, p. 3.
- POWELL, John Duncan. "Peasant society and clientelism politics". The American Political Science Review. Washington, 64:411-25, 1970.

- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 16. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979. 390p.
- _____. *História econômica do Brasil*. 24.ed. São Paulo, Brasiliense, 1980. 364p.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa Omega, 1976. 230p. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, série 19, V. 5).
- RICHARDSON, S. et alii. *Interviewing: its forms and functions*. Nova York, Basic Books, 1965. 367p.
- RONIGER, Luis. "Modern patron-client relations and historical clientelism". *European Journal of Sociology*. Cambridge, XXIV(1):63-95, 1983.
- _____. and EISENSTADT, S.N. "Patron-client relations as a model of structuring social exchange". *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge, 22(1):42-77, 1980.
- SAES, Dêcio. "Coronelismo e estado burgueses: elementos para uma reinterpretação". *Estudios rurales Latinoamericanos*. Bogotá, 1(3):68-93, set-dez 1978.
- SAMPAIO, Nelson de Souza. "A justiça eleitoral". RBEP. Belo Horizonte, 34:11-153, jul 1972.
- SANDBROOK, Richard. "Patrons, clients, and factions: new dimensions of conflict analysis in Africa". *Canadian Journal of Political Science*. Toronto, V(1):104-119, mar 1972.
- SCOTT, James C. "Corrupção eleitoral: o aparecimento das máquinas políticas". *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 5(3):37-73, set 1971.
- _____. "Patron-client politics and political change in southeast Asia". *American Political Science Review*. Washington, LXVI(1):91-113. 1972.
- SHANIN, Teodor. "The peasantry as a political factor". *Sociological Review*. Keele, 14:5-27. 1966.
- SILVERMANN, Sydel. "Patronaje and community-nation relationships in Central Italy". *Ethnology*. Pittsburgh, IV(2):172-189, abr 1965.
- SINGELMANN, Peter. "Campesino movements and class conflict in Latin America: the functions of exchange and power". *América Latina*. Rio de Janeiro, (15):75-104. 1972.
- _____. "Interés propio e interés de clase: algunas funciones de los movimientos campesinos em America Latina". *Revista Mexicana de Sociología*. México, XXXV(2):383-397, abr/jun 1973.
- _____. "The closing triangle: critical notes on a model for peasant mobilization in Latin America". *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge, 17(4):389-409, out 1975.

- SINGELMANN, Peter. "Los movimientos campesinos y la modernización política en América Latina: apuntes críticos". Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe. Amsterdam, (20):34-53, jun 1976.
- SINGER, Paul. "A política das classes dominantes". In: IANNI, Octávio et alii. Política e revolução social no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 71-78.
- SOARES, Gláucio A.D. Sociedade e política no Brasil. São Paulo, Difel, 1973. 237p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- SOUZA, M. do Carmo de. "O processo político-partidário na Primeira República". In: MOTA, Carlos G. Brasil em perspectiva. 11.ed. São Paulo, Difel, 1980. p. 162-226. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- TELAROLLI, R. Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo, Brasiliense, 1982. 99p. (Tudo e História 56).
- THEOBALD, Robin. "The decline of patron-client relations in developed societies". European Journal of Sociology. Cambridge, XXIV(1):136-147, 1983.
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 2.ed. São Paulo, Polis, 1981. 270p. (Coleção Teoria e História, 6).
- WEINGROD, A. "Patrons, patronage and political parties". Comparative Studies in Society and History. Michigan, X(4):377-400, jul 1968.
- WOLF, Eric. "Types of latin american peasantry: A preliminary discussion". American Anthropologist. Washington, 57(3):452-471, jun 1955.
- "Aspects of group relations in a complex society Mexico". American Anthropologist. Washington, 58(6):1065-78, dez 1956.
- Las luchas campesinas del siglo XX. Mexico, Siglo XXI, 1972. 438p.
- "Peasants and political mobilizations: introduction". Comparative Studies in Society and History. Cambridge, 17(4):385-88, out 1975.
- e HANSEN, E. "Caudillo politics: a structural analysis". Comparative Studies in Society and History. Michigan, IX(2):168-179, jan 1967.

NORDESTE

- ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. Um sertanejo e o sertão. 2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976. 242p. (Documentos brasileiro, V. 173).
- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 4. ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1980. 278p. (Brasil Ontem e Hoje, 10).
- O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste. 2. ed. Recife, Sudene, 1979. 142p. (Série: Brasil Sudene Estudos Regionais, 1).
- CASCUDO, Luís da Câmara. Tradições populares da pecuária nordestina. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1956. 78p. (Documentário da Vida Rural, 9).
- COHN, Amélia. Crise regional e planejamento: O processo de criação da SUDENE. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1978. 164p. (Coleção Debates, 117).
- CUNHA, Euclides da. Os sertões: campanha de Canudos. 23. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1954. 554p.
- DUQUE, José Guimarães. O Nordeste e as lavouras xerófilas. 3. ed. Mossorô, Fundação Guimarães Duque, 1980. 316p. (Coleção Mossoroense V. CXLIII).
- Solo e água no polígono das secas. 5. ed. Mossorô, FGD, 1980. 272p. (Coleção Mossoroense, V. CXLII).
- FONTES, Armando. Os corumbas. 5. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1935. 259p.
- FURTADO, Celso. Operação Nordeste. Rio de Janeiro, ISEB, 1959. 71p. (Textos brasileiros de economia, 5).
- Dialectica del desarrollo. 3. ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1977. 158p. (Sección de obras de economía).
- GALVÃO, Hêlio. O mutirão no Nordeste. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1959. 75p. (Documentário da Vida Rural, 15).
- KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo, Nacional, 1942. 595p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Brasileira, Série 5, V. 221).
- LISBOA, Miguel Arrojado. "O problema das secas". In: SOUZA, Elói et alii. Memória da seca. Mossorô, FGD, 1980. p. 107-136 (Coleção Mossoroense, V. CXXXIV).
- MACHADO, M. Christina R. da Matta. "Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (I)". Revista de História, São Paulo, XLVI(93):139-175, jan-mar 1973.

- MELO, Mário Lacerda de. Regionalização agnãria do Nordeste. Recife, Sudene, 1978. 225p. (Serie: Brasil, SUDENE Estudos Regionais, 3).
- MENEZES, Djacir. O outro Nordeste: formação social do Nordeste. Rio de Janeiro. J. Olympio. 1937. 243p.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma religião: SUDENE Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1937. 137p. (Estudos sobre o Nordeste, VI).
- PALMEIRA, Moacir. "Nordeste: mudanças políticas no século XX. Cadernos Brasileiro. Rio de Janeiro, 37:67-78, set-out 1966.
- SÁ JUNIOR, Francisco. "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência". Estudos Cebrap. São Paulo, 3:87-147, jan 1973.

RIO GRANDE DO NORTE

- ANDRADE, Manuel Correia de. A produção do espaço norte-rio-grandense. Natal, Universitária, 1981. 50p.
- BARROS, Domingos. Aspectos norte-riograndenses. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1908. 31p.
- BEZERRA, Lauro Gonçalves. Majô Theodorico: o Imperador do Sertão. Natal, RN/Econômico, 1982. 329p.
- CÂMARA, Anfilóquio. Cenários Municipais. Natal, Oficina do Deip, 1948. 408p.
- CARVALHO FILHO, Joaquim Ignácio de. O Rio Grande do Norte em visão prospectiva. Mossorô, Fundação Guimarães Duque, Natal, Fundação José Augusto, 1976. 194p. (Mossoroense, V. XXVII).
- CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia de Pedro Velho. Natal, Departamento de Imprensa, 1954. 250p.
- _____. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1955. 525p. (Serviço de Documentação).
- _____. Vida de Pedro Velho. Natal, Departamento de Imprensa, 1956. 140p.
- _____. História da República no Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Vol. 1965. 310p.
- _____. Nomes da terra. Natal, Fundação José Augusto, 1968. 321p.
- _____. Uma história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Natal, Fundação José Augusto, 1972. 490p.
- DANTAS, Christovam. A lavoura seca no Rio Grande do Norte. Mossorô, Fundação Guimarães Duque, 1980. 157p. (Mossoroense, V. CXII).
- DANTAS, Garibaldi. Geografia econômica do Rio Grande do Norte. Mossorô, Escola Superior de Agronomia de Mossorô, 1979. 114p. (Mossoroense, V. LXXVIII).
- FARIA, Juvenal Lamartine de. "O algodão no Rio Grande do Norte". A República. Natal, 19 jul 1916. p.1.
- _____. "O algodão no Rio Grande do Norte". A República. Natal, 21 jul 1916. p. 1.
- _____. "O algodão no Rio Grande do Norte". A República. Natal, 24 jul 1916. p. 1.

- BARIA, Juvenal Lamartine de. "O algodão do Rio Grande do Norte". A República. Natal, 29 jul 1916. p. 1.
- GUERRA, Phellipe. "Aspectos econômicos". A Ordem. Natal, 23 ago 1935. p.1.
- _____. "Aspectos econômicos". A Ordem. Natal, 17 out 1935. p.1.
- _____. "Aspectos econômicos". A Ordem. Natal, 13 nov 1935. p.1.
- _____. e GUERRA, Theophilo. Seccas contra a seca. 3. ed. Mossorô, Fundação Guimarães Duque, Brasília, CNPq, 1980. 313p. (Mossoroense, V. XXIX).
- LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte. 2.ed. Natal, Tipografia Santo Antonio, 1937. 2v.
- LIRA, Augusto Tavares de. História do Rio Grande do Norte. 2. ed. Fundação José Augusto, 1982. 361p.
- MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. O Rio Grande do Norte no Senado da República. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1980. 101p.
- PEREIRA, Nunes. Couros, peles de animais domésticos do Rio Grande do Norte. Mossoro, Fundação Guimarães Duque, 1980. 54p. (Mossoroense, V. CXIV).
- POMBO, Rocha. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, Porto, Renascença Portuguesa, Lisboa, Seara Nova, 1921. 494p.

SERIDÔ

ARAÚJO, José Cortez Pereira de. "O Seridô: calvário e ressurreição". RN/Econômico, O Seridô. Natal, RN/Econômico, 124:24-25, jun-jul 1981. Numero especial.

AZEVEDO, Antônio de. "Subsídios para a história de Jardim do Seridô". Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. (RIHGRN) Natal, Departamento Estadual de Imprensa, LV:27-32, 1962-63.

Um patriarca do Seridô. Natal, s/ed., 1973. 7p.

AZEVEDO, Max de. "Felinto Elysio: patriarca do Seridô". Jardim do Seridô. Revista Jardim do Seridô. Jardim do Seridô, s/ed., 12-13, dez. 1978. Edição Especial.

CARVALHO FILHO, Joaquim I. de. "Município de Jardim do Seridô". RIHGRN. Natal, Departamento Estadual de Imprensa, XVIII(1):90-103, 1919-1920.

CASCUDO, Luís da Câmara. "Caicô". A República. Natal, 20 mar 1929. p. 1.

CUNHA, Artêmio Bezerra da. Memórias de um sertanejo. Rio de Janeiro, Pongetti, 1971. 257p.

DANTAS, Adelino. Homens e fatos do Seridô antigo. Garanhuns, O Monitor, 1961. 165p.

O Coronel de Milícias Caetano Dantas Corrêa. Natal, s/ed., 1977. 78p.

DANTAS, Manoel. "O commercio do Seridô". Correio do Seridô. Caicô, 21 jan 1911. p. 2 e 3.

"Problemas sertanejos: o problema político". A República. Natal, 13 ago 1913. p. 1.

"As riquezas do sertão". A República. Natal, 3 jul 1914. p. 1.

"As riquezas do sertão". A República. Natal, 9 jul 1914. p. 1 e 3.

"As riquezas do sertão". A República. Natal, 16 jul 1914. p. 1 e 3.

"As riquezas do sertão". A República. Natal, 20 jul 1914. p. 1 e 3.

"As riquezas do sertão". A República. Natal, 22 jul 1914. p. 1.

"Demonstrações práticas no Seridô". A República. Natal, 16 dez. 1914. p. 1.

DANTAS, Manoel. "Demonstrações práticas no Seridô". A República. Natal, 17 dez 1914. p.1.

Homens de outrora. Rio de Janeiro, Pongetti, 1941. 159p. (Biblioteca de História Norte-Riograndense, V. IV).

FARIA, Juvenal Lamartine de. "O Seridô, suas produções e sua riqueza". A República. Natal, 3 jul 1903. p.1.

"O político". A República. Natal, 16 mai 1937. p. 3.

"O Seridô e seus patriarcas: João Damasceno Pereira de Araújo". Tribuna do Norte. Natal, 11 jul 1950. p.3.

"O Seridô e seus patriarcas: Antonio de Azevedo Maia Junior". Tribuna do Norte. Natal. 18 jul 1950. p.3.

"O Seridô e seus patriarcas: Clementino Monteiro de Faria". Tribuna do Norte. Natal, 25 jul 1950. p. 3.

"O Seridô e seus patriarcas: Cel. Silvino Bezerra de Araújo Galvão". Tribuna do Norte. Natal, 1 ago 1950. p. 3.

"O Seridô e seus patriarcas: Cel. José Bezerra de Araujo Galvão". Tribuna do Norte. Natal, 8 ago 1950, p. 3.

"O Seridô e seus patriarcas: Antão Eliziário Pereira". Tribuna do Norte. Natal, 15 ago 1950. p.3.

"O Seridô e seus patriarcas: Sen. José Bernardo de Medeiros". Tribuna do Norte. Natal, 25 ago 1950. p.3.

"O Seridô e seus patriarcas: Sen. José Bernardo de Medeiros". Tribuna do Norte. Natal, 1 set 1950. p.3.

"O Seridô e seus patriarcas: Manoel Augusto Bezerra de Araújo". Tribuna do Norte. Natal, 2 set 1950. p.3.

"O Seridô e seus patriarcas: Ten-Cel. José Evangelista Medeiros". Tribuna do Norte. Natal, 7 set 1950. p. 3.

"O Seridô e seus patriarcas: Cap. Inácio de Araújo". Tribuna do Norte. Natal, 16 set 1950. p. 3.

"O Seridô e seus patriarcas: Olegário G. de Medeiros Vale". Tribuna do Norte. Natal, 22 set 1950. p.3.

"O Seridô e seus patriarcas: Manoel G. de Medeiros Vale". Tribuna do Norte. Natal, 31 out 1950. p. 3.

"O Seridô e seus patriarcas: Joel Damasceno". Tribuna do Norte. Natal, 27 out 1950. p. 3.

"O Seridô e seus patriarcas: Cel. Felinto Elysio de Oliveira Azevedo". Tribuna do Norte. Natal, 4 nov 1950. p. 3.

- FARIA, Juvenal Lamartine de. "O Seridô e seus patriarcas: Cel. José Batista dos Santos Lula". Tribuna do Norte. Natal, 11 nov 1950. p. 3.
- _____. "O Seridô e seus patriarcas: João Toscano de Medeiros". Tribuna do Norte. Natal, 24 nov 1950. p. 3.
- _____. "O Seridô e seus patriarcas: Celso Afonso Dantas". Tribuna do Norte. Natal, 1 dez 1950. p. 3.
- _____. "O Seridô e seus patriarcas: Cel Cipriano Lopes de Araujo Galvão". Tribuna do Norte. Natal, 8 dez 1950. p. 3.
- _____. "O Seridô e seus patriarcas: Cap. Manoel Bazílio de Araujo". Tribuna do Norte. Natal, 15 dez 1950. p. 3.
- _____. "O Seridô e seus patriarcas: Ulisses Telemaco de Araujo Galvão". Tribuna do Norte. Natal, 24 dez 1950. p. 3.
- _____. "O Ensino primário no sertão do meu tempo". Tribuna do Norte. Natal, 11 nov 1950. p. 3.
- _____. "O Pleito de outubro". Tribuna do Norte. Natal, 29 abr 1951. p. 3.
- _____. "Os coiteiros e a impunidade". Tribuna do Norte. Natal, 22 jan 1952. p. 3.
- _____. "A influência do padre na vida política e social do Seridô". Tribuna do Norte. Natal, 22 jan 1952. p. 3.
- _____. "Política ruralista: latifúndios". Tribuna do Norte. Natal, 22 jan 1952. p. 3.
- _____. "A ética na vida política e nas relações particulares". Tribuna do Norte. Natal, 19 ago 1955. p. 3.
- _____. "Apelo ao clero". Tribuna do Norte. Natal, 5 fev 1953. p. 3.
- _____. "O pleito de 3 outubro". Tribuna do Norte. Natal, 15 set 1954. p. 3.
- _____. "Municípios seridoenses: São Vicente". Tribuna do Norte. Natal, 15 de fev 1955. p. 3.
- _____. "Municípios seridoenses: Caicô". Tribuna do Norte. Natal, 18 fev. 1955. p. 3.
- _____. "Municípios seridoenses: Serra Negra". Tribuna do Norte. Natal, 1 mar 1955. p. 3.
- _____. "Municípios seridoenses: Acari". Tribuna do Norte. Natal, 11 mar 1955. p. 3.

FARIA, Juvenal Lamartine de. "Municípios seridoenses: São João do Sabugi". Tribuna do Norte. Natal, 26 abr 1955. p. 3.

— "Municípios seridoenses: Jucurutu". Tribuna do Norte. Natal, 16 jun 1955. p. 3.

— Velhos costumes do meu sertão. Natal, Fundação José Augusto, 1965. 134p.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. Sertões do Seridó. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1980. 231p.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Cerro Corã. Natal, Gráfica Manimbu, 1981. 96p. (História do seu Município 2).

— Caicó. Natal, Gráfica Manimbu, 1982. 193p. (História do seu Município 5).

— Florânea. Natal, Gráfica Manimbu, 1982. 170p. (História do seu Município 6).

GOMES, José Bezerra. Os brutos. Natal, Universitária, 1981. 66p.

— Sinopse do município de Currais Novos. Natal, Gráfica Manimbu, 1975. 71p.

GUERRA, Otto. "Arrendamento e parceria". A Ordem. Natal, 30 set 1949, p. 2.

— "Revelações do Censo". A Ordem. Natal, 16 dez 1950. p. 2.

— "Revelações do Censo". A Ordem. Natal, 18 dez 1950. p. 2 e 3.

— "Rendeiros e meieiros". A Ordem. Natal, 24 mar 1950. p. 4.

— "Rendeiros e meieiros". A Ordem. Natal, 25 mar 1950. p. 4.

— "Papéis e boas palavras". A Ordem. Natal, 18 fev 1952. p. 2.

— "Política municipal". A Ordem. Natal, 6 jun 1952. p. 4.

— "Eleições municipais". A Ordem. Natal, 11 dez 1952. p. 4.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. Seridó. Rio de Janeiro, Borsói, 1954. 285p. (Biblioteca de História Norte-Riograndense VI).

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhas famílias do Seridó. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1981. 473p.

Velhos inventários do Seridó. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1983. 312p.

MELO, M. Rodrigues de. "O seridoense". Tribuna do Norte. Natal, 13 dez 1951. p. 3.

Patriarcas e carreiros: a influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste. 2. ed. Rio de Janeiro, Pongetti, 1954. 272p.

MONTEIRO, Eymar L'E. Caicós: subsídios para a história completa do município. Recife, Artes Gráficas, 1945. 190p.

MONTEIRO, Vergniaud L. Monografia de Serra Negra. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1953. 23p.

NÓBREGA, Francisco Pereira da. Vingança, não: depoimento sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1961. 331p.

OTHON FILHO, Antonio. Meio século da roça à cidade: cinquentenário de Currais Novos. Currais Novos, s/ed. 1970. 255p.

PEREIRA, E. de Araújo. Manoel Elias e sua família Araújo Peixeira. Rio de Janeiro, Artes Gráficas, 1983. 208p.

PEREIRA, Nilo. José Augusto Bezerra de Medeiros: "Um demônio". Natal, Fundação José Augusto, 1982. 253p.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. Acarí: fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Pongetti, 1974. 144p.

SOUZA, Elói de. "O Seridó antigo". A República. Natal, 16 mai 1937. p. 3.

TAVARES, João de Lyra. Apontamentos para a história territorial da Parahyba. Mossoro, Fundação Guimaraes Duque, 1982. 771p. (Mossoroense, V. CCXLV).

XAVIER, Clélia Vale. Esboço de um trabalho social na zona do Seridó. Natal, Tipografia da Casa de Menores, 1952. 114p.

MONOGRAFIAS E ESTUDOS DE CASO

- AZEVEDO, Luiz Otávio Viotti de. "Evolução dos partidos políticos no Município de São João Evangelista". Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, III(6): 183-194, jul 1959.
- BLONDEL, Jean. As condições da vida política no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, FGV, 1957. 169p.
- CARVALHO, J. Murilo de. "Barbacena: a família, a política e uma hipótese". RBEP. Belo Horizonte, 20:153-193, jan 1966.
- "Estudos de poder local no Brasil". RBEP. Belo Horizonte, 25-26:231-248, jul-jan 1969-1969.
- CHABDLER, Billy Jaynes. Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil: 1700-1930. Fortaleza, UFC, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 213p. (Retratos do Brasil, V. 152).
- COSTA, Lena Castelo Branco Ferreira. Anraial e coronel: dois estudos de história social. São Paulo, Cultrix, 1978. 206p.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. As lutas de família no Brasil: Introdução ao seu estudo. 2.ed. São Paulo, Nacional, Brasília, INL, 1980. 130p. (Coleção Brasileira, V. 263).
- CRUZ, Levi. "Funções do comportamento político numa comunidade de São Francisco". RBEP. Belo Horizonte, III(5): 129-160, jan 1959.
- DANTAS, Aluísio Alberto. Relações de produção da agricultura de subsistência em áreas do polígono das secas: análise da microrregião do Sertão/RN. Natal, PRAEU, 1982. 77f. (Textos acadêmicos, 58).
- DAVIDS, Neusa Costa. Poder local: aparência e realidade. Rio Claro, 1968. 238f.
- DIAS, Gentil Martins. Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Brasília, Universidade de Brasília, 1978. 248p. (Biblioteca Tempo Brasileiro, 48).
- FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos: Gênese e Lutas. 6.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Fortaleza, UFC, 1980. 223p. (Coleção Retratos do Brasil, V. 15).
- GUIMARÃES, Carlos E. de C. "A vida política e administrativa de Dorcas do Indaiá". RBEP. Belo Horizonte, I(1):170-179, dez 1956.

- GUTIÉRREZ, Jorge. "El sistema político y la burguesía rural en México: el caso del valle del Mexquital". Revista Mexicana de Sociología. Cuestiones Agrarias en América Latina. México, XXXIX(3):901-919, jul-set 1977.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. Representação política e sistema eleitoral no Brasil. São Paulo, Símbolo, 1980. 139p.
- MONTENEGRO, Abelardo F. "José Antonio do Fechado e o banditismo político". RBEP. Belo Horizonte, I(1):159-169, dez 1959.
- "Partidos políticos cearenses". RBEP. Belo Horizonte, (22):235-244, jan 1967.
- PANG, Eul-Soo. Coronelismo e oligarquias: 1889-1994. A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 269p. (Coleção Retratos do Brasil, V. 128).
- REIS, Fabio Wanderley. "Participación, mobilización e influencia política: "neo-coronelismo" en Brasil". Revista Latinoamericana de Ciencia Política. Santiago, 11(1):73-102, abr 1971.
- RODRIGUES, Inês Caminha L. A revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local. Paraíba, 1930. João Pessoa, Uniao, 1978. 181p.
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. Dos velhos aos novos coronéis. Recife, PIMES, 1978. 137p.
- SAMPAIO, Nelson de Souza. "Meio século de política bahiana". RBEP. Belo Horizonte, (20):87-124, jan 1966.
- SEREJO, Tereza Cristina Leal de. Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano. Niterói, UFF, 1979. 257f.
- SILVA, Celson José da. Marchas e contramarchas do mandonismo local. Belo Horizonte, UFMG, 1972. 124f.
- SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da ideologia do planejamento do Nordeste: 1889-1930. São Paulo, Ciências Humanas, 1978. 120p. (Brasil Ontem e Hoje, 7).
- SOUZA, Alírio Fernando Barbosa de. O coronelismo no médio São Francisco. Salvador, UFBa, 1973. 62f.
- TELAROLLI, R. Poder local na República Velha. São Paulo, 1977. 222p. (Brasiliense, V. 364).
- VILLAÇA, M. V. e ALBUQUERQUE, R.C. de. Coronel, coronéis. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Brasília, Universidade de Brasília, 1978. 222p. (Coleção Caminhos Brasileiros, 2).

ANEXOS

DOCUMENTAÇÃO

1. Manuscrita

2. Imprensa

3. Jornais

1. MANUSCRITAS

Livro das Sesmarias do Rio Grande do Norte B V. e Índice Geral
(AIHGRN)

Documentos e cartas de José Augusto Bezerra de Medeiros (ABE)

Código de Posturas Municipais e documentos diversos (APA)

Livro de Registro de Decretos, Exercício: 1981-1897, nº 4
(APCN)

Livro de Expediente Municipal, Exercício: 1896-1899, nº 1
(APCN)

Livro de Expediente Municipal, Exercício: 1904-1915, nº 10
(APCN)

Livro de Registro de Leis, Exercício: 1914-1926
(APCN)

Livro de Registro de Telegramas, Ofícios Expedidos, etc. Exercício: 1920-1926. (APF)

Livro de Correspondência, Exercício: 1892-1915, nº 1, 1892
(APF)

Livro para a Revisão Eleitoral, Exercício: 1899 (APF)

Livro para a Organização Eleitoral, Exercício: 1905-1917 (APF)

Questionário sobre Florânea, Ano: 1928 (APF)

Livro de Registro de Leis, Regulamentos e Resoluções Municipais, Exercício: 1922-1931, nº 2 (APJS)

Livro das Actas das Reuniões da Comissão Municipal de Revisão para Organização definitiva da qualificação dos eleitores, Ano: 1890 (ACEA)

Livro das Actas do Alistamento Eleitoral (ACEA)

Livro do Alistamento Eleitoral, Ano: 1910 (ACEA)

Livro das Actas das Sessões das Eleições Estaduais e Municipaes Ano: 1916 (ACEA)

Livro da Eleição ao Senado Federal, Secção Única, Ano: 1918 (ACEA)

Livro Eleitoral, nº 34, Ano: 1911 (ACEC)

Livro da Inscrição do Alistamento Geral, do nº 36, Ano: 1912 (ACEC)

Livro Eleitoral, nº 58, Ano: 1927 (ACEC)

Livro Eleitoral, nº 58, Ano: 1927 (ACEC)

Livro de Tombo para descrição das atividades da Paróquia de N.S.da Guia. Acari, nº 1 (APG)

Livro de Tombo para descrição das atividades da Paróquia de N.S. de Santana. Currais Novos, nº 1 (APS)

Livro de Tombo para descrição das atividades da Paróquia de N.S. da Conceição. Jardim do Seridó, nº 1 (APC)

Livro de Tombo para descrição das atividades da Paróquia de São Sebastião. Florânea, nº 1 (APSS)

2. IMPRESSAS

Câmara do Senado . Anais

Câmara Federal . Anais

Diretoria Geral de Estatística . Recenseamento do Império 1872

Recenseamento da República 1890

Recenseamento, 29, 1900

Recenseamento, 39, 1920

Fazenda Irapuru . Caderneta do Morador

IBGE . Enciclopédia dos Municípios 1960

Rio Grande do Norte (Estado) . Constituições: 21 julho 1891

7 abril 1892

25 março 1915

SUDENE . GTDN. Uma Política de Desenvolvimento Econômico
para o Nordeste

3. JORNAIS PESQUISADOS

<u>FONTE</u>	<u>JORNAL</u>	<u>LOCAL</u>
AJO *	A ORDEM	Natal
AJR * APE *	A REPÚBLICA	Natal
AJTN *	TRIBUNA DO NORTE	Natal
AIHGRN *	A REPÚBLICA	Natal
	A IMPRENSA	Natal
	JORNAL DA MANHÃ	Natal
	GAZETA DO COMMERCIO	Natal
	A CAPITAL	Natal
	A NOTÍCIA	Natal
	JORNAL DE CAICÓ	Caicó
	JORNAL DO SERIDÓ	Caicó
	CORREIO DO SERIDÓ	Caicó
	O SERIDOENSE	Caicó
	O PROGRESSO	Currais Novos
	O BATEL	Currais Novos
	A VOZ POTIGUAR	Currais Novos
	A VERDADE	Florânea
	O MUNICÍPIO	Jardim do Seridó
AMM *	O MOSSOROENSE	Mossoró
	O NORDESTE	Mossoró
	CORREIO DO POVO	Mossoró
	COMMERCIO DE MOSSORÓ	Mossoró

* AJO. Arquivo do Jornal "A ORDEM"

AJR. Arquivo do Jornal "A REPÚBLICA"

APE. Arquivo Público Estadual

AJTN. Arquivo do Jornal "TRIBUNA DO NORTE"

AIHGRN. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio G.
do Norte.

AMM. Arquivo do Museu Municipal de Mossoró

QUADRO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS PESQUISADOS

<u>LOCAL</u>	<u>FONTES</u>		
Acari	Prefeitura	Paróquia	Cartório
Caicó	-	-	Cartório
Currais Novos	Prefeitura	Paróquia	-
Florânea	Prefeitura	Paróquia	-
Jardim do Seridó	Prefeitura	Paróquia	-
S. N. do Norte	-	-	-
Natal	Instituto Histórico e Geográfico do R.G.N. Arquivo Público Estadual do R.G.N. Biblioteca Pública Estadual Jornal "A ORDEM" Jornal "A REPÚBLICA" Jornal "TRIBUNA DO NORTE"		
Mossoró	Museu Municipal de Mossoró		
Campinas	Centro de Ciências, Letras e Artes		

SIGLAS DOS ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADO PESQUISADOS

Arquivo Público do Instituto Hist. e Geog. do Rio Grande do Norte	(AIHGRN)
Arquivo Público da Biblioteca Estadual	(ABE)
Arquivo Público Estadual	(APE)
Arquivo Público do jornal "A ORDEM"	(AJO)
Arquivo Público do jornal "A REPÚBLICA"	(AJR)
Arquivo Público do jornal "TRIBUNA DO NORTE"	(AJTN)
Arquivo Público do Museu Municipal de Mossoró	(AMM)
Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Acari	(APA)
Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Currais Novos	(APCN)
Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Florânea	(APF)
Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó	(APJS)
Arquivo Público da Paróquia de N.S. da Guia - Acari	(APG)
Arquivo Público da Paróquia de N.S. de Santana - Currais Novos	(APS)
Arquivo Público da Paróquia de N.S. da Conceição - Jardim do Seridó	(APC)
Arquivo Público da Paróquia de São Sebastião - Florânea	(APSS)
Arquivo Público do Cartório Eleitoral de Acari	(ACEA)
Arquivo Público do Cartório Eleitoral de Caicó	(ACEC)
Arquivo Público do Centro de Ciências, Letras e Artes	(ACLA)
Arquivo Privado do Major Theodorico Bezerra	(ApTB)

FOLHAS DE VOTAÇÃO

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Acari.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Carnaúba dos Dantas.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Caicó.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de São Fernando.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Timbaúba dos Batistas.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Currais Novos.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Lagoa Nova.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Cerro Corá.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Florânia.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de São Vicente.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Jardim do Seridó.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de São José do Seridó.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Ouro Branco.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Serra Negra do Norte.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de São João do Sabugi.

Folhas de votação do Cartório Eleitoral do Município de Ipueira.

SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS METODOLOGICAMENTE PREVISTAS

<u>ENTREVISTA</u>	<u>DATA</u>	<u>HORA</u>
nº 01	30 4 1983	-
nº 02	01 5 1983	-
nº 03	02 5 1983	15:00
nº 04	02 5 1983	19:00
nº 05	03 5 1983	-
nº 06	04 5 1983	-
nº 07	06 5 1983	-
nº 08	12 5 1983	-
nº 09	14 5 1983	13:00
nº 10	14 5 1983	15:00
nº 11	17 5 1983	11:00
nº 12	17 5 1983	16:30
nº 13	20 5 1983	15:00
nº 14	20 5 1983	17:00
nº 15	22 5 1983	12:00
nº 16	22 5 1983	14:00
nº 17	04 6 1983	-

SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS EXCEPCIONAIS

<u>ENTREVISTA</u>	<u>DATA</u>	<u>HORA</u>
A	03 5 1983	-
B	07 5 1983	13:00
C	07 5 1983	13:20
D	15 5 1983	-

SISTEMATIZAÇÃO DA ENTREVISTA NOMINAL

<u>ENTREVISTA</u>	<u>DATA</u>	<u>LOCAL</u>
Majõ Theodorico Bezerra	22 4 1983	Natal

Ilustres Cidadãos Presidente e Membros da Intendência Municipal de Acary

Os abaixo assignados-representantes do commercio, das industrias, da agricultura, da lavoura e da pecuaria, e das demais classes productoras e conservadoras deste municipio, - vem, mui respeitosamente, solicitar dessa nobre corporação a mudança do actual dia destinado a feira semanal para o domingo, e, como fundamentos deste seu procedimento, allegam:

19) Que, contrariamente ao que se esperava quando foi transferida a realisasão da feira para a segunda, cada dia ia se notando a diminuição da mesma que, conforme succede hoje, está reduzida quasi de metade dos seus antigos frequentadores;

29) Que não ha dispendio de grande esforço para facilmente demonstrar-se, como se demonstra, que os habitantes dos lados Norte, Nascente, e Poente deste municipio, ocorrem ás feiras de Cruseta, Curraes Novos, e até de São Vicente e Caboré;

39) Que não é apenas pela diminuição de frequentadores, tão somente, que estamos soffrendo os desastrosos effeitos da crise actual, mas esta se faz sentir, principalmente, pela carencia dos generos de primeira necessidade- facto este constantemente verificado aqui;

49) Que, se isto não bastar, é de muito acertado pedir-se a esclarecida attenção e estudo dos illustres legisladores municipaes para um facto por demais prejudicial á economia publica e particular: a perda da segunda feira - pri

meiro dia util da semana-occupado pela feira em detrimento dos trabalhos da agricultura- uma das principaes fontes de renda do municipio;

59) Que o commercio, como propulsor do progresso de nossa terra e contribuinte onerado pelos orçamentos do municipio, do Estado, e da Republica não pode e nem deve ficar a mercê de consequencias que bem poderão ser evitadas em tempo, antes de se tornarem mais desastrosas;

69) Que as demais classes productoras do municipio, como factores essenciaes da riqueza publica e particular não devem ficar sem o amparo do poder publico que tem o dever precipio de estimular-lhes as energencias e protegê-las quando se tornar preciso;

79) Que, se os homens vivem e se movimentam formando esse conjuncto a que denominamos - SOCIEDADE - é porque necessitam do auxilio reciproco, baseados no principio immutavel da sociabilidade, que o maior philosopho-homem e Deus - ou trinou aos seus discipulos: AUXILIAE-VOS UNS AOS OUTROS. Com estes fundamentos e com os demais motivos de ordem que aos es piritos esclarecidos conspicuos lycurgos acaryenses occorem, es peram os signatarios desta ser attendidos, na certeza de have- rem merecido da nobre corporação a quem ora dirigem o seu apel lo, um acto de inconfundivel necessidade e pura e verdadeira.

J U S T I Ç A !

Acary. 19 de março de 1925.

commerciante (oito)

agricultor (oitenta e cinco)

O SIRIDO COMMERCIAL

Vivaldo Pereira e Irmão

Permanente sortimento de fazendas para todos os gostos e para todos os preços; grande variedade em miudezas , perfumarias dos mais afamados fabricantes; bijouterias, chapêos de sol e de cabeça, para homens, senhoras e crianças; calçados de muitas referencias; variado e constante sortimento de ferragens; molhados; estivas; oleos; tintas; vidros; doces; vinhos; licores; etc. Especialidades em obras de metal, cuttelaria, armas de fogo, etc. Grande variedade em louças de agata.

Aviamentos para sapateiros e selleiros - "O SIRIDO COMMERCIAL" está actualmente recebendo, em grande quantidade, todos os artigos que constituem o seu ramo de negocio. Chama-se attenção das Exmas. familias para o bom sortimento de fazendas finas e enfeites da ultima moda. Preços excepçio-naes! Vendas em grosso e a varejo.

R. Capitão Mor Galvão, 15

Curraes Novos, Rio Grande do Norte

FONTE: O BATEL, Currais Novos, 27 de junho de 1915, p. 4.

(AIHGRN)

EDITAL

Fazemos publico que attendendo ao que nos requerem em sete de setembro de 1918 a Irmandade de Sant'Ana desta Freguesia, sobre o arrendamento dos terrenos pertencentes ao Patrimonio citos a beira do Rio Curraes Novos, a começar da Barra do mesmo Rio até completarem as quinhentas e cincoenta braças (550) tantas de quanto é o mesmo Patrimonio possuído, na parte do cercamento; portanto, quem tiver pretensões aos mesmos terrenos, apresentará sua proposta, em carta fechada, do abaixo assignado, dentro do praso de trinta dias a contar desta, findo o qual será concedida a carta de arrendamento por trez annos, a favor de quem melhores condições tiver offerecido, de acordo com o Regulamento da Autoridade Diocesana. Os aforamentos serão feitos por lotes de terra de cincoenta braças (50) a começar da barra a cima alludida.

E para que chegue ao conhecimento de todos, faço esta que será affixada na porta da Igreja Matriz, hoje, dia da festa da Padroeira.

Curraes Novos, 26 de julho de 1919

Vig. Antonio Brilhante d'Alencar

FONTE: Paróquia de Nossa Senhora de Santana

Livro de Tombo para descrição das atividades paroquiais,
nº 1, 89 folha adicional.

Eleição

Aos meus amigos e correlegionários

Devendo realizar-se no próximo dia 5 deste mez a eleição para governador, vice-governador do Estado e dois deputados ao Congresso Legislativo; venho, confiado na correção e disciplina política dos meus amigos e correlegionários deste Município, encarecer a todos o seu comparecimento a esse importante pleito que terá início às 10 horas do dia indicado no edefício da Intendencia Municipal.

São candidatos do nosso partido o honrado e muito digno correlegionário Exmo. senador Antonio de Souza para o cargo de governador e o não menos digno doutor Henrique Castriciano para o de Vice-Governador, candidaturas lançadas com o applauso de todos os representantes do Partido Republicano Federal nos Municípios e apoiados pelo insigno chefe do mesmo Partido no Estado o nosso preclaro amigo Exmo. Desembargador Ferreira Chaves.

Certo do vosso comparecimento a esse pleito, desde já ponho à vossa disposição os meus serviços, confiante em que sabereis, mais uma vez, dar uma prova da vossa correção e lealdade nunca desmentidas.

Jardim, 3 de outubro de 1919

Felinto Elysio

FONTE: O MUNICÍPIO, Jardim do Seridô, 3 outubro 1919, p. 2.
(AIHGRN)

CURRAES NOVOS

Srs. Redactores d' "A Republica"

Proprietario da fazenda "Boa Vista" d'este municipio, pouco venho a esta villa, devido aos muitos affazeres com que sou acarretado na qualidade de pequeno criador e agricultor, d'onde, mercê de Deus, tiro o necessario para manter-me com modesta decencia. Hoje, porém, como diz o adagio que quem é vivo sempre apparece, e mesmo sendo dia da nossa festinha dedicada à senhora S. Anna, nossa Padroeira, não pude furtar-me ao desejo de, com o meu humilde concurso, vir aqui, como devoto, auxiliar o brilhantismo de tão popular festividade. Aguardava-me, porém, uma surpresa: é o caso que um amigo mostrou-me o "Diário do Natal", de 2 do corrente, onde, entre outros figurava o meu humilde nome como capitão da 39 Companhia do 17 Batalhão do Acary. Não sei a quem agradecer o tal presente, porque de ninguém o solicitei, nem mesmo o aspiro, porém, como pela amostra se conhece a fazenda, com bons fundamentos devo suppor que tenha partido do desabusado, Capitão Laurindo de Souza e Silva. Sendo assim, pode dar-lhe o uso que lhe convier, porque na qualidade de humilde eleitor, nunca deixarei de acompanhar os sympathicos coroneis José Bezerra e Lula Gomes na política que tem como director um homem da tempera do Senador Pedro Velho, para fazer rabadilha com o pequeno grupo de nullos desta terra.

Curraes Novos, 30 de julho de 1899.

Camillo de Salles Pereira

Acary

Ilmo. Sr. Redactor do Diario do Ntal:

Peço-vos a publicação destas linhas no vosso conceituado jornal.

Fui eleitor neste municipio do Acary e como não sirvo de capacho e nem me sujeito a imposições, fui ilegalmente excluído do alistamento em uma das revisões passadas; agora procurei alistar-me com 2 filhos, e, apesar de exhibirmos as provas legaes de nossa capacidade para sermos eleitores, a maioria da Comissão não nos incluiu no selectivo alistamento, sob pretexto de não morarmos dentro do municipio, quando a nossa residencia é affectivamente neste municipio, no sitio Boijo.

Eu e meus filhos sô somos privados do nosso direito por um capricho dos senhores da situação. Nada tenho com politica sou um homem pobre, vivo do meu trabalho, mas não me sujeito a ninguém, sou senhor das minhas acções, a apesar das perseguições hei de manter o meu character.

Acary, 16 de fevereiro de 1911.

José Miguel de Medeiros Dantas

FONTE: DIARIO DO NATAL, Natal, 7 de março de 1911, p. 1.

(AIHGRN)

Revisão Eleitoral

Raro foi o município do Estado em que se fez este anno a revisão eleitoral com tal ou qual moralidade. Na sua grande maioria os chefes situacionistas locais teimaram em não consentir que se alistassem cidadãos pertencentes a opposição.

Todos os embaraços eram creados, já pelas comissões, já pelas autoridades, aos adversarios.

Em Flores o chefe cortou logo a questão, declarando peremptoriamente que não consentia no alistamento de nem um opposicionista. E assim ficaram privados de ser eleitores uns oitenta cidadãos aptos, ao passo que da gente do governo se alistaram menores, alguns com 16 annos de idade apenas, conforme nos informou por carta respeitavel cavalheiro naquella localidade.

Não obstante as declarações do chefe, d'aquelle município, 20 cidadãos em condições de serem eleitores compareceram perante a comissão para se alistar, mas não o conseguiram, como se vê da seguinte declaração firmada pelos mesmos que nos foi remettida para publicar.

"Nós abaixo assignados, cidadãos brasileiros, residentes no município de Flores, declaramos que nos achando em condições de ser, alistados eleitores, comparecemos hoje perante a respectiva comissão de alistamento para nos alistar, mas não conseguimos fazel-o por não tel-o consentido o delegado de policia em exercicio.

Villa de Flores, 19 de fevereiro de 1912

Misael Leite de Albuquerque
Joaquim Cordeiro da Silva
Manoel Eduardo de Azevedo
Hugolino Nunes da Costa
Minervino Bezerra de Albuquerque
Antonio José do Nascimento
Pedro Vitalino de Araujo
Etelvino Bezerra da Cunha
João Porfirio do Amaral Filho
Francisco Pereira de Araujo
Henrique Dantas Xavier
Manoel Felipe da Silva
José André de Moraes
Theotônio Fernandes de Moraes
José Fernandes de Moraes
Júlio Fernandes de Moraes
Manoel Farias

FONTE: DIÁRIO DO NATAL, Natal, 24 de fevereiro de 1912, p. 1.

(AIHGRN)

Política do Acary

No "DIARIO DO NATAL" de 7 de março corrente, foi publicada uma correspondencia desta cidade, assignada pelo Sr. Josê Miguel de Medeiros Dantas, que protestou contra a sua não inclusão no alistamento eleitoral deste municipio.

Meu distincto amigo dr. Silvino Bezerra Netto , que acompanhou os trabalhos da revisão eleitoral ultimamente procedida aqui, deu immediata e completa resposta, pela A REPUBLICA, ao Signatario, dessa correspondencia. Não me cabe portanto sinão lançar um repto desafiando a qualquer homem de bem deste municipio que venha com a responsabilidade do seu nome affirmar:

19) Sr. Josê Miguel é domiciliado neste municipio tendo sua residencia no lugar Baija, onde não há agua si não durante o inverno e apenas existe uma ramada e um casebre.

29) Si o chefe politico ou as auctoridades do Acary, exerceram pressão sobre alguém, quer por motivo politico, quer por outro qualquer.

Em 1905, por occasião do primeiro alistamento feito de accordo com a lei eleitoral vigente, o Sr. Josê Miguel, para fugir ao pagamento de impostos na Parahyba, onde reside há muitos annos conseguiu iludir a boa fê e conexão da comissão de alistamento inscrevendo-se eleitor, não observando de obstaculo para isso a declaração feita pelo "Diário do Natal" de que faria opposição a politica nefasta do Dr. Pedro Velho.

Na primeira revisão eleitoral provada a sua residencia em Estado differente e a fraude de que lançou mão, foi excluido legalmente.

Eis a perseguição feita a esse homem de caracter que lança mão de todos os meios para fugir ao pagamento dos impostos, e com allegações falsas pretende se alistar eleitor em Municipio de Estado differente daquelle em que reside.

Acary, 28 de março de 1911

Juvenal Lamartine

Editaes
Junta de Recursos Eleitoraes
Decisões

Cópia: Aos desesseis de março de mil novecentos e onze, nesta cidade do Natal, Estado do Rio Grande do Norte, em uma das salas do edificio do Governo Municipal, presentes os doutores Francisco de Salles Meira e Sã, Celestino Carlos Wanderley e Henrique Castriciano de Souza, juiz federal, substituto do juiz federal e procurador geral do Estado, membros da Junta de recursos eleitoraes, pelo primeiro na qualidade de presidente, foi declarada aberta a sessão.

Em seguida a mesma junta, passou a examinar os recursos eleitoraes recebidos do municipio do Caicão, e resolveu que se requisitasse do presidente da comissão eleitoral do dito municipio, os originaes das petições com que os recorridos requerem suas conclusões no alistamento eleitoral daquelle municipio, uma vez que as certidões passadas pelo tabellião competente, nada affirmam positivamente, como convinha, quanto a falta arguida do não reconhecimento das firmas dos recorridos. Ficou igualmente resolvido, mandar excluir do dito alistamento os recorridos de nome Almino Baptista de Araujo, Hisbello Baptista de Araujo, e Claudio Teixeira de Mello, visto como está provado pelas justificações com que procuraram provar a idade legal, que os ditos recorridos nasceram no anno de 1890, o que demonstra claramente não terem ainda vinte e um annos de idade. E achando-se a hora adiantada, o presidente suspendeu a sessão e marcou a primeira sessão seguinte para a decisão dos recursos que faltaram, e mandou lavrar esta acta que vai assignada pela Junta. Eu, Francisco Ferreira Ribeiro Dantas, secretario o escrevi (assignados) Francisco de Salles Meira e Sa, Celestino Carlos Wanderley, Henrique Castriciano. Esta conforme o original.

Francisco F. Ribeiro Dantas

Nós abaixo assignadas, Associadas da Pia União dos Filhos de Maria da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição, despertadas pelo sentimento de religião que tão bons fructos tem dado a esta terra e mantido a paz e harmonia entre seus fies, vimos perante V.Sa.Revma. pedir a sua benefica e auctorizada acção para que não corram no presente exercicio sem o preito e solennidades dos annos anteriores, os dias de festividade já tão tradicionais entre nós, consagrados ao S. Coração de Jesus.

A palavra da Igreja de que é V.Revma. o unico interprete entre nós bem pode chamar todos os fies jardinenses a um concerto uniforme de cumprimento ao dever religioso e com fervor incontestável no sentimento de religião dos filhos da terra, a congregar e festejar solennemente os dias do Coração de Jesus.

O que resolvido por V.Sa.Revma. e realizado , muitos fructos redundão para exemplo e edificação do que vale a força espiritual de nossa religião, afastando assim a idéa de frieza e indifferentismos neste humilde rebanho de que é V.Revma. fiel e esclarecido pastor.

(pag. 73) Os filhos de Maria, certas de que o seu honrado Diretor espiritual acolherá estas palavras que agora lhe dirigem, offerecem a sua intervenção para o effeito de procurar onde estiver qualquer desintelligencia em nosso meio catholico, empregar esforços para desfazel-a e sob a bandeira branca da paz catholica e a direção do meu vigário, colaborar sem desfallecimento, para effetividade da paz e de todas as homenagens ao Coração de Jesus e respeito ao seu Diretor espiritual em nossa freguezia de Nossa Senhora da Concei-

ção do Jardim do Seridõ Diocese do Rio Grande do Norte.

Esperamos que cada um catholico desta terra saiba bem desempenhar do seu dever religioso, sacrificando aos seus pés do altar do Coração de Jesus qualquer recentemento que porventura carregue na consciencia e se colloque em torno do Director espiritual da Freguezia para que de baixo da auctorizada e inspirada orientação desta tragedia sem contingente para maior solennidade e respeito da proxima festividade commemorativa da Pia União a realizar-se no dia 6 de setembro e festividade do S. Coração de Jesus do mesmo mez, dia que é também consagrado a nactividade de Maria. Os abaixo assignadas, esperam o concurso de todos para maior realce da nossa festa.

Jardim do Seridõ, 30 de agosto de 1919

Arlinda Cunha de Azevedo

Neomyzia de Azevedo Cantinho

Izaura de Azevedo Cantinho

Olindina Augusta de Oliveira

Natalia Omília de Oliveira

Anna Cunha

FONTE: Paróquia de N.S. da Conceição, Livro de Tombo Paroquial nº 1, pág. 72 (verso) e 73.

INTENDENTES SERIDOENSES

1. ACARI

Capitão Cyhiano Bezerra Galvão Santa Rosa

(1890-92, 1902-04, 1905-07, 1908-10)

Coronel Silvino Bezerra

(1893-95, 1914-16)

Coronel Manoel Augusto Bezerra de Araújo

(1896-98, 1899-901)

Coronel Joaquim Servita Pereira de Brito

(1911-12, 1917-19)

Antonio Basílio de Araújo

(1920-22, 1923-25, 1926-28)

2. Caicô

Olegário Gonçalves de Medeiros Vale

(1890)

Tenente-Coronel Francisco Antonio de Medeiros

(1890)

Salviano Baptista de Araújo Pereira

(1890)

Temístocles de Medeiros Newton

(1891-92)

José Baptista de Araújo

(1892)

Joaquim Apolinar Pereira de Brito

(1892-93)

José Odilon Fernandes

(1893-95)

Francisco José Fernandes

(1896)

Manoel Gonçalves de Medeiros Vale

(1896-98, 1899-901, 1902-04)

Joaquim Martiniano Pereira

(1904-06, 1914-16)

Gorgônio Ambrósio da Nóbrega

(1914-16)

Celso Afonso Dantas

(1917-19)

José Ignácio Camboim

(1920-22)

Joel Damasceno

(1923-25, 1926-28)

Eduardo Gurgel de Araújo

(1929-30)

3. Currais Novos

Tenente-Coronel Laurentino Bezerra de Medeiros Galvão

(1891)

Cândido de Oliveira Mendes

(1891-92, 1893-95, 1896-97)

João Alfredo Pires Galvão

(1897-98, 1899-901, 1920-22)

Moisés de Oliveira Galvão

(1902-04)

Antonio Rafael de Vasconcelos Galvão

(1905-07, 1926-27)

Benvenuto Pereira de Araújo

(1908-10)

Ladislau de Vasconcelos Galvão

(1911-13)

Coronel José Bezerra de Araújo Galvão

(1892, 1914-16)

Vivaldo Pereira de Araújo

(1917-19)

Quintino Galvão

(1923-25)

Aproniano Pereira de Araújo

(1929)

4. Florânea

João Toscano de Medeiros

(1890-92, 1896-98, 1899-901, 1905-07, 1908-10, 1911-13,
1914-16)

Alexandre Pereira de Araújo

(1893-95)

Silvino Garcia do Amaral

(1902-04, 1917-19)

Manoel Emydio de Araújo

(1920-22)

Ignácio Araújo

(1925-27, 1928-29)

5. Jardim do Seridó

Remídio Álvares da Nóbrega

(1890)

José Thomaz de Aquino Pereira

(1890-93)

Felinto Elysio de Oliveira Azevedo

(1894-96, 1905-07, 1908-10, 1911-13, 1914-15)

Antonio da Cunha Lima

(1896-98)

João Alves de Oliveira

(1899-901)

Bernardino da Sena e Silva

(1902-04)

Dr. Heráclito Pires Fernandes

(1917-19, 1920-22, 1923-25, 1926-28, 1929-30)

FONTE: MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

NESTOR LIMA (1937)

ENTREVISTA MODELO

"A vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade..."

CUNHA, Euclides da.
Os sertões: campanha de Canudos, 23a.edição, p. 132.

ENTREVISTA "2"

Fale um pouco do trabalho que o senhor fazia na terra do pai do senhor.

"Nesse tempo, nós trabalhava com agricultura, plantando algodão, legume, feijão... trabalhamos uns anos, depois fomos mu crevar, tangendo burro, carregando carga prã todo esses porto. Trazia de lã prã cã mercadoria prã esses negociante vender. Quando não tinha, trazia o legume, rapadura, o milho, feijão".

A que horas da manhã, quando o senhor trabalhava na agricultura, o senhor começava a trabalhar?

"Seis hora, sete era o mais...atê seis da tarde".

O senhor trabalhava com quê?

"Enxada. Nesse tempo, nós não tinha máquina de nada, era o braço".

E como é que o senhor trabalhava: era sozinho, com a família?

"Num era um batalhão que tinha oito filho homem. Era aquele batalhão enorme".

E plantavam o que?

"O algodão, o milho, o feijão, a melancia, melão...todas essas coisas que se comia se plantava".

Vocês colhiam quando?

"Uns três mês pegava as colheita".

E, aí, o que faziam com o que colhiam?

"Guardava aquele legume de um ano para o outro prã se comer. Se num ano mais adiante fosse seco, tinha o legume guardado na areia, no paiol. Depois veio o silo de zinco. Na areia, a gente botava no paiol de tijolo com barro uma camada de legume, de feijão e outra de areia. Aí se traçava aquilo, ficava bem misturada. Quando completava, cobria de areia. Não dava gorgulho, nem bicho. Depois, veio o silo. Bastava encher e pronto".

Então quer dizer que vocês não vendiam prã ninguém?

"Às vezes, vendia, quando sobrava, se vendia aqui prã Caicô. Não se carregava prã fora, não".

E comprava alguma de alguém?

"Sô esse negócio de rapadura, farinha...porque nós não fazia aqui. Comprava fora prã trazer".

Com quantos anos o senhor começou a trabalhar na agricultura?

"Comecei com oito, menino".

Depois o senhor foi trabalhar no comércio tangendo burro?

"Em 1912".

O que vocês levavam para os portos?

"Levava algodão amarrado. Algodão nesse tempo se amarrava por 64 kilo e um fardo que era oito arroba por cada burro".

O Senhor pegava esse algodão de quem?

"De quem tinha. O Coronel Gorgonio tinha um vapor velho. A gente pegava frete nesses outro cantos: Jardins, Parelhas.... tudo isso nós pegamos frete pra levar".

Levava prã onde?

"Prã macaíba, Campina...nós levava prã Mossorô, Porto de Macau. Agora, nós deixava num ponto e a marê vinha e eles pegava num bote, canoa. Carregava prã Campina Grande. Prã Timbauba eu nunca mucrevêi, não".

E Campina Grande quem é que ia?

"Nós ia e lá eles pegava e levava num trem prã onde eles quisesse. Nós descarregava, recebia aquele algodão, passava o recibo e entregava ao dono do algodão aqui".

E eles pagavam vocês como?

"Eles pagavam de todo preço: oito mil rês uma carga prã gente levar prã Campina. Depois, melhorou, mas era de quinze prã baixo era o nosso ganho. Agora o burro se comprava, mil e quinhentos rês a cuia de milho, se comprava um quilo de carne por dez tostões. Era muito barato, por isso a gente ganha alguma coisa. Nós gastava doze dias prã Macaíba, Doze prã Campina, prã Mocarô".

Quantos burros vocês tinham?

"A gente tangia cinco, seis cada um".

Quantas pessoas iam?

"Iam o que queria naquele comboio. Se era um comboio de algodão, um dono de armazém dava aquele algodão : aquele povo todo junto".

E quando vocês chegavam lá, quanto tempo vocês passavam lá em Campina, em Lajes?

"A gente logo voltava".

O que vocês traziam de lá?

"Trazia essas mercadoria para negociar aqui. Retalhava aqui. A gente carregava querozene, cachaça".

Quem recebia essas mercadoria aqui?

"Era os donos. Entregava nas casas dos donos".

Vocês vendiam a eles ou apenas vocês traziam?

"Eles pagavam o frete. Eles compravam a mercadoria. Essas mercadoria vinham para os armazém. A gente chegava nos armazém e tinha ordem prã entregar a carga prã onde fosse aquela carga."

Vocês traziam do Brejo o quê?

"Rapadura, Farinha...a coisa que mais se carregava. O Café, nós também carregava o arroz...isso era um imposto enorme que se pagava. A gente precisava tirar mole".

Tirar mole?

"Carregar sem pagar o imposto".

Vocês faziam como para desviar do imposto?

"Saía de noite, de madrugada. Procurava uma vareira lá distante...Aí... se pegasse, pagava caro".

O que levava para o Brejo?

"Nós levava peixe, mas eu nunca carreguei peixe prã lã, não. Pro lado do porto, o matuto é que levava".

O senhor trabalhou dessa forma até quando?

"Eu peguei a trabalhar em 12 e trabalhei até 18. Depois, me casei, botei um portador prã tanger os burro, mas foi poucos ano, aí veio o caminhão e acabou com tudo".

O caminhão acabou com os comboios?

"Acabou, porque o caminhão carregava um horror de carga e fazia com menos despesas e não pude aguentar".

Quem foi que colocou caminhão aqui?

"Não sei, não".

E quantos caminhões chegaram logo de início?

"Não sei, não. Teve um matuto que mucreava que vendeu os burro e comprou caminhão e ficou mucrevando com o caminhão".

O caminhão demorava quanto tempo para fazer o trajeto?

"O caminhão demorava pouco. Eu não sei porque eu nunca carreguei carga em caminhão, mas era poucos dias. O caminhão ia lã e voltava".

Houve um fato interessante quando o senhor mucreava?

"Não, graças a Deus, saía tudo bem".

Nunca roubavam o burro?

"Isso tudo faziam. Eles deixava num tabuleiro e de noite eles vinham e carregava. Se a gente pegasse antes de entrar no engenho onde o comprador comprava...bem. Se não, não fosse lã, não... porque se não ficava também. Mas era difícil roubar burro aqui. Meu nunca roubaram, graças a Deus".

Mucrevar é o que?

"É tanger o burro. Comprar o burro prã tanger chama-se mucrevar".

O senhor casou e foi trabalhar na agricultura?

"Fui trabalhar na agricultura. Fiz uma tropa de jumento..... trabalhava em serviço de fazer açude...essas coisa, fazer roçado".

As terras eram de quem?

"As terra era de quem mandava fazer açude".

O senhor foi trabalhar nas terras de quem?

"Trabalhei em muitas. Eu fiz o açude junto com ele (citação nominal) E, depois, apareceram outros".

Quando o senhor casou e foi trabalhar na agricultura, o senhor trabalhou na terra de quem?

"Na minha mesmo".

E como o senhor conseguiu essa propriedade?

"Das mulher que casei".

Qual o tamanho?

"Era 130 hectare".

O que o senhor plantava?

"Plantava o milho, feijão, algodão. Agora, nas vazante, eu plantava batata doce. Dava tudo. Plantava parte de capim pra dá as vaca de leite."

O senhor trabalhou assim na terra do senhor até quando?

"Trabalhei de 18 até 73. Nós saiu de lá. Foi arrendado, não deu certo, depois eu vendi".

Quando trabalhava na terra do senhor, trabalhava só o senhor ou tinha mais gente?

"Botava. Pagava muito barato. Quando nós viemo aqui pra rua, já tava pagando a dez conto. Agora é caro".

No início, o senhor começou a colocar os operários, eles vinham trabalhar para o senhor, eles eram de onde?

"Eles eram de vizinho que não tinha terra. Trabalhava aqui comigo".

Quando não tinha mais trabalho aqui, para onde eles iam?

"Iam pras fazendas, mas sempre tinha os meus trabalhando. Era sempre de três a baixo. Sempre sustentava de um ano a outro".

Eles plantavam alguma coisa pra eles na terra do senhor?

"Plantava o milho, o legume, feijão na vazante...essas coisa".

O senhor costumava usar parceria com eles ou não?

"Era de meia o algodão, o resto era para eles. Depois inventaram pagar a meia do algodão, outra hora era uma terça".

O senhor falou antes que pagava a diária pra eles, como ficava isso?

"O dia que ele ia pra roça minha, eu pagava a diária deles. O dia que ia pra roça deles, era deles".

ENTREVISTA "1"

O senhor sabia ler e escrever?

"Sô soube assinar meu nome e ser eleitor. Prã isso eu ainda soube fazer".

O Senhor estudou? Como é que o senhor aprendeu a fazer seu nome?

"Tinha uma escola no sítio que eu morava na serra. Tinha uma escola com três lēgua. Uns filho desse velho que me criou iam prã escola e eu prã num ficar devendo, porque eu tinha medo de dever, porque o dinheiro era bem pouquinho o que a gente ganhava...tinha o filho mais velho desse velho que morei na propriedade dele, dizia: homem, se é prã escola, eu pago sua escola, voce me paga depois. Eu digo: seu ... (citação nominal), eu não vou, não. - Pois não aprende porque não quer. Eu tinha medo de ficar devendo e ficar prejudicado naquela dívida e pagar. Ganhava bem pouquinho, por isso não aprendi muito a ler. Tinha um filho desse velho, num dia de segunda-feira, ia prã escola. Era com três lēgua e chegava no sãbado de noite e dormia lá na propriedade onde nós morava. Lá onde eu morava na terra deles. Quando ele chegava, num sãbado de noite, me passava a lição, no domingo, no correr do dia todo, me passava a lição, na segunda-feira de madrugada, eles iam prã escola. Quando chegava na outra semana, eu dava aquela lição que ele tinha passado e me passavam outra. Aí, eu aprendi a lição. Aprendi prã escrever meu nome. Ainda hoje, letra de imprensa eu não tenho vergonha, sô se fôr muito miuda, mas sendo grande, até sem óculos".

O senhor aprendeu a sô assinar e foi eleitor?

"Fui eleitor. A primeira eleição que eu assisti foi em 10".

Fale da eleição. Como é que era a eleição naquele tempo, em mil e novecentos e dez?

"A eleição era dum jeito. A gente ia prã prefeitura. Lá, tocava a chamada: fulano de tal, como eu...(citação nominal). Pronto. Aí, eu escrevia o nome lá. Era assim".

Como é que o senhor que havia eleição?

"Porque já tinha estudado, onde me criei".

Quem é que avisava para o senhor que ia haver eleição?

"O chefe da eleição".

Quem era o chefe da eleição?

"Nesse tempo, era o Coronel Kincô Martiniano. Ele foi governador aqui no Caicô uns pouco de ano".

Como é que vocês sabiam dos candidatos?

"Os nomes dos candidatos nunca sei, não".

Em quem é que vocês votavam?

"Com quem era? Eu votava com o coronel Kincô".

O senhor votava com o Coronel Kincô?

"Era. Eu morava na terra dele, era meu patrão".

O senhor votava com quem ele pedia?

"Com ele, com coronel Kincô".

O senhor votava na eleição porquê?

"Eu votava na eleição com Joaquim Martiniano Pereira. Era morador dele".

E se caso o senhor quisesse votar numa pessoa diferente do coronel Kincô, o que poderia acontecer?

"Podia acontecer que eu ia, às vezes, quando um chefe daquele não podia ir e pedia que você vai votar com fulano de tal, com outro. E eu ia lá, chegava, entrava na prefeitura e ia escutar minha chamada. (citação nominal)...pronto. Aí, eu chegava e escrevia meu nome, lá. Por mandado do Coronel Kincô. Quando eu não podia ir, quer dizer, ele mandava eu e eu ia".

O senhor ia de que? A pẽ ou...?

"A cavalo. Sô andava a cavalo. Nunca vinha de pẽ, não senhor. Eu possuía uns troçinhos. Eu possuía um cavalo de sela, um burro. Tudo o que possuí nessa Serra da Formiga."

O senhor frequentava a casa do proprietário, do dono da terra, do seu patrão?

"Meu Deus, era da confiança dele. Fui da confiança dele, graças a Deus. Meu branco, eu nunca ouvi uma voz de esteje preso e nem uma porta de delegacia. Estou com essa idade, que já disse ao senhor, mas nunca vi isso, não".

Quantos votavam na terra, na fazenda do senhor, quantos eram, quantos votavam com o coronel, com o patrão?

"Todo morador sô votava com ele. Era quem ele mandava".

Era quem ele mandava?

"Todo morador sô votava com ele. Porque ele era proprietário e era chefe".

Tinha alguém que não votava com ele? Houve alguma vez alguém que chegou a não votar com ele?

"Sendo diferente, porque era dois governo, não? Toda vida não é dois governo? Pois é. Se um era dum governo, outro era do outro. Aquele votava com coronel, não! Ia votar lá no outro partido. Mas, ali, o cabra como eu, foi desconhecido, esse aqui era do meu partido, esse num era. Mas, o que eu fazia com esse aqui, eu fazia com esse aqui, também. Nunca dei trabalho a ninguém, graças a Deus. Em eleição, não senhor".

Quantos moradores geralmente da fazenda iam votar com o senhor?

"Eu não sei, não senhor. Porque é impossível, também. Era gente demais, nesse tempo. Era muita gente, demais. Tinha morador demais. Agora, sendo morador, tinha que votar era com ele".

Sendo morador dele tinha que votar com ele?

"Tinha que votar com ele. Sô se ele num soubesse ler, mas sabendo, tinha que votar com ele. Era desse jeito".

Todos eles sabiam assinar o nome, ler e escrever?

"Justamente, se não fosse assim, não podia ser eleitor, não senhor".

Ele fazia alguma exigência prã pessoa morar na fazenda?

"Fazia, era especial. Tudo quanto o que o camarada precisasse, ele tava pronto prã chegar ali".

"No dia da eleição, depois que corria a eleição, depois que o senhor assinava, dava a assinatura lá, o que acontecia depois?

"Meu branco, não acontecia nada".

Era festa, almoço, o que era?

"A gente almoçava na casa daquela eleição. Na casa do chefe da quela eleição. Agora, numa ocasião, meu patrão mandou dar um voto ao Coronel Joel Damasceno. Era um ricaço, também. Meu patrão não podia ir, mandou eu. Eu fui e sentei lá na cadeira, esperando. Até um sobrinho do Coronel Kincô tava nessa eleição. Também era meu conhecido. Eu tava da banda de fora, esperando. Ele disse: Você espera aqui que você vai ser chamado nesse instante. Eu vi seu nome lá. Quando ele saiu, chamaram (citação

nominal)...eu digo: presente. Entre. Aí, eu entrei, escrevi lá. Isso já de tarde, meu branco. Eu só tinha tomado café, apenas. Aí, quando acabamos dessa eleição que eu me desocupeí, vim pra casa do homem almoçar. Cheguei já era negócio de duas horas da tarde, quando fui chamado lá na eleição. Quando cheguei, me sentei. Tinha três homem comendo. Esse dono dessa eleição vinha dizendo: Arrasta esses prato pra dentro. Eu fiquei sem comer. Aí, fui pra casa de meu patrão, seis légua daqui da rua. Eu morava na Serra da Formiga. Cheguei lá, disse a meu patrão: meu patrão, quando o senhor tiver de mandar eu pra uma eleição, sendo para o Coronel Joel Damasceno, num me mande, não, que eu num vou. Aquele homem é morto de fome. Disse tudo isso a ele. Ele disse: tá certo. O que tou lembrando dos passado, digo to-dinho".

O senhor lembra alguma vez de alguma eleição em que o seu patrão chegou a perder?

"Eu me lembro de uma eleição que ía haver, essa eu estou me lembrando, agora. Tinha um Coronel Seabra, era um bichão, Coronel Seabra. Ía haver eleição do meu patrão. Num dia de sábado, ainda hoje me lembro. Chegou na calçada esse Coronel Seabra. O Coronel Kincô soube que ele vinha acabar a eleição. Fardou-se e, num dia de sábado, a avenida vinha assim de gente. Quando ele chegou na hora; Coronel Seabra...faça o favor! Parece que eu tou vendo. Eu ía nessa ocasião espiando. Ele disse: Eu soube que você veio acabar a eleição. Ele disse: vim. Você aqui é mandado por mim. Disse: sei. E como é que você veio acabar a eleição aqui. Retire-se daqui pra fora, senão o negócio vai dá ruim. Pode se retirar na hora. Foi dito e feito. Esse Coronel Seabra desabou no mundo e a eleição foi pra frente. Disse: você não acaba eleição minha".

O senhor lembra de alguma vez se seu coronel, seu patrão chegou a perder essas eleições?

"Não, senhor. Nunca vi ele perder uma eleição, porque quando ele tava num partido, aquele partido toda vida ganhava. Agora, se ele tivesse em outro, era do mesmo jeito, nunca perdeu uma eleição".

Nesse período, como era a escola que o senhor aprendeu a ler?

"Eu só aprendi como essa estória que já contei pro senhor".

E os outros amigos? Os outros moradores? O senhor lembra como é que eles aprenderam a ser eleitor?

"Tudo nesse negócio... Muitos foi nessa dita escola que esse irmão de criação..."

Quer dizer que ele dava aula prá muita gente?

"Era".

E muitos sō aprenderam assinar o nome e ser eleitor?

"Sō, sim senhor. Como eu, aprendi sō ser eleitor".

E depois que aprendeu a ser eleitor, ninguém continuou mais?

"Não, senhor. Eu não me dei trabalho em eleição. Nunca perdi uma. Eu tinha vontade de aprender demais. Porque eu tinha medo de ficar devendo".

Devendo o que?

"De ficar devendo. Deles me pagar escola por mim. Depois, eu ia pagar no serviço. Eu tinha medo de ficar devendo. Eu ganhava dez tostões, quinhentos rês, na diária. Eu fico devendo, como é no mundo que eu pago? Aí, não fui mais".

Quando o senhor precisava de médico?

"Graças a Deus, eu nunca precisei de médico. Vim precisar de médico, agora, depois de velho".

E quando um daqueles moradores do Coronel ficava com algum problema na delegacia, como é que ele resolvia?

"Isso aí eu não sei, não. Porque isso aí era preciso que eu fosse perguntar e eu não gostava de perguntar. Com esses homem grande, pior".

NOTA: Optou-se, na transcrição dos depoimentos orais, pela grafia usual e, não, conforme a linguagem do próprio entrevistado. Assumiu-se esta linha em virtude de que não se tem uma formação técnica especializada para tal transcrição.

Adotou-se, na publicação de uma entrevista (modelo), os tópicos da entrevista 1 e 2. Isto é, não foi transcrita integralmente cada entrevista. Pode-se, concretamente, ter uma idéia mais aproximada do desenvolvimento da entrevista, ou seja, a estruturação desta.

Um telegrama (documento) tem condições de ratificar um detalhe lembrado por um depoimento oral: "...O Coronel Martiniano ameaçou Major Miguel Seabra..." Caicó, 16 Augusto Monteiro. Fonte: A República, Natal, 17 jan 1912, p. 1. "A Política".



ALGODÃO MOCÕ
Fundação José Augusto
Centro de Documentação
Fotógrafo: Ubaldo Bezerra



Tronco do algodão mocô
Típica cerca de pedra do Seridô
FJA - Centro de Documentação
Fotógrafo: Ubaldo Bezerra



Cadeias: Jardim do Seridõ (alto) e Acari
FJA - Centro de Documentação
Fotógrafo: Ubaldo Bezerra

FAZENDA IRAPURU

— DE —

THEODORICO BEZERRA

TANGARÁ — Rio G. do Norte

CADERNETA DE MORADOR

Nome

Local

LivroFolha

QUEM TRABALHA DEUS AJUDA

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome

Estado civilIdade

Anosnascido em

em/./Altura

Sinais particulares

Filho de

Especialidade

Data da chegada/./Local

onde mora

Ler?Assina?É eleitor?

As 3 últimas residências

Caderneta de Morador
Fazenda Irapuru
Arquivo particular do Major Theodorico Bezerra

NOSSAS CONDIÇÕES

É Proibido aos Moradores desta Propriedade:

- 1.º — Andar armado, seja qual fôr a espécie da arma.
- 2.º — Tomar aguardente ou qualquer bebida alcoólica.
- 3.º — Jogar baralho ou qualquer outro jogo.
- 4.º — Fazer feira em outra localidade que não seja IRAPURU.
- 5.º — Caçar ou consentir pessoas estranhas fazê-lo.
- 6.º — Possuir espingarda ou outra qualquer arma.
- 7.º — Brigar com seus vizinhos ou outra qualquer pessoa.
- 8.º — Fazer quarto a doentes.
- 9.º — Fazer baile sem consentimento do proprietário.
- 10.º — Criar seus filhos sem aprender a lêr e escrever.
- 11.º — Falar mal da vida alheia.
- 12.º — Inventar doença para não trabalhar.

Os moradores desta propriedade são obrigados a:

- 1.º — Fazer feira em IRAPURU
- 2.º — Botar os filhos na escola
- 3.º — Zelar pela conservação de sua caderneta

Continúa na última página

Nossas Condições — Continuação

- 4.º — Limpar os seus roçados nas épocas necessárias.
- 5.º — Pulverizar as suas lavouras quando houver lagartas ou outra qualquer praga.
- 6.º — Conservar todo material agrícola que estejam sob a sua responsabilidade.
- 8.º — Zelar e conservar sempre limpa a casa em que mora.
- 9.º — Fazer suas colheitas nas épocas necessárias.
- 10.º — Comunicar ao proprietário ou administrador, qualquer irregularidade que esteja havendo nesta propriedade.
- 11.º — Cumprir todas as ordens da administração.
- 12.º — Cumprir rigorosamente este regulamento
- 13.º — Ser ELEITOR.

O morador que não cumprir fielmente este regulamento, será tomado o roçado e terá o prazo de 24 horas para desocupar a casa e ir embora desta propriedade.

A riqueza pertence a quem trabalha: se você não trabalhar viverá sempre pobre!

Aqui ninguém parado: mesmo na hora da morte esteja estrebuchando.

Caderneta do Morador

Fazenda Irapuru

(ApTB)